

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Nº 56

**REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO**

Nº 56



**Vitória - ES
2002**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Léa Brígida de Alvarenga Rosa

Vice-Presidentes: Sebastião Teixeira Sobreira, José Hygino de Oliveira, Érico de Freitas Machado e Antonio da Silva Monteiro.

Tesoureiros: João Bonino Moreira e Paulo Stuck Moraes

Secretários: Victor Biasutti e Zoel Correia da Fonseca

Conselho Fiscal: Armando Marques Vieira, Aylton Rocha Bermudes e Rômulo Salles de Sá

Conselho Editorial: Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rocha (coord.), Getúlio Marcos Pereira Neves, Hormízio Santos Muniz, João Bonino Moreira e Renato José Costa Pacheco.

* * *

EDITOR

Marlen Calixte

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Hormízio Santos Muniz e João Bonino Moreira

CATALOGAÇÃO

Ana Maria de Matos

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

GRAFITUSA

REVISÃO

Pelos Autores

1ª edição

(tiragem 500 exemplares)

Vitória (ES), 2002

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – n. 56 (dez.2002). – Vitória : ES, 2002. – il. 21 cm. Anual.

1. Espírito Santo (Estado) – História. 2. Educação – Política – Brasil. 3. Ensaio brasileiro. 4. Crônicas brasileiras.

CDU : 94(815.2)(05)

Direitos reservados

I H G E S

Av. República, 374 - Ed. Domingos Martins

Parque Moscoso - Vitória - ES - CEP: 29060-620

Telefone: (027) 223-5934 - e-mail: ihges.vix@zaz.com.br

SUMÁRIO

HISTÓRIA

- *Alguns aspectos da descendência de Vasco Fernandes Coutinho*
Paulo Stuck Moraes, 7
- *Forte Sítio Francisco Xavier de Piratininga ou Barra do Forte*
Cláudio Moreira Bento, 11
- *Homenagem aos 50 anos do Vitória Futebol Clube*
Leonardo Pinto Silva, 15
- *Entre a Província e Modernidade: história, economia e cultura capixabas*
João Carlos Simonetti Júnior, 23
- *Esquadro e Compasso em Vitória - Nota prévia sobre a história da Loja Maçonica "Ordem e Progresso"*
Fenando de Moraes Achiamé, 53

PALESTRAS

- *Donald Pierson e a sociologia no Brasil*
Renato José Costa Pacheco, 63
- *Breves notícias sobre o Contestado*
Ezequiel Ronchi Neto, 73
- *Música e Tempo: A musicologia e a história da música no estudo da história*
Getúlio Marcos Pereira Neves, 81
- *Espírito Santo - Uma visão logística*
Rodrigo de Alvarenga Rosa, 91

EDUCAÇÃO

- *Espaço escolar e qualidade de ensino: considerações sobre a proposta de Paulo Freire*
Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, 99

- *O 1º Curso de Extensão promovido pelo IHGES*
Resumo por Hormízio Santos Muniz, 107

CRÔNICAS

- *O segredo de Melkyzedek*
George S. Guerra Leone, 115
- *Bravura e Dignidade*
Theomar Jones, 121
- *Os horrores da guerra*
Berredo de Menezes, 123

OUTROS ASSUNTOS

- *Saudação aos 50 anos do SENAI do Espírito Santo*
Ivan Anacleto Borgo, 129
- *Resenhas dos livros produzidos pelo IHGES em 2000 e 2001, feitas por Renato Pacheco e Getúlio Marcos Pereira Neves, 133*
- *In-memorian ao consócio Anníbal Vieira de Rezende, 137*
- *Nossa Casa (detalhes fotográficos) O editor, 139*

HISTÓRIA

HISTÓRIA

ALGUNS ASPECTOS DA DESCENDÊNCIA DE VASCO FERNANDES COUTINHO

Paulo Stuck Moraes(*)

De Vasco Fernandes Coutinho muito pouco se sabe. Sabe-se, por exemplo, que recebeu em doação, a 01.VI.1534, 50 léguas na costa do Brasil e que aqui chegou a 23.V.1535. Já de sua esposa, concubinas e descendência, o pouco que se sabe permanece envolto nas brumas misteriosas do tempo.

Felgueiras Gayo (1750-1831)¹, cita sua ascendência, seu casamento e sua descendência legítima e apenas um bastardo (Vasco Fernandes Coutinho), sem, no entanto indicar quem seria a mãe.

Consta do testamento desse segundo Vasco², datado de 05.VIII.1588, o nome de Ana Vaz, como sendo sua mãe, para a qual destina uma tença, após sua morte. Salvador³ confirma esse nome, acrescentando “de Almada” ao mesmo, além de lhe atribuir mais uma filha (a seguir, veremos que não se confirma essa hipótese), Maria de Melo Coutinho, que viria a ser esposa de Marcos de Azeredo.

Essa pequena introdução vem apenas recordar o que a historiografia capixaba sabe a respeito, uma vez que pesquisas genealógicas realizadas nos últimos anos, apesar de não ser em terras capixabas, vem lançar novas luzes sobre a descendência do primeiro donatário da capitania do Espírito Santo.

A Genealogia é uma das ciências auxiliares da História. Quando levada a sério, sem o intuito de, simplesmente encontrar um ancestral nobre, pode revelar dados históricos antes não percebidos, que, às vezes, podem tornar-se surpreendentes.

(*) Paulo Stuck Moraes é sócio efetivo do IHGES, sendo também pesquisador na área da genealogia e escritor.

¹ Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa. Nobiliário das famílias de Portugal

² Oliveira, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo

³ Salvador, José Gonçalves. A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)

Um estudo sobre a Genealogia de um dos próceres argentinos, levado a público em 1995, por González Bonorino⁴, membro do Instituto Argentino de Ciências Genealógicas, nos remete ao Espírito Santo, ao observarmos o contrato de casamento acertado a 07.V.1590⁵, em La Plata, entre Juana Holguin de Ulloa (neta de um dos conquistadores do Alto Peru (Bolívia) Pedro Alvarez Holguin e Beatriz Tupac Yupanguí, princesa inca, sobrinho de Atahualpa, décimo terceiro Inca⁶) e João de Melo Coutinho.

João de Melo Coutinho nasceu em Vitória, entre 1565 e 1570, e seria filho de Catarina de Melo e Manoel Fernandes, e neto materno de Vasco Fernandes Coutinho e Ana Vaz Almada.

Seria, também, irmão de Maria de Melo Coutinho, acima citada, casada com Marcos de Azeredo (esse consórcio originou os Azeredo Coutinho, com descendência até nossos dias).

Segundo González Bonorino, João de Melo Coutinho teria acompanhado sua tia Yamar (Guiomar ?) de Melo (outra filha de Vasco Fernandes Coutinho, pai), que era casada com Ruano Tellez, fiscal da Real Audiência de Charcas, em La Plata. Teria esse Ruano Tellez partido das Ilhas Canárias em 1581, para assumir seu cargo de fiscal, e passado por Vitória, onde acabaria de casando com Yamar de Melo. Sabe-se que já estava no efetivo exercício do cargo em 1583, em Charcas.

João passa sua juventude em La Plata, onde acaba se casando em 1590, com Juana Holguin de Ulloa. Nessa cidade teria tido uma filha natural, Isabel de Melo Coutinho, que, de seus dois casamentos, deixou numerosa descendência.

O casamento com Juana Holguin de Ulloa deu-lhe dois filhos legítimos:

1. Ana de Melo Coutinho, nascida em Buenos Aires, c. de 1591, casada duas vezes: a primeira, com

⁴ González Bonorino, Jorge F. Lima. Don Juan de Melo Coutinho y Da. Juana Holguin de Ulloa. In: Boletín 191, do Instituto Argentino de Ciências Genealógicas, pgs. 40 a 46.

⁵ Carte de Dote - Archivo Nacional da Bolívia. Escritura n. 41.

⁶ Cunha Bueno, Antonio Henrique, e Barata, Carlos de Almeida. Dicionário das famílias brasileiras, em CD.

Juan Diaz de Ojeda, a 05.VI.1605⁷, em Buenos Aires, sem descendência, e, a segunda, com Antonio Hurtado de Melo, a 22.VIII.1611, com descendência (Ana faleceu depois de março de 1638⁸), (entre seus descendentes está a esposa do príncipe herdeiro da Holanda, Máxima Zorreguieta Cerruti⁹ - Décima-Segunda avó), e,

2. Francisco de Melo Coutinho, nascido em Buenos Aires, c. de 1593, casado com Juana Gómez de Saravia, a 24.XI.1611, deixando numerosíssima descendência (Máxima Zorreguieta Cerruti também se encontra entre seus descendentes – Décimo-segundo avô).

Sua estada em Buenos Aires é novamente comprovada em 1594, pois em uma planta da cidade, desse ano, aparece seu nome como dono de um dos solares ali existentes.

João de Melo Coutinho faleceu em 1601, vitimado em um duelo, no qual se bateu contra Jácome Ferrufino.

Os primeiros tempos da colonização do solo sul americano continuam envoltos em mistérios, alguns dos quais nunca serão total-

⁷ **Carta de Dote** (Archivo General de La Nacion, Sala IX, 48-1-3, Fs.232) (Para casar com Juan Diaz de Ojeda – 16.V.1611) – Outorgada por Juana Holguin de Ulloa e seu segundo marido: (Detalhe) -cento e cinqüenta arrobas de açúcar que deve Marcos de Azeredo a minha esposa, e o dito Marcos de Azeredo é morador do Espírito Santo, costa do Brasil.

⁸ **Testamento** (Archivo General de La Nacion, Sala IX, 48-4-1, Fs.189) – (Detalhe) – Em Buenos Aires, 10.III.1638: “Declaro que o licenciado Ruano Tello, fiscal que foi da Real Audiência de La Plata, foi casado com Yamar de Melo, tia de meu pai João de Melo”

“Declaro que o dito meu pai (quando de casou com a dita minha mãe), lhe devia, na capitania do Espírito Santo, o capitão Azeredo, que o era na dita capitania, que é nos estados do Brasil, e que estava casado com a irmã do dito meu pai, seiscentas arrobas de açúcar e destas me deu em dote a dita minha mãe quando me casou com o primeiro marido trezentas arrobas, e que não foram cobradas até agora. Que se cobre tudo agora e herdem meu filho e minhas filhas em partes iguais.”

⁹ Lux-Wurm, Hernán Carlos. Ascendencia de Da. Máxima Zorreguieta, Princesa de la Corona de los Países Bajos. 2002.

mente esclarecidos. Apenas hipóteses serão levantadas, mas nunca comprovadas. A Carta de Dote de Juana Holguin de Ulloa não deixa dúvidas quanto à filiação de João de Melo Coutinho, segundo os pesquisadores que a ela tiveram acesso. A Carta de Dote e o Testamento de sua filha Ana de Melo Coutinho confirmam outros dados genealógicos.

No Brasil, o Dr. Gilson Nazareth¹⁰ tratou do assunto em sua tese de doutoramento, em 1998. No Espírito Santo, ao que me consta, nada se sabia. Em Buenos Aires, sob os auspícios do Instituto Argentino de Ciências Genealógicas, várias têm sido as pesquisas e artigos publicados, em seus boletins. Espero que essa divulgação possa vir a ser o início de uma série de outras pesquisas, que visem a aclarar o passado distante dos primórdios da nossa (*permitam-me assim dizer, apesar de não ser capixaba de nascimento*) antiga capitania, ainda tão obscuro, tão pouco pesquisado, tão carente de esclarecimentos.

De resto, apenas que não poderemos mais execrar os vizinhos argentinos: segundo as pesquisas dos principais genealogistas platinos, não existe, hoje, na Argentina, nacionais de origem *criolla*¹¹ que não sejam descendentes de João de Melo Coutinho, ou seja, são todos descendentes de um capixaba...

¹⁰ Nazareth, Gilson. O imaginário fidalgo de uma sociedade burguesa – tese de doutoramento – 1998 – UFRJ - INÊDITA

¹¹ Criollo – diz-se do espanhol radicado definitivamente na América. Passaram a compor a elite local, apesar de não exercerem o poder, de fato, entregue este que era, aos representantes da Coroa espanhola, que retornavam à Corte, após o término de seus mandatos

FORTE DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE PIRATININGA OU FORTE DA BARRA (1703-1933)

Cláudio Moreira Bento^(*)

O Estado do Espírito Santo apresenta na História Militar Brasileira uma tradição singular - a de haver repellido, com sucesso, todas as tentativas alienígenas de invasão de seu litoral por força das armas. Isto desde que ali deitou as raízes da civilização portuguesa, no dia do Espírito Santo, de 1535, seu donatário Vasco Fernandes Coutinho que também de lá expulso os indígenas em 1551, da ilha onde se localiza Vitória, nome dado em razão da vitória militar que então obteve.

Em 1560, sob inspiração de S. Tiago e com apoio numa peça de artilharia, os espírito-santenses impediram o desembarque do pessoal de dois navios franceses, fato repetido por outro navio francês mais tarde.

Face a estas ameaças o Convento da Penha, além de local de recolhimento espiritual, passa a ter excepcional valor militar como posto de observação na entrada da barra sobre grande extensão de mar à sua frente e de defesa militar da maioria da população contra ataques partidos do mar, à semelhança de um forte medieval. Aliás, foi o que ocorreu em 1583 com o pirata inglês Fenton que teve repellido seu ataque ao convento, com grandes perdas de seu pessoal a tiros de trabuco. Em 1592 o ataque do pirata Cavendish teve o mesmo destino e confirmou a tradição espírito-santense de haver repellido, até ali, todas as tentativas alienígenas de desembarque armado..

Em 1702, foi necessário complementar a defesa da entrada da barra. Foi erigido então o forte de São Francisco Xavier de Piratininga ou da Barra, na entrada sul da baía do Espírito Santo, próximo a Vila Velha e no sopé do morro do Convento da Penha.⁽¹⁾

^(*) Cláudio Moreira Bento é sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁽¹⁾ O Forte foi erigido num clima de ameaça espanhola de atacar pela segunda vez a Colônia do Sacramento no atual Uruguai, que fora fundada por Portugal em 1680. A ameaça foi concretizada em 1705, em período em que a Espanha entrou em guerra contra a Inglaterra aliada de Portugal. O Forte foi construído em razão de uma situação de guerra contra a Espanha.

Durante mais de 60 anos o forte primitivo mandado erigir por D. Rodrigo da Costa, governador da Bahia, cumpriu sua destinação militar e geopolítica e confirmou a tradição espírito-santense de inviolabilidade territorial de suas praias por alienígenas.

A partir de 1763, com a invasão espanhola no Rio Grande do Sul, foi necessário fortificar o porto de Vitória, próximo ao do Rio de Janeiro, como elemento de dissuasão de possíveis tentativas de usá-lo como base de operações contra o Rio de Janeiro - a nova capital da Colônia.

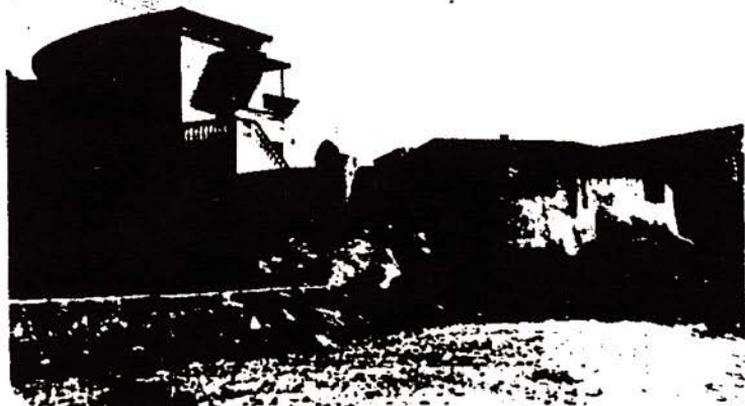
O Forte da Barra foi ampliado, ganhou aspecto circular e foi dotado com 15 canhoneiras.

Restaurado o Rio Grande do Sul em 1776, com a reconquista da Vila de Rio Grande, seguida da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, o Forte da Barra entrou em progressiva desativação. Em 1857 ele vai figurar como fortificação de 3ª classe. Pouco depois passou à jurisdição da Marinha, como depósito e Escola de Aprendizes Marinheiros.

Hoje conservando muito das suas características originais, conforme planta de 1767 existente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é dependência social do 38º Batalhão de Infantaria.

Mas, ali, voltadas para o mar, estão suas muralhas a canhoneiras, mudas testemunhas dos sacrifícios, privações, raça, denodo e valor dos soldados de Portugal e depois do Brasil, que a construíram, guardaram e defenderam anonimamente por quase três séculos, a custo de ingentes sacrifícios, tristezas e solidão, para assim ajudarem a preservar intocáveis e soberanas aquelas praias e nos legarem um país continente íntegro, soberano, unido, independente e nacionalmente cristão.

Merecem pois suas sagradas muralhas todo o respeito, por simbolizarem as glórias e a história da gente e da terra espírito-santense e, sobretudo, por sua tradição singular de jamais, em tempo algum, permitir que alienígenas sentassem raízes em suas terras pela força das armas.



Forte São Francisco Xavier da Barra – Vila Velha-ES – Aspecto visto da praia à sua frente. Pertence ao 38º BI desde 1919. Foto do Cel. Bento.



Forte São Francisco Xavier da Barra – Vila Velha-ES – 6 de julho de 1983. Visão da bateria do forteria do forte com suas muralhas de mais de 2 metros de espessura. Foto do Cel. Bento

HOMENAGEM AOS 90 ANOS DO VITÓRIA FUTEBOL CLUBE

Leonardo Pinto Silva^(*)

Apresentação

É sabido que a história do *Vitória Futebol Clube* se confunde com a própria história do surgimento do futebol capixaba. Ambas se deram oficialmente na mesma época. Uma reunião no dia 1º de outubro de 1912, num sobrado da Rua São Francisco, no centro de Vitória, além de estar criando o então *Foot-ball Club Victoria* — seu primeiro nome —, estava também oficializando o esporte bretão em nossas terras (Silva, 1998).

De lá pra cá, o Vitória colecionou títulos, craques e jogos memoráveis, numa época em que “o grande clássico do futebol era o Vitória x Rio Branco, que a imprensa apelidara de o Fla x Flu capixaba” (Pacheco, 1998, p. 111), e cuja intenção aqui é resgatar uma parte dessa história e compartilhar desse saber com todos aqueles que desejam conhecer mais sobre a memória do clube, que poucos conhecem com detalhes.

Ver o Vitória cair para a Segunda Divisão do futebol capixaba há dois anos, foi um golpe profundo na cabeça e no coração de nós, torcedores alvianis. Mas o Vitória deu a volta por cima, disputou a Segundona Capixaba e conseguiu voltar à Primeira Divisão.

E para marcar este feito e ao mesmo tempo comemorar os 90 anos do clube de futebol profissional mais antigo do Estado e também 1 ano de criação da Página Oficial do Vitória na internet — www.vitoriafc.tk —, presenteamos os torcedores alvianis e demais amantes do futebol capixaba com o relato de um episódio que poucos conhecem, mas que foi publicado nos jornais do 2º semestre do ano de 1979: *o título internacional conquistado na Coréia do Sul*.

Pesquisamos e resgatamos o que estava esquecido e o que só estava registrado nos arquivos da imprensa escrita e na memória do atual presi-

^(*) O autor é Historiador, filiado à ANPUH-ES, e Guia de Turismo, filiado ao SINDEGTUR-ES e coordena a Página Oficial do Vitória F.C. na internet.

dente do clube Jairo Ribeiro, do atual técnico Luís Carlos Sá e dos freqüentadores do Bar do Nininho no Estádio Salvador Venâncio da Costa em Bento Ferreira, os quais agradecemos desde já por tornarem esta pesquisa possível.

Uma excursão internacional se inicia

Ao contrário do que se pensa, o ano de 1976 não foi o último de glórias para o Vitória Futebol Clube. Em 1979, o alvianil realizou um feito extraordinário e único na história do futebol capixaba, além de ter conquistado os títulos de Campeão do 1º turno do Campeonato Capixaba e do Torneio Moacir Dalla, e de ter empatado em 0 a 0 com o Vasco da Gama, que tinha conquistado o Vice-Campeonato Brasileiro e dois títulos na Espanha: os Torneios Cidade de Sevilha e Cidade de Elche.

A partir de setembro, o Vitória iniciou uma excursão ao exterior, onde estavam previstos jogos na Ásia, na África e na Europa, e que se estendeu por um mês e meio. No dia 06, a delegação já se encontrava toda reunida no Aeroporto do Galeão (RJ), rumo à Coreia do Sul, onde participaria da **IX Copa Presidente Park Chung-Hee**, na capital Seul, que era realizada anualmente em comemoração ao aniversário do país.

Estavam presentes o treinador Beto Pretti, o preparador físico Tião Gomes, o médico Pleiton Vinhas, o diretor-administrativo Carlos Romeiro e os jogadores: Paulo Victor — mais tarde seria goleiro do Fluminense, do Rio de Janeiro —, Bosco, Julinho, Henrique Demoner, Jarbas, Osvaldir, Alípio, Pintinho, Luís Carlos Sá — hoje, técnico do Vitória —, Joadir, João Francisco, Ademir Lobo, Isafas — que jogou no futebol português —, Eduardo, Naldo, Manga e Mazine. Eles seriam remunerados pelo empresário Elias Zacour, além de receberem 40 dólares por vitória, 20 por empate e 10 por diária.

O Vitória chegou a Seul na manhã do dia 08 e à tarde já tinha pela frente o seu primeiro compromisso pela Copa Chung-Hee, cujo regulamento previa 10 equipes de 9 países, divididos em duas chaves. As equipes de cada chave jogariam entre si em sistema de pontos corridos e em turno único. Os dois primeiros de cada chave passariam às semifinais, onde o primeiro enfrentaria o segundo da outra chave, em sistema eliminatório. Os dois vencedores disputariam a partida final.

O alvianil capixaba estava na chave B, junto com Chungmu — Vice-Campeão Coreano — e as seleções da Indonésia, Tailândia e Malásia, enquanto a chave A tinha Hwarang — Campeão Coreano — e as seleções de Bangladesh, Sudão, Sri-Lanka e Bahrein. O Vitória era o único representante do Brasil naquele ano.

A primeira fase

Voltando aos jogos, os capixabas venceram na estréia o Chungmu por 2 a 1, com gols dos recém contratados Naldo e João Francisco, sendo que ambos os times jogaram muito bem, segundo os dirigentes alvianis.

O segundo jogo foi no dia 11, onde também venceram, desta vez por 3 a 1 a seleção da Indonésia, e a partir daí passaram a ser os favoritos ao título, reconhecidos não só pelos coreanos, mas também pelos brasileiros residentes no país e pela embaixada do Brasil, que ficou à disposição da delegação de Bento Ferreira, surpreendendo o próprio Carlos Romeiro que, em contato com o presidente do clube Sizenando Pechincha — que não pôde se ausentar do Espírito Santo —, disse que a imprensa local vinha dando ampla cobertura ao plantel, elogiando a excelente forma de jogar.

Em menos de 24 horas, o Vitória voltava à campo para ganhar da seleção da Tailândia por um massacrante placar de 6 a 0. Sempre jogando com força total: Paulo Victor; Jarbas, Julinho, Osvaldir e Alípio; Mazine, Luís Carlos e Ademir Lobo; Joadir, João Francisco e Isaías, num esquema 4-3-3. Esse jogo deixou o Vitória como Campeão da chave B por antecipação, tendo João Francisco como artilheiro da partida com 3 gols. Além dele, Isaías marcou 2 e Joadir, 1. Só no primeiro tempo foi 3 a 0 e no final do jogo, os mais procurados pela imprensa foram: João Francisco, o goleiro Paulo Victor e o meio-campo Mazine.

Mas ainda restava o último jogo da primeira fase, contra a seleção da Malásia, e o resultado não foi diferente: 5 a 0 para os capixabas, sendo que 4 gols foram marcados no segundo tempo. Com isso, o Vitória foi o Campeão da chave B com 4 vitórias consecutivas, 16 gols marcados, apenas 2 gols sofridos e um saldo de 14 gols.

As semifinais

Para as semifinais, tínhamos além do Vitória: Chungmu e Hwarang — respectivamente Vice-Campeão da chave B e Campeão da chave A — e Bahrein — Vice-Campeão da chave A.

No dia 19 de setembro, enquanto o Hwarang vencia o Chungmu por 4 a 1 numa semifinal, o Vitória empatava com Bahrein em 2 a 2 na outra, num jogo dramático onde prevaleceram as jogadas ofensivas dos capixabas no primeiro tempo, que terminou em 2 a 0 com gols do ponteiro-esquerdo Isaías logo no início, e do Naldo aos 25 minutos.

Já no segundo tempo, “foi a vez do Bahrein reagir e passar a atacar. O Vitória não acreditou no adversário e sofreu dois gols, o primeiro marcado por Ahmed Al Hammar e o segundo por Fuad Bushaquer. Veio a prorrogação que terminou em 0 a 0 e, nos pênaltis, o time brasileiro venceu por 5 a 4” (A Gazeta, 20 set. 1979, p. 14).

Na disputa pelo terceiro lugar, Bahrein venceu o coreano Chungmu por 1 a 0. Nesse mesmo dia, 21 de setembro de 1979, no Estádio de Seul às 08 horas — horário de Brasília —, o Vitória jogava a partida final da Copa, com o Campeão Coreano Hwarang, chegando num patamar nunca antes atingido por um clube capixaba. A equipe estava bastante motivada, principalmente depois de receberem um telegrama de Sizenando Pechincha e Marcos Mello — respectivamente presidente e vice-presidente de futebol do clube — parabenizando pela “posição invejável de finalista” da competição.

Segundo Pechincha afirmou na época,

“Todos os times que disputaram este torneio e que eram brasileiros, não conseguiram os resultados que o Vitória conseguiu. Ele foi o melhor deles e isto ficou comprovado por vários dirigentes de clubes do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, de equipes destes centros que participaram desta competição” (p. 14).

A imprensa esportiva de Seul só tinha olhos para esta competição e

estavam todos os dias atrás de informações e dos jogadores do Vitória, principalmente de Paulo Victor, que estava fechando o gol, Mazine e Naldo. Não cansavam de elogiar toda a comissão técnica e o ótimo comportamento disciplinar dos jogadores, além de elegerem o Vitória como o melhor time do Brasil que já disputou a competição nos cinco anos de participação brasileira.

O jogo final e a conquista do título inédito

Voltando à grande final, o Vitória iniciou o jogo com: Paulo Victor; Jarbas, Julinho, Osvaldir e Alípio; Mazine, Naldo e Ademir Lobo; Joadir, João Francisco e Isaías. Luís Carlos, que estava contundido, não começou jogando. Veja na íntegra, como a partida foi comentada pelo jornal:

“O time do Vitória acabou se impondo ao Campeão Coreano na final de ontem graças a um fator que foi fundamental: a habilidade individual contra um time que tinha apenas muita disposição e corria o campo todo na busca dos gols que lhe dessem o título de Campeão.

Mas foi o time capixaba quem chegaria ao 1 a 0. Aos 19 minutos, Naldo, que vem se constituindo em uma das maiores figuras do Vitória nesta excursão, conseguiu um belo chute que deixou o goleiro contrário sem ação. Era o primeiro gol do jogo decisivo de Seul.

O Campeão Coreano, no entanto, foi à frente e conseguiu o empate aos 36 minutos, com um tento de Cho Kwang-Nae. No segundo tempo não houve gols, mas somente a sorte ao lado do Vitória: os coreanos, que queriam decidir o jogo, chutaram duas bolas na trave capixaba.

Veio então a prorrogação depois do empate em 1 a 1 no tempo normal de jogo e logo de início [aos 5 minutos] o título estava decidido com o chute violentíssimo de Joadir contra o gol contrário. O ponta avançou com velocidade pela direita e chutou surpreendendo o goleiro. A bola acabou entrando a poucos centímetros do travessão coreano.

Com o triunfo ontem conquistado pelo Vitória, esta é a terceira vez que um clube brasileiro consegue ser Campeão do torneio, nos já nove anos em que ele é disputado na Coréia do Sul” (A Gazeta, 22 set. 1979, p. 12).

GOL DE JOADIR DÁ UM TÍTULO AO VITÓRIA NA COREIA, era a manchete esportiva do Jornal A Gazeta do dia 22 de setembro de 1979. Com 2 a 1 sobre o Campeão Coreano, o **Vitória sagrava-se Campeão Invicto da IX Copa Presidente Park Chung-Hee, em Seul, Coréia do Sul.**

Dois dias depois de conquistar o histórico título, o Vitória fez um jogo amistoso para receber o troféu e venceu o Universidade Católica de Seul, por 2 a 0.

A excursão continua

Depois de 15 dias na Coréia do Sul, a delegação alvianil capixaba continuou com sua excursão internacional, rumo a Gedah, na Arábia Saudita, com escala em Hong-Kong. O cansaço já começava a se manifestar devido à longa maratona de jogos seguidos, às noites mal dormidas e ao fuso horário adverso.

No dia em que comemorava 67 anos de fundação, 1º de outubro de 1979, o Vitória ganhava da Seleção da Federação de Riad, que era comandada pelo brasileiro Didi, por 2 a 1. Antes, havia ganhado o Al Nasch — Vitória, em árabe —, equipe do brasileiro Formiga e Vice-Campeã local, por 3 a 1.

Agora com o cansaço dominando e a saudade de casa e da família aumentando, o Vitória perderia dois jogos ainda na Arábia e dois na Romênia. Mesmo com o desgaste, os capixabas ainda conseguiram um empate em 2 a 2 com o F.C. Viitorú, da Romênia, no dia 15 de outubro, encerrando seu giro pela Ásia e Europa. Estavam previstos jogos amistosos em Hong-Kong, na África e outros países da Europa, mas não foram possíveis de se viabilizar.

O retorno ao ninho das águias

De volta ao Brasil, mais precisamente ao Ninho das Águias em Bento Ferreira, na Capital capixaba, a delegação alvianil foi recebida no dia 21 de outubro com festa pelos dirigentes e pela torcida que podia comemorar o único título internacional de um clube profissional capixaba, que se tem notícia.

Ainda teria mais ...

Devido ao sucesso advindo da conquista do título de 1979; o Vitória voltou a ser convidado a participar da Copa Presidente Park Chung-Hee no ano de 1981, saindo de Seul com mais um título internacional, desta vez o de **Vice-Campeão**. Mas esta é uma outra história...

“Este foi o melhor pagamento que eu recebi de todo o sacrifício e trabalho que venho vivendo dentro do clube como presidente. Acho que posso dizer, tranquilamente, que deixo o Vitória de cabeça erguida. Esta excursão valeu muito mais do que se o time tivesse ficado para disputar o Nacional”

Sizenando Pechincha

Contatos pelo e-mail: leo@vitoriafc.tk

Para saber mais, você pode acessar a Página Oficial do Vitória F.C. de três formas:

- * www.vitoriafc.tk
- * www.vitoriafc.rg3.net
- * www.vitoriafutebolclube.hpg.com.br

REFERÊNCIAS

ACERVO PESSOAL.

JORNAIS A GAZETA e A TRIBUNA de setembro e outubro de 1979.

MAZZINI, Roberto. Recordações do futebol de Vitória: memórias década das 50/60. Coleção Cadernos de História, n. 41. Vitória: Cultural-ES, 2001. 115p.

PACHECO, Renato José Costa. *Os dias antigos*. Coleção José Costa, n. 1. Vitória: Edufes/Sec. Munic. Cultura, 1998. 155p. il.

RAMOS, João Carlos Nunes. “Olhar de perto”. In: *Escritos de Vitória*, n. 13 Esportes. Vitória: PMV/Sec. Munic. Cultura e Turismo, 1996. 202p. il.

REVISTA ESPORTE da década de 80.

SILVA, Álvaro José. *Clubes de futebol*. Coleção Esporte Memória, n. 3. Vitória: PMV/Sec. Munic. Esportes, 1998. 38p. il.

ENTRE A PROVÍNCIA E MODERNIDADE: HISTÓRIA, ECONOMIA, E CULTURA CAPIXABAS

João Carlos Simonetti jr*

Os discursos presentes na sociedade capixaba acerca da nossa identidade cultural são, para dizer o mínimo, marcados por uma grande ambigüidade. São discursos que reclamam a afirmação de uma identidade, reclamam a sua própria construção, como se isso fosse o resultado de um ato intencional do autor do discurso e não o resultado de um extenso conjunto de práticas sociais. Práticas estas que ecoam incertezas e frustrações que fazem parte da vivência desta identidade, como afirma o antropólogo holandês Geert Banck, “a identidade capixaba é vivida as mais das vezes com muitas interrogações, com muitas incertezas.” (BANCK, 1998: 17) Ele vai mais além e manifesta que a tarefa de construir essa identidade está por ser feita:

Não precisamos usar o ufanismo retórico fácil para dizer que o Espírito Santo tem tudo para construir uma memória coletiva, uma identidade cultural própria. Estudos históricos e sociais são fundamentais nesse esforço. Neste empreendimento sinto-me ligado a alguns precursores capixabas, que abriram a picada. Espero que este esforço coletivo também contribua para mostrar ao resto do país que esta terra merece maior consideração. (idem: 17)¹

Neste artigo, o que busco é traçar anotações sobre a identidade cultural capixaba, e pouco importa que não se possa falar de uma identidade capixaba, una e estável. Se todos, ou muitos, acreditarem nesta identidade, ela surtirá efeitos reais. Reside aí, nos efeitos reais das práticas de representação, dos discursos, a importância dos jogos de representação, por serem nesses jogos que são constituídas as identidades. Precisamos estar atentos a

(*) Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Facom, Universidade Federal da Bahia; membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e Subsecretário Municipal de Cultura de Vitória, ES.

*(...) certas coisas acerca da natureza essencial e política da representação, sobre suas complexidades, sobre os efeitos da linguagem, sobre a textualidade como um lugar de vida ou morte. (HALL, 1996a: 273)*²

Trata-se de reconhecer as relações entre discurso, representação e poder. Os discursos constroem representações (e posições de poder) que têm efeitos reais:

*Assim, tanto pode ser verdadeiro ou não que a presença de apenas um dos pais numa casa conduza inevitavelmente à delinquência e ao crime. Mas se todos acreditarem que assim é, e punirem pais ou mães solteiros em função disso, as conseqüências serão reais tanto para os pais como para as crianças e tornarão 'verdadeira' a afirmação em face de seus efeitos reais, ainda que de nenhuma forma ela tenha sido provada conclusivamente. (HALL, 1997c: 49)*³

Um Capixaba

O esforço empreendido foi o de traçar um rascunho de uma identidade cultural capixaba que não está explicitada na forma de um discurso organizado ao qual podemos facilmente recorrer, mas que está inscrita no cotidiano. Essa identidade não é formada por interrogações e incertezas, mas é simplesmente vivida.

Um capixaba cotidiano, vivo, que não está acometido de uma neurose identitária, prisioneiro da dúvida da sua própria existência. Um capixaba que possui, como seus, uma série de hábitos e costumes que, independente de serem originariamente seus (será que é possível delimitar a origem definitiva de alguma coisa?), são tomados como seus, como capixabas. Assim é, por exemplo, com a alimentação.

À exceção dos pratos tidos como típicos – a moqueca e a torta capixaba -, que são pratos de festa, alimentos a serem degustados em datas especiais: como a torta capixaba que praticamente só é comida na Semana Santa, ou a moqueca num ocasional almoço de domingo com a família; a alimentação do capixaba, ao contrário do que faria supor a geografia, pouco tem de alimentos provenientes do mar.

Renato Pacheco assim descreveu a alimentação cotidiana de uma família capixaba nos anos 30:

[o dia começava com] o simples café com leite e pão e manteiga da manhã (margarina era considerado produto de segunda) até o almoço, precedido, às vezes, de ‘aperitivo’ pelo chefe da família, em geral cachaça, e que constava de feijão, arroz, bife, ovos fritos ou cozidos, pouquíssima verdura e de sobremesa goiabada ou doces caseiros com queijo Minas e banana da terra assada, frita ou cozida, ou frutas da estação. À tarde havia a merenda, pondo-se a mesa, com café, pão fresquinho e biscoitos. À noite, o jantar repetia o almoço (...)
Aos domingos havia também macarronada e galinha morta e depenada em casa: era o jantarado. Também era o dia das bebidas: guaraná Antarctica, Brahma e Poranga, cerveja Teotônia ou Cascatinha e/ou vinho Único e Capelinha (nacionais) e mais raramente Chianti, Grandjô, Alvarellão, Madeira (estrangeiros).
Nas grandes festas faziam-se feijoadas, cozidos e moquecas e na Semana Santa a famosa e única Torta Capixaba (PACHECO, 1998: 27-8)

Posso dar testemunho que, até o fim dos anos 70, essa era a rotina alimentar de uma família capixaba. Na minha casa e nas dos vizinhos, a rotina era a mesma. Mesmo hoje, apesar das alterações impostas pela vida moderna – como a de comer fora de casa diariamente – a base da alimentação continua bastante parecida. Nos restaurantes a quilo, os pratos geralmente seguem a combinação descrita, com o acréscimo da batata-frita. A merenda, ou lanche da tarde, se não é mais feito em casa é comum observar-se a parada no trabalho – ainda hoje as padarias mantêm a tradição de tirar uma fornada durante a tarde.

Apesar de desde aquela época o consumo de carne ser bastante superior ao de peixe – “consumiam-se (...) 3.360 kg diários de carne verde e 680 kg de peixe” (idem, 28) – hoje a presença do churrasco nos momentos festivos é, certamente superior a da feijoada e possivelmente mais comum que a própria moqueca. Em Vitória, diversos açougues oferecem os serviços de churrasqueiros e no bairro da Praia do Suá, onde fica a mais importante colônia de pescadores da capital, desenvolveu-se uma forma peculiar de comércio: três importantes bares da região, próximos um dos

outros e não por acaso vizinhos de dois açougues, oferecem a seus consumidores churrasqueiras com carvão e tudo o mais que for necessário para que os freqüentadores assem a sua própria carne, sem qualquer custo adicional.

Outro traço marcante entre os capixabas é o gosto pela troça, pela brincadeira e pelos apelidos. Fazendo uma descrição de Vitória nos anos 50, o historiador Luiz Guilherme Santos Neves faz referência a esse hábito:

passava-se da Costa Pereira para a Jerônimo Monteiro. A avenida começava em frente ao cine Glória e estendia-se até a Praça Oito, onde se formava a opinião pública e impúblicável da cidade. Ali, como instituição da terra, também se cultivava a enxova (gozação) ... (SANTOS NEVES, 1993: 58)

Uma história – se verdadeira ou não pouco importa -, reproduzida pelo escritor Marien Calixte, é exemplar ao descrever o hábito do capixaba em apelidar:

Um viajante carioca apostou que sairia daqui incólume. Durante dois dias espiava pela janela do antigo hotel Canaã, sem por os pés na rua. Quando pegou as malas para embarcar num táxi, na Costa Pereira, convencido de seu sucesso, alguém gritou-lhe: ‘Boa viagem, Cuco!’. Perdeu a aposta e desapareceu. (CALIXTE, 1993: 72)

Um caso exemplar foi o episódio das desavenças entre Peroás e Caramurus que, recentemente, em fins de 1998, durante as eleições para a mesa diretora da Câmara dos Vereadores, foi reavivado quando o grupo de oposição se auto denominou manjuba, um peixe pequeno, em comparação com as forças governistas. Na época, em resposta à “modéstia” de um dos vereadores de oposição, um importante líder político replicou que ele, o vereador, não seria uma manjuba, mas um badejo, peixe nobre e de grande valor. Como resultado, esse vereador, representante dos pescadores da Praia do Suá, até hoje é conhecido como Badejão.

(...) duas facções religiosas e rivais, em que se dividia, no século XIX, a cidade de Vitória, na devoção a São Benedito. Os peroás, de cor azul, tiravam a denominação do nome do peixe assim chamado (...). Os caramurus, do peixe de igual nome, de cor verde (...). As duas denominações nasceram com sentido pejorativo numa alusão ao pouco valor dos dois peixes, mas acabaram assumidas com orgulho por ambos os lados. (...) a rivalidade entre peroás e caramurus, que chegou a adquirir conotação política, agitava a vida social de Vitória, empolgando os partidários das duas hostes. (...) [a rivalidade] chegou a momentos de picardia: segundo Maria Stella Novaes, as mulheres caramurus usavam chinelas de cor azul (cor dos Peroás) para pisoteá-las simbolicamente; as peroás davam o troco, calçando chinelas verdes. (PACHECO e SANTOS NEVES, 1994: 103-4)

Uma certa modéstia, uma timidez habitual, é outro traço característico do capixaba. Ou, como afirmou o cronista capixaba José Carlos Oliveira: “O Capixaba é antes de tudo um fraco. No bom sentido: sentimental, modesto, deslumbrado por tudo que vem de fora.” (OLIVEIRA, 1992)

Esse capixaba popular, cotidiano, é assim. A ele o mundo moderno preocupa se pode perturbar a sua tranqüilidade. Não por acaso, um dos mais conhecidos serviços oferecidos pela Prefeitura de Vitória está voltado para o controle da poluição sonora, o Disque-silêncio, como foi batizado, e consiste num atendimento 24 horas de reclamações de moradores contra bares, obras, igrejas e o que mais estiver incomodando com o seu barulho.

Ou, como resumiu o Conselho Editorial⁴ da Coleção Escritos de Vitória, na orelha de seu primeiro volume, onde estão publicadas, entre outras, as crônicas de Marien Calixte e Luiz Guilherme citadas acima:

*O **Manifesto Provinciano**, antevisto por Debson Afonso dois anos atrás em outra publicação de crônicas comemorativas do aniversário de Vitória, parece esperar mesmo só por uma redação final, em tópicos.*

(...)

Somos província, sim senhor, e muito obrigado. É esta a lição dos escritores da Cidade, palavras de uma Vitória que não vai voltar, mas teima em não abrir o caminho para uma metrópole que não seja ‘um canteiro para sementeira de

devaneios', como definiu José Costa. (PMV, 1993)

(...) estou imbuído do mesmo projeto, que é "o Espírito Santo em primeiro lugar". O Brasil em segundo. O Brasil entra porque o Espírito Santo é Brasil. Eu tenho um romance, chamado O senhor Curtis morto, baseado em Conrad. Esse romance, inspirado um pouco em Saramago também, tira o Espírito Santo daqui e o coloca no meio do Atlântico, entre o Brasil e a África. E ele se torna uma colônia de Portugal até 1985 e esse Curtis é quem faz a independência da Santa Maria do Atlântico, capital Vitória, na ilha de Vitória. O que fica aqui, então? Fica o Golfo do Espírito Santo, que o Brasil não tem golfo e tem uma vergonha danada disso. E o que acontece? O Porto de Tubarão vai lá para Aimorés, para grande satisfação dos mineiros. E a vida do Espírito Santo passa a ser toda lá na Santa Maria do Atlântico, com todos os rios (São Mateus, Itapemirim, Jucu), mas tudo lá, no meio do Atlântico, fora do Brasil. (Revista Você, n 50, out 1987)

Para o capixaba, o seu mundo é tão próprio, tão exclusivamente seu que a geografia da cidade é redesenhada pelos seus moradores, dando origem a um modo de reconhecer a cidade que não faz sentido para aquele que lhe é estrangeiro. O nome das ruas, à exceção das grandes avenidas, não é conhecido – mesmo as grandes avenidas tem apelidos: Reta da Penha, Beira Mar, Reta do Aeroporto; as pontes também: cinco pontes, ponte da passagem, segunda ponte (que, como a obra demorava, foi ponte do gato, porque não entrava n'água e ponte do pato, porque não saía), terceira ponte. Ou como afirmou o jornalista Pedro Maia, observação que ficou registrada pela pena do repórter Octávio Ribeiro no nº 2 da revista Isto é, em 1976:

Comecei a me interessar por Pedro Maia e por Vitória quando ele me definiu a cidade: "Isso aqui é a terra das contradições. Tem uma praia chamada Comprida que é a mais curta do lugar. O cidadão conhecido por Tristão foi rei Momo durante muitos anos. A família Lírio é composta só de pretos..." (disponível em <http://www.capixabaon.com.br/enciclopedia/pedromaia/index.htm>, capturada em 09/07/2001)

Outro aspecto que vale a pena ressaltar, acerca das características

de identidade do capixaba, é que ele é um habitante de bares. Não de botequins ou de restaurantes, mas de bares. Para aclarar essa afirmação, e mostrar a sua relação com a identidade capixaba, vamos partir de uma classificação simples destas três categorias. Restaurante é lugar em que se vai para comer – almoço ou jantar, nada de quitutes e salgadinhos, comer de garfo e faca. Ao botequim, vai-se para beber – comida lá é tira-gosto, sua função é acompanhar a bebida e preparar o estômago para a dose de álcool – bebe-se em pé, sem lugares marcados e sem garçom, quando o botequim é bom e você, cliente, é pedir licença e enfiar a mão no freezer. O bar é o botequim organizado, com mesas e garçons – a comida também é tira-gosto, mas vem em porções e às vezes até com talheres para comer – o espaço está dividido, minha mesa, sua mesa. Se o bar ainda traz alguma coisa da democracia do botequim, e se afasta da formalidade dos restaurantes, o encontro é menos casual, está cada um no seu lugar e, muitas vezes, cada um no seu bar, que bar é uma categoria elástica, do mesmo modo que há restaurantes de comida a quilo e restaurantes à lá carte, e há os de cozinha internacional e típica, por exemplo: há os bares com e sem música, com e sem música ao vivo, claros e escuros, grandes e pequenos, de calçada ou fechados. Mas o bar é, sempre, no fundo, um botequim organizado.

Em Vitória, as gerações podem ser reconhecidas pelo bar que frequentaram:

Seja de 'filhos do Britz' para 'filhos do Adega' o bastão vai passando de mão, de geração para geração. É o nome próprio que assinamos quando atingimos uma maturidade não cronológica. É a assinatura, a identidade (LIMA, 1995: 84)⁵

E porque para o capixaba o lugar de encontro é o bar, e não o botequim ou restaurante? Ou outro lugar qualquer? Primeiro, é o bar porque o capixaba gosta de festa, de confraternização, de cerveja e conversa – e gosta especialmente de conversa. Não é muito de dançar, que isso é coisa que aos tímidos não agrada.

Em segundo lugar, o capixaba prefere bar ao botequim porque é mais íntimo, mais recatado, afeito a grupos fechados. No bar a convivência

pode dar-se apenas com os que pertencem ao mesmo grupo, no bar o capixaba pode sentar-se apenas com os seus. Mesmo que não seja apenas assim que as coisas aconteçam, é assim que elas são recordadas e significadas, como já reclamava o escritor Fernando Tatagiba, ao descrever a forma como foram representados pelos escritores:

os bares legendários (Avenida, Globo, Santos, Central, Estrela, Elite, Café Praça Oito, Lanchonete Rio Doce) que serviram apenas para que alguns autores relatassem um encontro formal com os amigos (e os frequentadores comuns que por ali deliravam, os seres parados nas portas, os boêmios, em que garrafa ficaram embutidos?); a Praça Oito, a Costa Pereira, o Parque Moscoso foram apenas superficialmente mencionados, deixando esquecidos os personagens de baixa-renda, porque não seria de 'bom tom' citá-los, numa ilha que sempre foi uma festa cercada de colunas sociais por todos os lados ...
(TATAGIBA, 1986: 14)

O temperamento do capixaba é muito fechado. Ele não tem uma extroversão como a dos mineiros, paulistas e cariocas. Uma extroversão que é necessária para você constituir uma identidade cultural. A gente configura esse fechamento naquela metáfora de que aqui é como uma lata cheia de caranguejos. Um quer sair da lata e outro puxa. (GAMA FILHO, OSCAR.)

Para compreender porque, ao mesmo tempo, afirmamos e negamos a existência da identidade capixaba, é necessário traçar um quadro que aclare como, na articulação da identidade com a cultura capixaba, a primeira é posicionada, que posição de valor é a ela atribuída.

Para isso busquei compreender como, a partir de como recontamos o nosso passado e imaginamos o nosso futuro, a identidade capixaba é posicionada encerrando uma impossibilidade, uma condenação ao atraso, e que a presença, sempre revivida deste mito, estabelece, hoje, uma tensão insolúvel entre modernidade e província. Desejamos a modernidade que nos é impossível, por que fomos condenados ao atraso, condenados a sermos provincianos. Se hoje a idéia de Província surge, às vezes, como idealização do passado, como nostalgia, isso acontece porque há um desejo de resolver o problema da impossibilidade de sermos modernos – deve-

mos então aceitar a província como valor positivo –, no entanto essa província que surge da nostalgia não é mais que um passado idealizado e, portanto, também inacessível, e o ser provinciano com que nos defrontamos diariamente continua a ser visto como negativo. Desse modo, estabelecemos no “centro” do nosso discurso de identidade uma dupla impossibilidade: não podemos ser modernos (porque fomos condenados a ser provincianos) e não podemos viver na Província idealizada (porque já somos um pouco modernos). De todo modo, o bom é sempre o Outro: ou o Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Nova York, ou a Vitória idealizada da nostalgia. A identidade capixaba é, então, vivida como um devir, um vir-a-ser que não se realiza jamais, ou como algo fora do mundo, deslocado. É esta ao nosso ver a interrogação a que se refere Banck, é essa a causa de a identidade capixaba ser vivida com muitas incertezas.

Província de terceira categoria

Em seu princípio, a Capitania do Espírito Santo é vista como um “Vilão Farto”, como foi alcunhada a terra por seu donatário, Vasco Fernandes Coutinho. Era verdadeiramente uma terra na qual, como na carta de Caminha, “em se plantando tudo dá”, e na qual se tinha a certeza da existência de ouro e pedras preciosas – certeza esta que acabaria se verificando e, talvez por ironia do destino, se tornaria uma das causas do atraso da Capitania.

Mesmo entre as dificuldades dos primeiros anos de colonização, apenas 11 anos depois da chegada dos portugueses (23.05.1535), em 1546, um “minucioso relatório” dá conta de que o Espírito Santo já produz 1000 arrobas de açúcar e recomenda ao rei de Portugal que nomeie Feitor para a Capitania, num reconhecimento da importância que ela adquiria para o Reino e da, por isso mesmo, necessidade de que o Rei estivesse melhor representado nela, especialmente para a coleta de impostos. (cf. OLIVEIRA, 1975: 54-5)

Por conta destes bons primeiros anos da capitania, o Espírito Santo recebe diversos esforços da Companhia de Jesus para a tarefa de “catequizar” os índios. Como resultado da presença dos jesuítas em terras capixabas, especialmente do mais famoso deles, José de Anchieta, o Espíri-

to Santo torna-se o berço da literatura nacional e constitui um pouco preservado patrimônio arquitetônico do Século XVI.

Problemas, por certo que havia, especialmente aqueles decorrentes das longas ausências de Vasco Coutinho, mas dúvidas também não havia de que a terra era boa e próspera, como neste trecho de uma carta de Tomé de Souza ao Rei de Portugal, em junho de 1553:

O Espírito Santo he a melhor capitania e mais abastada que há nesta costa mas está tam perdida como o capitão della que é Vasco Fernandez Coutinho eu a proty o melhor que pude mas V. A. deve mandar capitão ou Vasquo Fernandez que se venba pêra ella e ysto com brevidade. (cf. OLIVEIRA, 1975: 68)

Nada, ou quase nada, no entanto, fincou presença no imaginário capixaba destes primeiros tempos, desse otimismo e dessa abundância. O que ficou foi a imagem de um donatário bonachão, “mais propenso à indulgência do que à disciplina”⁶ e dado “a beber fumo de mistura com homens baixos”, o que levou a que fosse Vasco Coutinho excomungado por D. Fernandes Sardinha (Cf. PACHECO, 1991: 63).

O Espírito Santo tem estado praticamente ausente da historiografia brasileira. Os trabalhos mais antigos, que davam grande relevo aos primeiros episódios da colonização, relatam o triste destino de seu donatário, Vasco Fernandes Coutinho, morto na mais extrema pobreza (...). A partir de então – Capitania fracassada – cai sobre ela o silêncio. (SALETTTO, 1996: 7)

Lembrança presente e sempre recordada da história colonial capixaba foram os fatos que antecederam e sucederam à descoberta do ouro nas Minas Gerais.

Durante boa parte do século XVII, esteve o Brasil ocupado na busca de minas de ouro e pedras. Após o anúncio de que se teriam descoberto esmeraldas na Capitania, o herdeiro de Vasco Fernandes vendeu o seu Vilão Farto a Francisco Gil de Araújo por 40 mil cruzados, em 1675. Entre 1678 e 1682, período em que o comprador esteve em terras capixabas

houve notável desenvolvimento da província. No entanto, após o seu falecimento, em 1685, o herdeiro da província, Manuel Garcia Pimentel, sequer teve interesse em conhecer as terras que seu pai lhe deixara.

Em 1692, ou 93, finalmente chegou a Vitória o primeiro ouro descoberto na Capitania, encontrado pelo bandeirante paulista Antônio Rodrigues da Costa. “Os sacrifícios de quase duzentos anos e a perseverança de várias gerações na caça às minas encontravam, afinal, sua recompensa.” (OLIVEIRA, 1975: 171) Esta deve ter sido a sensação dos que viviam nas terras capixabas por esta época. No entanto, como resultado da descoberta do ouro, ao invés do enriquecimento do Espírito Santo e de todo o desenvolvimento que dele se poderia imaginar adviria, o que resultou foram “ordens rigorosas da Bahia para que se recolhesse a Vitória toda a gente que se encontrasse nas lavras. E mais: que se evitasse ‘com todo aperto’, excursionasse alguém àquelas regiões.” (idem: 173)

Como resultado desta ordem, muitas vezes reafirmada,

em bora excepcionalmente propícia à expansão, o Espírito Santo teve de conter-se nos limites acançados da faixa litorânea, privado do direito de conquistar o próprio território. O futuro capixaba sofreu graves danos devido a tal política, que fez da Capitania simples barreira protetora das zonas de mineração situadas ao poente. (idem, 1975: 173 – grifo do autor)



O mapa “mostra à perfeição o drama do que se poderia denominar a formação territorial do Espírito Santo. A proximi-

dade das minas gerais não lhe permitiu conquistar o próprio território, estabelecido na carta de doação”, como destaca a legenda do historiador José Teixeira de Oliveira. (OLIVEIRA: 1975, 174).

Eis o mito fundador da sociedade capixaba, e ao qual os discursos sobre o Espírito Santo sempre recorrem para justificar o seu “atraso”. A esse episódio se referem, por exemplo, dois livros publicados em 1999. Na Introdução de **Memórias do Passado**, o historiador Fernando Achiamé recorda o fato para explicar o pouco desenvolvimento da Província do Espírito Santo em meados do séc. XIX: “Em tudo o atraso a que fomos condenados pela pujança do ouro das Gerais (...) Descontar tal atraso ainda iria demorar muito e, em certo sentido, os resultados de tal estagnação ainda não foram superados inteiramente” (p. 10). Já Maria Thereza Ceotto, no livro **História, Carnavalização e Neobarroco: leitura do romance contemporâneo do Espírito Santo**, assim refere-se à lembrança desse mesmo fato no livro **Albergue dos Querubins**, de Adilson Vilaça (1995). “O narrador não se furta ao exame das causas da estagnação em que se manteve o Espírito Santo até quase meados do século XX. Lembra o fato, *tão sensível à memória capixaba*, de ter sido o Estado transformado em ‘barreira verde’ para proteger o ouro das Minas (...)” (p. 76) (grifamos).

Durante dois séculos, entre a descoberta do ouro e a transformação do Espírito Santo em barreira verde de proteção do ouro das Minas Gerais, em fins do século XVII, e a proclamação da república, em fins do século XIX, quase nada digno de nota ocorreu, além da introdução do café e do início da imigração, ações que tinham o objetivo de superar o atraso econômico:

... a inteligência espírito-santense, após a Província ter se libertado do governo da Babia, em 1810, começou a analisar as causas de sua atrofia econômica. Concluiu que era devido ao despovoamento e à conseqüente falta de mão-de-obra, impedindo desenvolver aqui a cafeicultura, já com resultados positivos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assim, são abundantes as matérias da imprensa apregoando a colonização. (LOPES, 1997: 15)

Mesmo estes esforços poucos resultados renderam. No final do século XIX,

(...) o Espírito Santo era uma província esquecida. Não só foi relegada administrativamente a província de terceira categoria pelo projeto-lei de 1860, como também continuou sem qualquer peso político nacional. Verdadeira 'filha espúria da comunhão brasileira' como reclamavam, em editoriais, dois políticos, em 1885. (BANCK, 1998: 22)

Responder ao mito fundador, superar “o atraso a que fomos condenados” é tarefa a que as elites capixabas vão se dedicar durante todo o século XX.

Primeiras tentativas de superação

Proclamada a República, em 1889, (...) as elites políticas e econômicas do Espírito Santo, que passaram a ser bem mais independentes do governo central do que antes, tentaram dar novo impulso à economia local (BANCK, 1998: 217)

Durante toda a Primeira República, a política capixaba seria dominada pelo embate entre a oligarquia mercantil-exportadora (constituída pelos grandes comerciantes de café e os vendeiros rurais⁷ na região central do Estado) e a oligarquia agrofundiária (constituída pelos grandes proprietários rurais do sul).

(...) a classe dos grandes proprietários, além de disseminar relações servis em seus espaços, impregnava, também, com características semelhantes de dependência e subordinação, as demais formas de produção. Resultado: configurar-se-ia uma estrutura social formada por uma oligarquia agrofundiária e uma oligarquia mercantil-exportadora que digladiaria entre si na disputa pela direção política do Governo Estadual, e manteria a massa dos pequenos produtores camponeses atrofiada a limites de auto-subsistência por muitas décadas. (ZORZAL E SILVA, 1995: 82-3)

Figura central na política espírito-santense nos primeiros 20 anos da República, Moniz Freire governou o Estado por duas vezes, entre 1892 e 1896, e entre 1900 e 1904, e representava o pensamento da oligarquia mercantil-exportadora: “suas metas administrativas ressaltavam as tradicionais carências capixabas: transporte e mão-de-obra. Necessidades vitais ao modelo capixaba, fornecedor de produtos tropicais de exportação.” (BITTENCOURT, 1987b: 113)

Seu primeiro mandato foi rico em realizações, para a época. Pode-se citar o início da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, cujo objetivo era o de integrar a economia cafeeira do sul do Estado ao comércio efetuado por Vitória. Até então, toda a produção da região vinha sendo exportada pelo porto do Rio de Janeiro. (...) Outro ponto importante do governo de Moniz Freire foi a continuação da ocupação do interior, notadamente da região central, favorecendo o ingresso de 20.000 imigrantes italianos. (VASCONCELLOS, 1995: 144)

Essa corrente política dominaria a política capixaba até a revolução de 30, “embora, no período 1908-1912 as forças integrantes das classes agro-fundiárias, da região sul, houvessem buscado uma composição com essas forças, e, nesse intervalo, definido o sentido da política de desenvolvimento sócio-econômico” (ZORZAL E SILVA, 1995: 76).

Jerônimo Monteiro, governador do Estado entre 1908-1912, foi a figura mais proeminente da oligarquia agrofundiária. Filho de uma tradicional e abastada família de Cachoeiro de Itapemirim, centro político e econômico da região Sul do Espírito Santo, Jerônimo formou-se advogado em São Paulo, dividindo as carteiras e as idéias com a mais avançada elite brasileira da época. Impelido por um desejo de modernização do Estado, Jerônimo vai buscar fora do Espírito Santo o que lhe parecia faltar no Estado natal, como fora um ano antes – na condição de negociador das dívidas do Estado - buscar no capital inglês da Leopoldina Railway, para quem vendeu a ferrovia que Moniz Freire havia mandado construir, a solução para os problemas econômicos do Espírito Santo.

Entre a eleição e a posse, Jerônimo viajou para São Paulo. Naquele Estado (...) ele analisaria o funcionamento do governo paulista. Sua intenção era a de estudar que medidas modernizadoras poderiam ser tomadas no Espírito Santo. (...) Depois dessa visita, ele foi a Minas Gerais, Estado dirigido por João Pinheiro, conhecido como dirigente empreendedor e moderno. (VASCONCELLOS, 1995: 150)

Após o final do governo de Jerônimo, no entanto, o controle da máquina política volta às mãos da oligarquia mercantil-exportadora que promove um amplo desmonte da política de desenvolvimento desenhada no seu período administrativo.

Em suma, a sociedade capixaba chegou ao fim da década de 1920, a despeito dos esforços industrializantes e investimentos no planejamento urbano e na agricultura diversificada, como uma sociedade monocultora e rural, suscetível a todos os problemas oriundos dessa condição a qual o sistema não conseguia superar. Faltou (...) consciência das reais condições do Estado. (BITTENCOURT, 1987b: 170)

Essa disputa de modelos de desenvolvimento para o Espírito Santo, um voltado para a industrialização e outro para a agricultura, mais do que representar duas respostas para o problema de falta de autonomia política e financeira do Estado posta pelos períodos da Colônia e do Império, representa uma nova vestimenta da antiga disputa entre o capixaba e o que lhe é exterior e que busca configurá-lo. A disputa entre o modelo provinciano (provinciano porque marcado pela agricultura, porque definido em relação a e a partir da realidade local do Espírito Santo), defendido pela oligarquia mercantil-exportadora, e o modelo modernizante (modernizante porque orientado a partir da industrialização, marcado por uma visão de mundo externa à realidade local), defendido pela oligarquia agrofundiária, é a forma que adquire, na Primeira República, a antiga disputa.

Não se trata, aqui, de estabelecer juízos de valor acerca dos dois modelos, ambos excludentes da maioria da população e que objetivam, em última instância, a acumulação de riqueza pelas oligarquias deles defenso-

res, mas configurar esses modelos dentro do imaginário capixaba como representantes de duas categorias fundamentais para compreender o capixaba, as categorias de provinciano e moderno, sendo a primeira atribuída às coisas do Espírito Santo e a segunda negada ao capixaba.

Não se trata, também, de pretender que estes modelos sejam puros. Mesmo porque, “optar de forma excludente entre dependência ou nacionalismo, entre modernização ou tradicionalidade local, é uma simplificação insustentável” (CANCLINI, 1998: 84). O modelo provinciano também tinha por objetivo a modernização, tanto quanto o outro modelo também guardava características provincianas mesmo porque

caso a modernização que as elites [no período de Jerônimo Monteiro] pareciam portar fosse um sucesso, elas morreriam politicamente. Era preciso ter a visibilidade de um moderno, a imagem de um renovador, sem perder o controle da situação que produzia o poder. Sem modificar a estrutura de privilégios. (...) Jerônimo e muitos outros de sua geração não queriam ficar imóveis, mas, também, não poderiam ir muito longe. (VASCONCELLOS, 1995: 167)

O que as distingue é a marca de origem: enquanto uma se pautava pela expansão a partir da província, dos valores e modos de ser e de se organizar da província (a agricultura em pequenas propriedades rurais que aliam a produção do café com a de subsistência, pequenos núcleos urbanos, acúmulo lento de capital nas mãos principalmente dos comerciantes instalados no Espírito Santo e industrialização pela via da indústria de transformação da produção agrária, especialmente a cafeeira); a outra propõe a importação de um modelo de industrialização do Rio e de São Paulo, com uma maciça injeção de capital externo pelas mãos do Estado, a reconfiguração da sociedade com a concentração da população nas cidades em decorrência da industrialização, embora não tenha a menor intenção de desmontar a política coronelista que lhe dava sustentação e que é típica de sociedades provincianas.

De todo modo, buscar conciliar o antagonismo entre os valores provincianos e os valores modernos será um desafio a ser superado pelos capixabas. Ou, nas palavras do escritor Renato Pacheco:

O autêntico capixaba, capixaba que se preza (...) [está] sempre em busca de “um futuro esperançoso” (...). Futuro esperançoso que chegará, um dia, mas que o capixaba reza a todos os santos, que não seja para já ...” (PACHECO, s. d.)

Os “Grandes Projetos” – enfim a modernização desejada?

Até os anos cinqüenta, o Espírito Santo manteve uma certa linearidade de seu desenvolvimento baseado na produção, transformação e comércio do café, cuja agricultura era feita principalmente em pequenas propriedades rurais. A população capixaba era predominantemente rural: em 1950, quase 80 % da população capixaba estava no campo (no Brasil este índice era de pouco mais de 60%) e a Grande Vitória⁸ representava 12% da população total do Estado.

A partir de 1955, como resultado da crise dos preços internacionais do café e de políticas locais e nacionais de desenvolvimento, a sociedade capixaba seria completamente transformada. Em 1980, a população rural havia caído para 33% do total e a Grande Vitória já representava 35% dos moradores do Espírito Santo. (Cf. ROCHA e MORANDI, 1991: 134)

Apesar da importância do café para a “economia capixaba”, a tendência seria a de que se preservasse a sua capacidade produtiva, uma vez que a cultura cafeeira representava para os produtores a única fonte de renda ao mesmo tempo em que não era fundamental para a subsistência, já que as pequenas propriedades produziam a parte fundamental dos produtos básicos de alimentação. Claro que os setores secundário e terciário ligados ao beneficiamento e comercialização do café sofreriam grandes prejuízos, mas,

dadas essas condições particulares em que operava a ‘economia capixaba’, esperava-se que, não havendo interferências exógenas, ocorresse apenas uma redução da renda interna estadual, que redundaria em retardamento do processo de acumulação (ROCHA e MORANDI, 1991: 50)

No entanto, os impactos da crise do café eram muito mais sérios no balanço de pagamentos e na economia nacional. E o governo federal adotou, no início dos anos 60, um plano com o objetivo de recuperar economicamente a cafeicultura cuja principal ação foi a erradicação de 1,38 bilhões de pés de café em todo o país. A erradicação, no entanto, não ocorreu igualmente em todo o país. O Espírito Santo, responsável por pouco mais de 10% da produção nacional acabou respondendo por 22% do total de pés de café erradicados – ou 54% do cafezal capixaba foi destruído num espaço de cinco anos, entre julho de 1962 e maio de 1967. (Cf. ROCHA e MORANDI, 1991: 51-2)

A crise social gerada pela erradicação é o aspecto mais ressaltado e se expressou de forma dramática na substancial redução de renda e do emprego, o que provocou o empobrecimento econômico e um vigoroso processo de 'expulsão' da população do campo para as áreas urbanas. Estima-se o desemprego de aproximadamente 60 mil pessoas, o que, considerando uma taxa média de dependência de 3 por 1, mostra ter sido afetado um total aproximado de 240 mil pessoas [17% da população capixaba em 1960], sendo que boa parte migrou para as cidades. (ROCHA e MORANDI, 1991: 57)

Outra conseqüência foi a concentração da terra. Em, 1960, as propriedades rurais com menos de 100 ha representavam 55% das propriedades no Espírito Santo, enquanto aquelas acima de 500 ha eram menos de 14%. 20 anos depois, em 1980, as propriedades com menos de 100 ha representavam 40% do total e as com área superior a 500 ha, quase 27%. (idem: 116)

Naqueles anos 50/60, o Espírito Santo via passar diante de si o mesmo filme das restrições ao seu desenvolvimento. Além da queda do preço do café e a conseqüente erradicação dos cafezais, que arrasou a tradicional economia capixaba, o Espírito Santo ficou afastado dos esforços industrializantes realizados no Brasil. Não compartilhou do surto desenvolvimentista da região Sudeste, e foi alijado dos mecanismos de financiamento criados para as regiões Norte e Nordeste. Tudo isso “impôs ao espaço nacional uma estrutura polarizada em que o Espírito Santo consolidou uma condição periférica”: (BITTENCOURT, 1987b: 206). Até os

anos 70, ainda era comum, entre os capixabas, descrever o Espírito Santo como o “Nordeste sem Sudene”.

No entanto, uma prolongada ação da classe política e da classe empresarial capixaba junto ao governo federal acabou por conseguir criar uma legislação especial para o Estado, o que permitiu reter no Espírito Santo uma grande parcela dos impostos federais arrecadados dos capixabas para investimento em infra-estrutura e industrialização. Esses recursos, que vieram a se somar aos que haviam ingressado no Estado como compensação aos cafeicultores pela erradicação dos cafezais, permitiram que o Espírito Santo retomasse o rumo do desenvolvimento – a rigor, sem auxílio externo. De certa forma, isso significava retomar os princípios do desenvolvimento proposto por Muniz Freire na Primeira República, ou seja, de buscar superar o atraso por meio do crescimento a partir do capital local e das atividades econômicas tradicionais.

em meados da década de 70, a ‘economia capixaba’ havia atingido um nível de maturidade que a qualificava a receber grandes investimentos produtivos (...) estavam dadas as principais condições para um novo ciclo de expansão econômica, que, no entanto, iria apresentar significativas diferenças em relação ao ciclo expansivo realizado nos anos anteriores (ROCHA e MORANDI, 1991: 91)

É neste ambiente que o Espírito Santo vai experimentar o seu último grande surto desenvolvimentista, marcado pela implantação de grandes plantas industriais na região da Grande Vitória e Aracruz (ampliação do porto de Tubarão, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Aracruz Celulose, especialmente). No entanto, devo destacar que este movimento significou a retomada de um antigo projeto:

Experiência concreta deste esforço, detectamos, desde o início do século, sobretudo nos “Grandes Projetos” industriais do governo Jerônimo Monteiro. O aparecimento, nas primeiras décadas do século, desta política, praticamente isolada, de ‘capitalismo de estado’ determinou o futuro das iniciativas industriais ... (BITTENCOURT, 1987b: 239)

O extraordinário crescimento econômico vivido pelo Espírito Santo a partir de meados da década de 70, e que, em grande medida, moldou a atual sociedade capixaba, caracterizou-se

... por uma nova dinâmica do processo de acumulação. O 'grande capital' liderou a expansão econômica, pois dominou praticamente todos os setores de atividade e imprimiu-lhes um ritmo acelerado de crescimento. Dessa forma, foram se processando profundas alterações na estrutura produtiva da economia e foi se delineando o seu novo perfil.

Essa segunda fase [a partir de 1975] contrasta com a primeira [entre 1965 – 75] em vários aspectos. Na anterior, a hegemonia do processo de crescimento coube ao capital local, em geral de pequeno porte (...). As atividades que apresentaram grande dinamicidade foram as mais tradicionais, tendo sido quase nula a diversificação econômica. Na segunda fase, ao contrário, exacerbou-se o processo de diversificação econômica e modernização capitalista, com o surgimento e o desenvolvimento de várias atividades não tradicionais. Esse processo foi comandado pelo 'grande capital, que salvo algumas exceções, não era de origem local, mas, em sua maioria, de grandes grupos estatais e privados, tanto nacionais como estrangeiros. (ROCHA e MORANDI, 1991: 93-4)

Como resultado deste rápido crescimento, a região da Grande Vitória sofreu a sua terceira grande expansão populacional no período de um século – primeiro a imigração européia no final do século XIX, depois a população rural expulsa pela erradicação do café e, por fim, levas de migrantes não apenas do interior do Espírito Santo mas também de regiões pobres de Estados vizinhos nos anos 70, como resultado da implantação dos Grandes Projetos⁹ industriais. Assim, se “Vitória manteve, até meados dos anos 60, características de pacata cidade provinciana” (BANCK, 1998: 220),

... os grandes projetos transformaram a sociedade local de forma irreconhecível. A expansão urbana se fez, para dizer o menos, de forma um tanto caótica. (...) E se o 'progresso' econômico finalmente trouxe os arranha-céus com que antes se sonhava, sua concepção era de um modernismo tão primário, se não vulgar, que a paisagem urbana se desfigurou a ponto de se tornar irreconhecível.

Reinava o sentimento, agudo e generalizado, de que (...) a identificação com a cidade estava se tornando quase impossível. (idem: 236-7)

Entre a Província e a Modernidade

O objetivo deste longo parêntese histórico foi destacar que são estes constrangimentos e limitações que dão o tom na forma como interpretam os capixabas a sua inserção no mundo.

Os sucessivos constrangimentos externos ao desenvolvimento do Espírito Santo, primeiro com a proibição da exploração do interior da Capitania, depois com a falta de importância política no período colonial e por fim pela falta de apoio do governo federal à superação do subdesenvolvimento a que o Estado foi condenado fez com que a

dicotomia entre 'desenvolvido' [o Outro] e 'subdesenvolvido' [o capixaba], [se tornasse] a mais recente e importante camada de significações no palimpsesto da identidade local. O sentimento de viver num país subdesenvolvido tornou-se muito profundo em Vitória" (BANCK, 1998: 236)

Essa dicotomia, que acreditamos ser a tensão sobre a qual se equilibra a constituição da identidade capixaba, aquilo sobre o que se assenta a sensação de pertencimento à comunidade capixaba e é traduzido, no cotidiano local, pelas categorias de província e modernidade.

Sendo a província aquele lugar onde “as pessoas se tratam por você, todo mundo é íntimo; falam meio em dialeto; é gente que se vê todos os dias sabe Deus há quantos anos; toda conversa é a continuação de outra mais antiga” (CALVINO, 1999: 25), e que reflete, em grande medida, a forma como a sociedade capixaba organizou a sua cultura pelo menos até os anos 60, não foi nunca a forma valorizada. Já “em 1928 um periódico local lamentava que Vitória ‘ainda conservava o seu condenável aspecto colonial’” (BANCK, 1998: 236). E foi substituída em enorme velocidade, de tal forma que, hoje “não apenas fisicamente a cidade está estilhaçada. Sua identidade também passa por um processo idêntico.” (VASCONCELLOS, 1993b: 143).

A província encontra-se com a cidade moderna e gera sentimentos contraditórios. Pesquisa qualitativa realizada em abril de 1992 (MEDEIROS, 1993) com lideranças da cidade de Vitória, tendo como tema “Identidades Culturais de Vitória” revelou as principais imagens da cidade que povoam os seus moradores: a) a sociedade é tradicional e provinciana, o que não é obrigatoriamente negativo; b) os grandes projetos quebraram as tradições e os costumes; c) mudou tudo: aterros, fim do bonde. A cidade ficou feia; d) os prédios tiraram a característica de cidade pequena.

Outra leitura relevante que se pode depreender do trabalho é que a sociedade local é vista de forma negativa pela maioria dos entrevistados, que a define como fútil. A expressão ‘provinciana’ aparece de forma recorrente nas entrevistas. Entretanto, a mesma expressão pode ter características positivas; entra nesta positividade o registro da nostalgia. O provincianismo, quando adquire caráter negativo, está normalmente associado a uma certa pequenez diante das coisas. (VASCONCELLOS, 1993a: 23)

Temos, então, que nem o valor da província nem o da modernidade são valores absolutos no imaginário capixaba. Ser provinciano, hoje, é ter “uma certa pequenez diante das coisas” e ser moderno corresponde a um ideal de modernidade construído pela sociedade e que corresponde a uma modernidade que não foi a construída pelos Grandes Projetos, mas à modernidade de outros centros. Na mesma pesquisa realizada em 1992, outros adjetivos negativos aparecem associados à cidade: “sem memória, fechada, imediatista, subúrbio cultural”. Na definição da cidade de Vitória amanhã, duas afirmações chamam atenção: “uma cidade, Nova York do hemisfério sul”. (Cf. MEDEIROS, 1993: 158, 162)

É possível, agora, inferir o resultado da articulação da identidade capixaba no ambiente da cultura capixaba. A primeira define o ser capixaba como algo pequeno¹⁰, fechado, conservador, isolado (ilhéu¹¹), atrasado, sentimentos que costumam ser representados na idéia de província, por oposição ao moderno, aquilo ou aquele que é aberto, contemporâneo, em permanente mutação, lugar em que as coisas acontecem ou pessoas que fazem as coisas acontecerem.

A cultura capixaba, por seu turno, estabelece no seu quadro de valores o sinal positivo ao lado das idéias e valores modernos, deixando para a província (para o capixaba) o sinal negativo. A cultura capixaba afirma uma visão de mundo em que o bom é ser moderno e ser moderno é ser como o Outro que nos constringe, condenados que fomos ao atraso e a sermos provincianos.

A forma como essa articulação está estabelecida encerra duas dificuldades para a construção de discurso afirmativo da identidade cultural do capixaba, como uma construção consciente de si própria e útil politicamente à tarefa de fazer ver que “esta terra merece maior consideração.”

Uma dificuldade está posta pela posição de valor que a cultura capixaba atribuí ao capixaba. A tensão decorrente deste atribuir ao Outro o valor positivo faz com que a identidade capixaba seja estabelecida como uma identidade em estado de dominação, uma identidade que toma como referente de qualidade, como referente de verdade, o que lhe é externo, aquilo que o capixaba não é. Ou seja, a identidade capixaba organiza-se de tal modo a negar a si própria o estatuto de identidade, vista aqui como um valor positivo, necessário à afirmação de um grupo social no encontro com o Outro.

Outra dificuldade é que, vivendo sob a égide de um quadro de valores que desvaloriza o ser capixaba, o discurso de identidade não pode ser construído, e é, então, vivido como frustração. O capixaba não pode identificar-se como provinciano porque isto significaria impor-se um estado de eterna dependência, e não pode identificar-se como moderno porque esta é a qualidade do Outro. O resultado desta dupla impossibilidade é o silêncio sobre o capixaba, é a negação de um discurso de identidade, manifesto na afirmação: “não existe uma identidade capixaba.” Quando muito, a identidade cultural capixaba só consegue ser vivida como exótica do contemporâneo, seja como nostalgia, seja como anacronia.

Identities capixabas

Ao tomar a cultura como um modo total de vida, parece certo que a uma dada cultura deve corresponder, pelo menos, uma identidade cultu-

ral, uma vez que essa cultura não poderia existir sem um modo total de ser dos sujeitos inseridos nessa cultura.

Há, no entanto, no interior de uma mesma cultura, diferentes representações da identidade cultural. Podemos dizer que há diferentes discursos sobre a identidade, ou as identidades, numa dada cultura; e que esses discursos lutam entre si pelo estabelecimento de uma hegemonia, pelo estabelecimento de uma verdade acerca da identidade. Luta que é travada no interior da cultura, pelos processos de valorização constituídos no interior desta mesma cultura. É preciso lembrar, no entanto, que se tratam de representações, de posicionamentos dessas identidades, e não de estabelecer uma identidade, única e essencial. É isso que significa afirmar que a identidade, embora tenha sua existência na discursividade e é nessa forma que a podemos apreender e analisar, essa discursividade não basta para que a compreendamos (HALL), uma vez que diversas outras dimensões da vida social participam dos processos de valorização.

Existe, então, uma identidade capixaba, representada num modo de ser dos capixabas que chamei de provinciano, marcado pela intimidade, pelas relações familiares e de compadrio, e que está manifesto no hábito de aproximar o distante, sob a forma de apelidá-lo, por exemplo; tanto quanto no de se deslumbrar com o que lhe é externo e de buscar formas de convivência que reforçam os laços entre os grupos e demarca as suas fronteiras, como o bar. E há, por outro lado, uma representação negativa desta identidade, construída pela valorização da modernidade atribuída ao Outro, por uma valorização do que é externo ao capixaba e que busca submeter este ao arbítrio e ao juízo do Outro, e também posicionar o capixaba, quando centro do discurso, como exótico, como dotado de características provincianas exóticas ao mundo contemporâneo – o que pode surgir, inclusive, mas não apenas, na forma de um discurso nostálgico.

É no contexto de uma luta pela constituição de uma hegemonia de representação do que é a identidade capixaba, travada na e pela linguagem, numa luta “de vida ou morte” como afirma HALL, que participamos, todos nós, como artífices da construção destas identidades.

Referências

- ACHIAMÉ, Fernando. **Estudo sobre a autoria da obra *Memórias do passado: a Vitória através de meio século***. In SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado: a Vitória através de meio século**. Vitória: Floricultura: Cultura ES, 1999. 128 p.
- BANCK, Geert. **Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998. 268 p.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo (o roteiro da industrialização)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987b. 302 p.
- BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização (o Espírito Santo no século XIX)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987a. 139 p.
- CALIXTE, Marien. **Aprendiz do vento**. In **Escritos de Vitória – 1: crônicas**. Vitória: PMV, 1993. p. 69-63.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. **Salamê-mingüê**. In **Escritos de Vitória – 1: crônicas**. Vitória: PMV, 1993. p. 57-60.
- PMV. **Escritos de Vitória – 1: crônicas**. Vitória: PMV, 1993.
- CALVINO, Ítalo. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 275 p.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998. 385 p.
- CEOTTO, Maria Thereza Coelho. **História, carnavalização e neobarroco: leitura do romance contemporâneo produzido no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1999. 146 p.
- COSTA, José. **Fiado só amanhã**. In **Escritos de Vitória – 8: bares, boquins etc.** Vitória: PMV, 1995.
- HALL, Stuart. Cultural studies and its theoretical legacies. In: MORLEY, David & CHEN, Kuan-Hsing (orgs.). **Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies**. London-New York: Routledge, 1996a., p. 262-275.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997a. 108 p.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**, mimeo, s.d.
- HALL, Stuart. The work of representation. In HALL, Stuart (Ed.) **Representation. Cultural representations and Signifying practices**, London: Routledge/The Open University, 1997c.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In ARANTES, Antonio Augusto (org.) **Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Cidadania**, nº26, 1996c.
- KLAGES, Mary. Jacques Derrida “Structure, Sign, Play in the Discourse of the Human Sciences” - a reading guide. <http://www.colorado.edu/English/ENGL2012Klages/2Derrida.html> em 02/01/2001.
- LIMA, Luiz Carlos de Almeida. **Os filhos do Britz**. In **Escritos de Vitória – 8: bares, botequins etc.** Vitória: PMV, 1995.
- MEDEIROS, Antônio Carlos de. **A pesquisa de liderança** In VASCONCELLOS, João Gualberto (org.) **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993.
- NOVAES, Maria Stella de. **Lendas capixabas**. São Paulo: FTD, 1968. 166 p.
- OLIVEIRA, José Carlos. **Nós, os capixabas**. In **Você**. Vitória, nº 3, set. 1992, p. 30-31.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2ª ed ampliada e revista. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. 596 p.
- PACHECO, Renato e SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. **Índice do folclore capixaba**. Vitória: Banestes, 1994.
- PACHECO, Renato José Costa. O Espírito Capixaba. Guia do Executivo da Gazeta Mercantil – Vitória, s.d.. Disponível: <http://www.guiadoexecutivo.com.br/guiasp/cartavit.asp>.
- PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: Edufes / Prefeitura Muni-

- cipal de Vitória – SEMC, 1998. 154 p.
- PACHECO, Renato. **Vilão Farto**. Vitória: Vila Velha: Cultural ES, 1991. 64 p.
- ROCHA, Haroldo Corrêa e MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991. 168 p.
- TATAGIBA, José Valporto. **Viajando de bar**. In **Escritos de Vitória – 8: bares, botequins etc.** Vitória: PMV, 1995.
- TATAGIBA, Fernando. **Rua**. Vitória: FCAA – UFES / BANDES / Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1986. 120 p.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** (trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS). Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 428 p.
- VASCONCELLOS, João Gualberto. **A construção dos imaginários de Vitória**. In VASCONCELLOS, João Gualberto (org.) **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993a.
- VASCONCELLOS, João Gualberto. **A delicadeza perdida**. In VASCONCELLOS, João Gualberto (org.) **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993b.
- VASCONCELLOS, João Gualberto. **A invenção do coronel**. Vitória: UFES/SPDC, 1995. 233 p.
- ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995. 530 p.

Notas

¹ Deve-se, acerca desta afirmação objetar que, sendo a cultura “um modo total de vida”, não é necessário que essa mesma identidade tenha sido construída intelectualmente para que produza efeitos sociais.

² (...) certain things about the constitutive and political nature of representation itself, about its complexities, about the effects of language, about textuality as a site of life and death.

³ Thus, it may or may not be true that single parenting inevitably leads to delinquency and crime. But if everyone believes it to be so, and punishes single parents accordingly, this has real consequences for both parents and children and will become ‘true’ in terms of its real effects, even if in some absolute sense it has never been conclusively proven.

⁴ Do Conselho Editorial faziam parte os escritores Adilson Vilaça, Pedro J. Nunes e Sérgio Blank; a produtora cultural Luciana Vellozo Santos e o autor.

⁵ Britz e Adegas foram bares símbolos de duas épocas. O primeiro nas décadas de 60 e 70, o segundo entre os anos 80 e 90.

⁶ MALHEIRO DIAS, Carlos. **Regime Feudal das Donatarias**. Citado em OLIVEIRA, 1975: 53.

⁷ Sobre a importante atuação de vendeiros rurais no exercício da ação política típica dos coronéis, ver ZORZAL E SILVA, 1995: 83 e VASCONCELLOS, 1995: 117-9.

⁸ Os dados referem-se aos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana que formavam, à época a Região Metropolitana. Mais recentemente, Guarapari e Fundão também foram incorporados à Grande Vitória.

⁹ A expressão “Grandes Projetos” foi como ficaram conhecidas na socie-

dade capixaba a implantação de grandes plantas industriais no Espírito Santo a partir da década de 70 (Aracruz Celulose e Companhia Siderúrgica de Tubarão, especialmente) e não os Grandes Projetos industrializantes de Jerônimo Monteiro no início do século XX a que se referiu BITTENCOURT. A coincidência das expressões, de todo modo, serve ao propósito de aproximar as duas ações que tiveram o mesmo objetivo: transformar a economia e a sociedade capixaba a partir da importação de um modelo de desenvolvimento exógeno financiado por capital externo.

¹⁰ No decorrer das leituras sistemáticas de textos sobre o Espírito Santo, chama a atenção como a pequenez do Estado é ressaltada por diversos autores. “... um Estado menor, pequena faixa litorânea de um país sub-desenvolvido da América Latina...” (CEOTTO, 1999: 20); “Vitória, capital do pequeno Estado do Espírito Santo”(BANCK, 1998: 213) etc.

¹¹ A ilheidade configura-se num conjunto de representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade. A noção de lugar geográfico é reforçada, pela limitação do território, aquele que não nasceu na ilha, é estrangeiro, intruso. A construção da identidade dá-se pelo contato e pela oposição com o outro, aquele que não pertence à ilha. O mar, o limite do território, pode representar obstáculo ou meio de comunicação. Sobre o assunto, ver DIEGUES, 1997.

ESQUADRO E COMPASSO EM VITÓRIA – NOTA PRÉVIA SOBRE A HISTÓRIA DA LOJA MAÇÔNICA *UNIÃO E PROGRESSO*

Fernando Antônio Achiamé^(*)

Para comemorar a passagem dos 130 anos de instalação da Loja Maçônica *União e Progresso* sua atual diretoria tomou diversas iniciativas, como a reorganização do arquivo da Loja e a elaboração de pesquisa sobre a história da entidade. Incumbido de realizar as iniciativas antes citadas, apresento nota prévia na *Revista do IHGES* com dois objetivos – dar notícia sobre o valor deste arquivo maçônico; e divulgar considerações iniciais sobre o tema do trabalho, de modo a colher eventuais sugestões dos consócios da Casa do Espírito Santo e demais pesquisadores que possuam informações ou se interessem pelo assunto.

1. O Arquivo da Loja Maçônica *União e Progresso*.

Conhecendo o valor da documentação custodiada no Arquivo da Loja, propus reorganizá-lo como condição prévia para que suas informações ficassem acessíveis, o que foi aprovado pela diretoria da entidade. Como ainda se processa a reforma do arquivo da Loja *União e Progresso*, as principais séries documentais que fazem parte do seu conjunto somente em linhas gerais podem ser indicadas. Elas se constituem, numa primeira avaliação, de:

- Livros de registro das atas (balaústres) referentes às sessões da Loja.
- Ofícios, cartas e circulares (pranchas) recebidas e expedidas.
- Documentos e livros de registro contábil.
- Livros de registro de presença dos irmãos e visitantes às sessões.
- Processos de iniciação, filiação e regularização de membros da entidade.
- Arquivos impressos, compostos de documentos da Loja que fo-

^(*) O Autor é Arquivista, pesquisador, escritor e sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

ram publicados.

- Boletins recebidos do Grande Oriente da Maçonaria no Espírito Santo (G.O.M.E.S.) e do Grande Oriente do Brasil (G.O.B.).
- Documentos privados (diplomas, carteiras, correspondência, etc) de maçons que pertenceram ao quadro da *União e Progresso*.
- Miscelânea, que possivelmente incluirá também documentos fotográficos dispersos.

Estas séries documentais estão sujeitas a novas avaliações, mudanças de nome e, em especial, desdobramentos em subséries. Somente após o término do seu arranjo lógico e descrição elas estarão plenamente acessíveis à pesquisa.

A reorganização do Arquivo da Loja leva em consideração características peculiares deste acervo, que data de cerca de 130 anos, sofreu perda de conjuntos documentais inteiros, e possui livros e papéis em mal estado de conservação. Assim, as séries de documentos (ou partes delas) que se salvaram dos estragos do tempo são muito preciosas para a investigação histórica, por qualquer critério que se empregue para sua avaliação. Os documentos originais deste arquivo devem ser bem conservados e reproduzidos em mídias diversas, de maneira que se garanta longa sobrevivência às informações neles contidas, para uso dos membros da Loja e dos pesquisadores que se interessarem pela história espírito-santense.

Note-se que os arquivos da Loja podem ser enriquecidos com depoimentos escritos de antigos maçons, e incorporação ao acervo de documentos privados referentes à atuação maçônica de irmãos já falecidos.

2. Pesquisa histórica sobre a Maçonaria no Espírito Santo.

Também está em início a pesquisa histórica para elaboração de livro sobre a história da Loja Maçônica *União e Progresso*.

Tem-se notícia que a Maçonaria é objeto de estudos com enfoque científico em países da Europa e nos EUA desde a década de 1980. Neste último país distinguem-se os trabalhos realizados por Margaret C. Jacob. Conheço uma publicação europeia esmerada sobre este assunto – o livro editado em 1993 pela Associazione Cavalieri di Scozia com o título de *Viaggio in un Tempio Massonico: racconto fotografico*, de Johann Freimaurer. No caso do Brasil, só mais recentemente o tema começa a ser tratado pela historiografia acadêmica. Ressalte-se, por seu pioneirismo, a obra de Ale-

xandre Mansur Barata, editada pela Unicamp em 1999 sob o título de *Luzes e Sombras – A ação da Maçonaria Brasileira (1870-1920)*, resultado de dissertação de mestrado defendida em 1992 na Universidade Federal Fluminense, em que o autor revisa certas posturas do historiador Sérgio Buarque de Hollanda sobre o declínio da influência maçônica na História do Brasil. Outro exemplo de trabalho que trata da Maçonaria encontra-se no número 28 do periódico *Estudos Históricos* do CPDOC/FGV, publicado em 2001 – o artigo *Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX* de Marco Morel, extraído dos capítulos 8 e 9 da sua tese de doutorado, *La formation de l'espace public moderne à Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs et sociabilités*, U.F.R. d'Histoire, Université de Paris I, dezembro de 1995. Em 1997 a professora Célia Maria Marinho de Azevedo publica um artigo na Revista USP nº 32 com o título de *Maçonaria: História e Historiografia* em que faz uma análise da presença da Maçonaria na produção historiográfica brasileira a partir da obra dos historiadores Varnhagen, Oliveira Lima e Caio Prado Júnior, e aponta novos rumos para a história da Ordem Maçônica no mundo e no Brasil. Abordagem abrangente do papel da Maçonaria em vasto período da História do Brasil é feita por Lúcia Bastos Pereira das Neves no *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, aparecido este ano sob a direção de Ronaldo Vainfas.

Como toda pesquisa histórica, o tema Maçonaria no Espírito Santo pode ser tratado de diferentes ângulos, delimitando-se o objeto de estudo de variadas formas. A questão metodológica central é recortar este tema (e especificamente a história da Loja Maçônica *União e Progresso*) do pano de fundo formado pelas condições econômico-sociais e pelas atuações políticas presentes no mundo espírito-santense.

Sobre a história da Loja existe trabalho pioneiro realizado por irmão do quadro, e que a ele se dedicou com afinco – é o livro *A Maçonaria no Espírito Santo: Ang. Resp. Ben. e Benf. Loja União e Progresso* de Christiano Woelffel Fraga, publicado em 1995. É possível mesmo que não se tenha mais acesso a determinados documentos originais consultados pelo pesquisador, pois ocorreram reformas no prédio e mudanças do acervo arquivístico da Loja, que podem ter extraviado alguns itens documentais. Também por isso a referida obra serve como referência inicial à pesquisa.

Como forma de situar o problema, e circunscrevê-lo em âmbito factível para que seja equacionado, formulam-se algumas considerações gerais sobre a Ordem Maçônica.

3. Maçonaria no Mundo e no Brasil.

A Maçonaria é uma instituição universal, constituída por pessoas que se vinculam de forma voluntária para cultivarem a beneficência, a filantropia, a justiça, a sabedoria e o “uso equilibrado da razão”. As práticas maçônicas objetivam o constante aperfeiçoamento espiritual e material do ser humano, e a solidariedade e ajuda mútua entre os irmãos. Para tornar-se maçom, o homem deve ser “livre e de bons costumes”, isto é, ter um trabalho remunerado, e não possuir vícios que o impeçam de observar a doutrina da Maçonaria e perseguir seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Como em outros ritos de passagem, na iniciação maçônica o profano *morre* para a vida anterior e *renasce* numa nova existência, no caso, baseada nos princípios da Ordem. Na história maçônica convencionou-se que a fundação da Grande Loja de Londres em 1717 representa o início da Maçonaria Especulativa ou Moderna. Datam de 1723 as *Constituições de Anderson*, em que os preceitos e regulamentos gerais da instituição foram codificados pela primeira vez. Da Inglaterra a Ordem se instala na França, e depois se expande por toda a Europa e pelo continente americano.

Alguns autores referem-se a idéias maçônicas em circulação desde o século XVIII na Colônia brasileira, onde podem ter chegado trazidas pelos filhos dos senhores aristocratas ao retornarem dos estudos em Portugal (Coimbra), na Inglaterra e na França (Montpellier). A presença da Maçonaria no Brasil, contudo, está documentada somente a partir dos inícios do século XIX. As primeiras associações maçônicas brasileiras de que se tem registro são a Loja Simbólica Regular *Reunião*, instalada no Rio de Janeiro em 1801, e a Loja *Virtude e Razão*, organizada no ano seguinte na Bahia. O surgimento da pátria brasileira independente e o começo efetivo da atuação maçônica em nossa terra ocorrem no mesmo período histórico e de forma interligada. Nasceram juntos o Brasil e a Maçonaria no Brasil. Historiadores assinalam com ênfase a participação das idéias e ações maçônicas no Movimento da Independência, no qual se destacam, dentre outras, as figuras dos maçons José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Pedro I, Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira.

Desde então a Maçonaria se fez presente de maneira ativa em episódios marcantes da história brasileira, seja pela participação direta de seus membros nos acontecimentos, seja pela difusão das idéias que serviram de

estímulo à eclosão dos eventos. Assim, a Campanha Abolicionista foi adotada com entusiasmo por muitas lojas maçônicas e seus membros. Por participarem desta causa diversos pedreiros-livres como Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Rui Barbosa tiveram os nomes inscritos na história da Maçonaria no Brasil e na própria história do nosso país. Entre os maçons, a idéia da República também contou com adeptos do porte de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Manoel Deodoro da Fonseca. No século XX a Ordem Maçônica experimenta notável expansão em todo o território nacional, com a instalação de centenas de lojas e o ingresso em suas fileiras de milhares de brasileiros.

4. A Maçonaria no Espírito Santo.

Existem indícios da presença de maçons em Vitória, enviados do Rio de Janeiro nos anos que antecederam a Independência com objetivo de propagar as idéias de emancipação. Também há referências sobre a existência de uma loja, denominada *Beneficência*, ativa em Vitória a partir de 1832, mas que não chegou a sobreviver até a década de 1850. A Loja Maçônica *União e Progresso*, instalada na capital capixaba no dia 8 de novembro de 1872, é a mais antiga em funcionamento ininterrupto em todo o Estado do Espírito Santo, já que as organizadas anteriormente “abateram colunas”, “adormeceram”, ou seja, se extinguíram. Junto com a Loja *União e Progresso*, as oficinas maçônicas mais antigas e ainda atuantes no Estado do Espírito Santo são a Loja *Fraternidade e Luz* fundada em Cachoeiro do Itapemirim no ano de 1898, a Loja *Liberdade e Luz* criada em 1926 na cidade de Guaçuí, e a Loja *Nilo Peçanha* de Colatina, que existe desde 1927.

Em alguns episódios da história política espírito-santense a participação da Maçonaria já é mencionada, mesmo que de passagem, pela historiografia capixaba. Será possível e pertinente aprofundar estas referências? Dentre tais episódios distinguem-se:

- As pregações maçônicas em Vitória para a emancipação política; o maçom Cel. Monjardim segurando uma das varas do pálido na coroação de D. Pedro I.
- A reorganização da Maçonaria no Brasil em 1831-32, após a ida de D. Pedro I para Portugal, e a fundação no mesmo período em Vitória da Loja *Beneficência*, que no cadastro geral do Grande Oriente recebeu o nº 0007. Marco Morel menciona nas referências

bibliográficas do seu artigo acima citado o seguinte documento originado desta agremiação: *Loja Beneficência*. 1834. *Manifesto dos motivos que obrigão a L. Benef. do O. do Valle da Victoria declarar-se independente do G. O. da Rua do Lavradio*. Rio de Janeiro, Typographia de Lessa e Pereira.

- As iniciativas de maçons espírito-santenses na época da crise da mão de obra escrava.
- Participação da Maçonaria na disseminação das idéias positivistas e republicanas em território capixaba.

Para se entender a história da Loja Maçônica *União e Progresso* devem ser abordados diversos aspectos da história institucional da Maçonaria no Espírito Santo. Esta história institucional possui especificidades que, inicialmente, são enunciadas a partir de colocações como:

- A ocorrência no tempo e a distribuição geográfica das lojas maçônicas no território capixaba, partindo-se do pressuposto que elas nasceram de alguma forma vinculadas à Loja *União e Progresso*. A existência de dezenas de lojas e milhares de irmãos maçons no Espírito Santo atual.
- Em que períodos, e por que motivos, aconteceram instalações e extinções de lojas maçônicas no Espírito Santo e a correlação destes fatos com acontecimentos de ordem econômico-social e política. Em outros termos – os períodos e causas de ascensão e descenso da Maçonaria no Espírito Santo.
- A criação e atuação do Grande Oriente da Maçonaria no Espírito Santo (G.O.M.E.S.), inclusive a instalação de sua sede atual junto ao espaço físico da Loja.
- A questão da divisão das lojas maçônicas no Espírito Santo entre duas potências maçônicas: o Grande Oriente e as Grandes Lojas.
- As crises institucionais da maçonaria no Brasil e seus reflexos no movimento maçônico no Espírito Santo.

5. História da Loja Maçônica *União e Progresso*.

Na tentativa de transcender possíveis descobertas no campo da história institucional da Maçonaria no Espírito Santo, e tendo em vista o estabelecimento de “recortes temáticos” no objeto de estudo, vários questionamentos sobre a história da Loja Maçônica *União e Progresso* serão realizados:

- Em que circunstâncias históricas a Maçonaria se estabelece de forma contínua em Vitória?
- No último quartel do século XIX, o que significava ser maçom em Vitória? Como vão se modificando nos diversos períodos do século XX as imagens que os maçons fazem de si mesmos, e a sociedade vitoriense deles constrói?
- Quais as vicissitudes do relacionamento da Loja com suas congêneres em outros estados, e com o poder central maçônico, já que este também não se apresenta de forma unitária como se acredita à primeira vista?
- De que forma ocorreu a difusão das idéias e práticas maçônicas no território capixaba, e o papel que a Loja teve em tal processo? Qual foi o sentido deste processo, se ele realmente possuiu um? No que diz respeito à relação da sociedade vitoriense e capixaba com a Loja muito poderá ser dito:
 - A composição social do quadro de irmãos e suas variações no decorrer da história da *União e Progresso*.
 - É possível falar em influência de classes ou grupos sociais na composição do quadro da Loja? Que segmentos sociais e profissionais estão mais representados entre os irmãos no decorrer da sua história, e qual o significado disto?
 - As implicações históricas da participação de lideranças empresariais, políticas e intelectuais espírito-santenses nos trabalhos da instituição.
 - A questão da sociabilidade levantada por Alexandre M. Barata ocorre em Vitória, como não poderia deixar de ser, com características peculiares. Os membros da Loja também pertenceram a outras instituições como a Associação Comercial, clubes de serviço e recreativos, e a diversos estamentos burocráticos civis e militares, e nestas instâncias interagem com outros indivíduos de projeção social, maçons ou não. As ligações da Loja com diversas instituições por meio dos irmãos do quadro, estabelecendo uma grande “rede de sociabilidade”.
 - Que relacionamentos a Loja mantinha com a comunidade circundante, e com outras instituições de Vitória e do Espírito Santo?
 - O problema da repressão da Maçonaria no Espírito Santo pela

Igreja Católica, em diferentes períodos históricos, e pela ditadura getulista em certa fase dos anos 30.

- A utilização de instituições tradicionais para ampliar as iniciativas de filantropia – por exemplo, a partir de meados do século XX o controle da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória transita da Igreja Católica para a Maçonaria.

Desde sua criação, a Loja *União e Progresso* patrocina ações voltadas para a beneficência e a assistência social – realizadas sempre em caráter discreto –, e iniciativas educacionais como a criação de cursos noturnos, a manutenção das escolas *União e Progresso* e *Amenophis de Assis*, e a instituição da Biblioteca *Rui Barbosa*. Do último quartel do século XIX até nossos dias a Loja participa dos mais eminentes episódios históricos que envolvem transformações econômicas, sociais e políticas na vida da cidade de Vitória, com reflexos em todo o estado capixaba. Esta participação se dá por meio de seus filiados, oriundos das várias classes sociais e que pertencem a diferentes setores da atividade profissional – comércio, justiça, funcionalismo civil e militar, indústria, profissões liberais e outros. Dentre os membros da *União e Progresso* que se destacaram na vida vitorienne e capixaba podem ser nomeados Basílio Carvalho Daemon, o Barão de Monjardim, Cleto Nunes Pereira, César de Rainville, José de Mello Carvalho Muniz Freire, Antônio Aguirre, Fenelon Barbosa da Silva e Alberto Stange Júnior. Estudos, debates, deliberações, reuniões e comemorações são práticas de sociabilidade vigentes na Maçonaria, por meio das quais os irmãos se conhecem, convivem e se auxiliam. Desta maneira, muitos maçons que fizeram parte do quadro desta Loja, mesmo sem terem seus nomes inscritos na História, também contribuíram para o engrandecimento e *união* da Ordem, e para o *progresso* de Vitória e do Estado do Espírito Santo.

Vitória, outubro de 2002.

PALESTRAS

Renato Pacheco⁽²⁾

Resumo

Este artigo rememora o tempo em que o A. foi aluno do ilustre professor Dr. Donald Pierson, e procura sintetizar a vida e obra deste, rendendo homenagem a sua valiosa e pioneira contribuição para o ensino e a pesquisa da sociologia, no Brasil.

Introdução

Em agosto de 1953, jovem Catedrático do Ensino Secundário, por concurso de títulos e provas, realizado em 1951, tive meu currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação para lecionar na recém-instalada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Havia pouquíssimas escolas do gênero, no país, e raros eram os professores com titulação para as novas cátedras. Tive a honra de, na ausência momentânea do professor Onofre de Arruda Penteadado, da USP, ministrar a 1ª aula na novel faculdade versando o tema “observações gerais sobre o ensino da história”.

Diante da presença entre nós da chamada “missão paulista”, composta dos professores Atos da Silva Ferreira, de geografia, Douglas Teixeira Monteiro de Antropologia, e sua senhora Professora Marilda Monteiro, de Latim, e de Wilson Cantoni, de sociologia, a que se juntou, depois, o Prof. Antônio Pinto de Carvalho, da Universidade de Coimbra, nós, os ilhéus, nos sentimos um pouco intimidados. Eu pessoalmente sentia falta de estudos pós-graduados, pois era apenas bacharel em direito, “como toda a gen-

⁽¹⁾ Palestra lida na reunião ordinária do dia 17/04/2002, na sede do IHGES.

⁽²⁾ O Autor é escritor e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e seu Presidente de Honra

te”, como se dizia, à época. Fiz ver a meu mentor e amigo, Mestre Guilherme Santos Neves tal necessidade, pois o curso daria qualificação específica para o magistério superior. Ouvido o Governador, e maior incentivador da Faculdade, Jones Santos Neves, aplaudiu meu desiderato, e, estudadas as diversas opções disponíveis, inscrevi-me nos cursos seqüenciais e no mestrado da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde pontificava o Prof. Donald Pierson.

Cheguei à Capital Paulista um mês antes das aulas, tímido e temeroso do que ia encontrar na grande cidade. O Professor cujas aulas mais me interessavam estava ainda de férias, nos Estados Unidos. Para não perder tempo, fiz curso de extensão com o Prof. Florestan Fernandes, na Faculdade rival da rua Maria Antônia.

Em fins de fevereiro de 1954, finalmente encontrei o Prof. Dr. Donald Pierson, que concordara em me entrevistar em um dos salões do Hotel Excelsior, à Avenida Ipiranga, no Centro da Cidade.

Era uma fria e chuvosa manhã, embora ainda estivéssemos no verão.

Conversamos, e o professor, baixinho e gordote, lembrando, no físico, o Prof. Guilherme Santos Neves, sorridente, depois de questionar-me com acurácia, aceitou que eu me inscrevesse em seu seminário “A família no Brasil”.

No velho sótão da Escola Álvares Penteado, no Largo de São Francisco, iria, uma vez por semana, encontrar o mestre norte-americano, a simpática secretária Maria Izabel dos Santos, com seu peculiar sotaque de Tatuí, e os colegas Hiroshi Saito, Alfonso Trujillo Ferrari, Pe. Aldemar Moreira S. J., Márcia Alves de Souza e Esdras Borges Costa. Cada aluno recebia, para levantamento de hipóteses, um clássico das ciências sociais brasileiras, o que, ao final, deu origem a diversos artigos publicados na pioneira revista *Sociologia*, inclusive meu pequeno ensaio “Alguns aspectos legais do casamento no Brasil” (outubro, 1954).

Foi ano de muito estudo (e muitas festas, também, pois se comemorava o IV Centenário de Fundação de São Paulo). Ainda cursávamos as matérias seqüenciais (uma espécie de graduação condensada para os oriundos de outros cursos superiores). Com os professores Oracy Nogueira, Antônio Rubbo Muller, Octávio da Costa Eduardo, Fernando Altenfelder

Silva, Mauro e Juarez Brandão Lopes, e entre os convidados Sergio Buarque de Holanda e Antônio Cândido.

O professor Donald Pierson dava a todos os alunos uma atenção inusitada, no Brasil, inclusive convidando-nos para almoçar na bela casa que alugara no Brooklin Paulista, bairro então longínquo a que se chegava pelo bonde de Santo Amaro.

Ao fim do ano, satisfeito com meu desempenho, o Professor requereu a seu grande amigo Prof. Anísio Teixeira que a Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) me concedesse bolsa para conclusão do mestrado, o que foi deferido para o ano de 1956, quando o Prof. Pierson, por motivo de saúde, já deixara o Brasil.

Atacado de virulenta herpes zoster intercostal, o Professor deixou o magistério, voltando a sua pátria num Constelation da Panair. Sua dedicada esposa D. Helen Batchelor Pierson foi obrigada a viajar com a volumosa bagagem de objetos pessoais e livros, por via marítima.

O navio parou em Vitória, e a bondosa senhora foi nos visitar. Chegando a nossa casa, na rua 7, a empregada informou-lhe que Tilda, minha esposa, fora operada de vesícula, e eu a acompanhava no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Indagando como se chegava lá, a moça disse-lhe singelamente:

- É só acompanhar a linha do bonde.

Pois não é que D. Helena acompanhou os trilhos da Central Brasileira e nos fez honrosa visita?

Não mais encontrei o mestre dedicado, mas tive durante mais de vinte anos correspondência com ele. Em 1955, mantive em O Diário de Vitória uma secção de entrevistas, Conversa a dois, em que ouvia desde Adecândido, maquinista da Vale, o vendedor de jornais Flávio, até os mais importantes escritores locais como Augusto Lins, Antônio Pinto de Carvalho, Alvino Gatti, José Carlos Oliveira, Newton de Freitas, Mario Leônidas Casanova, Tulo Hostílio Montenegro e Carlos Madeira.

No dia 10 de agosto daquele ano tive o prazer e honra de publicar a entrevista com Donald Pierson, resumindo as respostas por carta enviadas, e na qual ele defendia a profissionalização do professor universitário, em dedicação exclusiva. Mostrou sua surpresa ao chegar à Bahia, na década de 30 do século passado, e descobrir que Nestor Duarte, com o qual fez

amizade, era, a um tempo, jornalista, advogado, professor de Direito e “deputado estadual”.

Pela grande admiração que tenho pelo Mestre, desejo ressaltar a extraordinária figura humana que ele foi, ainda mais que está quase esquecido na história de nossa ciência social. No Brasil ele viveu 18 anos e muito fez pelo desenvolvimento da sociologia científica.

1. Pierson no Brasil

Donald Pierson nasceu em 8 de setembro de 1900, na cidade famosa das 500 milhas, Indianápolis, Indiana, Estados Unidos da América do Norte, de onde, aos seis anos, se mudou, com a família, para o Kansas. Em 1920 terminou o “College” em Emporia, Kansas, e graduou-se, em 1927, na Universidade de Chicago, então o mais reputado centro de estudos sociológicos do país, onde pontificava Robert Ezra Park, estimado professor de Pierson.

Veio a época da grande depressão e o jovem bacharel, recém casado com D. Helen Batchelor, teve que lecionar para custear sua pós-graduação, fenômeno comum, no Brasil, mas muito raro nos Estados Unidos. Entre 1935 e 1937, ministrou o Seminário “Raça e Cultura” na Fisk University, em Nashville, Tennessee, datando daí seu acentuado interesse pelos estudos interraciais.

Com bolsa da Universidade da Chicago, passou dois anos na Bahia, de onde resultou a tese de doutoramento, defendida, *cum laude*, em 1939, sobre Brancos e Pretos no Brasil, que, ao ser publicada, em 1942, mereceu o Anisfield Award, como o melhor livro erudito e científico do ano.

Convidado, a seguir, a lecionar em São Paulo, para a grande metrópole se mudou em 1941, como professor catedrático da Escola de Sociologia e Política, onde criou a Divisão de Estudos Pós-graduados, aí permanecendo até 1955.

Na Escola, sempre demonstrou sua capacidade de trabalho, com o uso da metodologia científica no campo das ciências humanas, o que era pouco aplicado, então, no Brasil.

Lembra Vamireh Chacon (Chacon, 1977, p. 100 a 104) que logo depois da derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, líderes empresariais, sentindo a necessidade de se repensar o país, coordena-

nados por Robert Simonsen, “doublé” de empresário e intelectual, lançaram, em 1933, o Manifesto de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a qual, em 1938, foi integrada à Universidade de São Paulo, como “instituição complementar” e hoje é fundação particular.

Nesse manifesto ficou dito que “as elites dirigentes não mais podiam dispensar de seu serviço o trabalho de quadros técnicos especializados em “Ciências Sociais”.

O objetivo da novel escola era, destarte, formar novos técnicos que orientassem e dirigissem a expansão econômica do Estado e do país.

Para tal fim, a exemplo da própria USP de Armando Salles de Oliveira, foram, de início contratados professores estrangeiros. A ESP recebeu, também, da Fundação Rockefeller, uma preciosa doação de livros básicos, com obras que muitos professores europeus só vieram a conhecer, em São Paulo.

Aos de fora, se uniram os luminares da cultura paulista, à época, como Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, e inclusive o próprio Robert Simonsen, de cujas aulas resultou uma conhecida História Econômica do Brasil.

A Escola se tornou uma espécie de referência, para o que, na época, se entendia bons cursos de sociologia, economia e política.

Ainda segundo Chacon, seguia ela uma linha empírica anglo-saxônica, com, entre outros, os professores A. R. Radcliffe-Brown (Oxford), T. Lynn Smith (Lousiana), Kalevo Oberg (Smithsonian) “e principalmente Donald Pierson, da Universidade da Chicago”.

Em 1945, para atender a seus alunos, e especialmente ao crescente mercado nacional do livro didático, editou através da prestigiada Biblioteca de Educação da Cia. Melhoramentos de São Paulo, o prestante livro Teoria e pesquisa em sociologia, em cujo prefácio o emérito educador Lourenço Filho disse que a contribuição do Prof. Donald Pierson “no desenvolvimento da sociologia no Brasil, tem sido por todas os títulos, das mais fecundas e proveitosas, dirigida como é no sentido de imprimir-lhe cunho realmente científico”. Isto naquele recuado ano, e, a obra teve 18 edições, até 1981, sempre reformulada pelo Autor, e que foi usada por milhares de estudantes.

Além disso, mantinha Pierson correspondência com estudiosos

no Brasil e exterior; dirigiu com Emilio Willens a revista Sociologia, fez inúmeras conferências de divulgação – as ciências sociais eram então novidade – não somente em São Paulo, como no Rio, Santa Catarina e Minas Gerais; dirigiu o programa de pesquisa em antropologia social da Smithsonian Institution, de Washington, D. C., e coordenou a famosa Coleção de Ciências Sociais (1943 – 1949) da editora Martins, que divulgou, em português, doze obras importantes, como, O homem de Ralph Linton e a Criminologia de Edwin Sutherland.

Como já se disse, Pierson viera de importante núcleo de estudos sociológicos, em Chicago, e, aqui, como confessa a Mariza Correia (Correia, 1987) implantou sistema semelhante.

Seu propósito central, diz ele, era preparar alunos como pesquisadores, lembrando o nome dos primeiros, entre outros, Mauro Brandão Lopes, Octávio da Costa Eduardo, Oracy Nogueira, Carlos Borges Teixeira, Mario Wagner Vieira da Cunha, Levy Cruz, Juarez Brandão Lopes, Fernando Altenfelder Silva e Alceu Maynard Araújo.

É interessante observar que alguns de seus alunos desenvolveram certa antipatia ao escorço metodológico de Pierson; outros, envolvidos em anti-americanismo crescente, em São Paulo, também manifestaram sua aversão ao professor “estrangeiro”.

Não tenhamos dúvida, Pierson era uma espécie de missionário e tentava divulgar, no Brasil, maneira empírica de estudar a sociedade, não uma sociologia norte-americana, mas o enfoque que vem de pioneiros da ciência, como Emile Durkheim, ao qual Pierson dedicou Teoria e Pesquisa em Sociologia. Estávamos diante de uma forma de conhecimento criada no Ocidente, a partir do século XIX para estudar a sociedade capitalista.

2. Principais obras

Em 1942, Pierson lançou pela Chicago University Press, Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia, que em vernáculo, saiu como Branços e pretos na Bahia, São Paulo, CEN., vol. 241, 2ª edição, 1971, no qual, tenho a honra de ser citado, à página 25, pela modesta ajuda dada ao preparo à introdução daquela edição.

Neste livro estuda o A., com profundidade, o cenário; a escravidão; a miscigenação; raça e status social; herança africana e a “situação racial” bahiana.

No livro didático já referido, *Teoria e pesquisa em sociologia* o A. defende seu ponto de vista, a caminho de uma sociologia sistemática; conceitos fundamentais e fornece bibliografia selecionada. Nenhum outro livro, nesse campo específico, teve tantas edições em tão largo lapso temporal (1945 – 1981) sendo lamentável registrar que, em 26 de março de 2001, a editora comunicou-me que não mais possuía dados sobre o A. que tanto lucro lhe propiciara.

A seguir, em 1957, Pierson publicou *Cruz das Almas, a Brazilian Village*, com a assistência de Levy Cruz, Mirtes Brandão Lopes, Helen Batchelor Pierson, Carlos Borges Teixeira e outros. Em português, constitui o volume 124 da Coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olímpio, lançado em 1966. Trata a obra de, dentro da linha dos “estudos de comunidade”, analisar, por inteiro, uma vila, sua história, a base ecológica, sociedade e cultura, com bibliografia e glossário.

Em 1972, depois de insana luta com a burocracia, Pierson lançou, pela Superintendência do Vale do S. Francisco (Suvale) do Ministério do Interior o monumental trabalho *O homem no vale do São Francisco*, em 3 tomos, e 1500 páginas, nas quais se estuda a região, sua história; a gente; o sustento; sociedade e cultura; ciclo vital do indivíduo, a que o A. agregou interessantes sugestões para pesquisas futuras e para o planejamento social. Mais uma vez sinto-me ligado a esta obra, pois durante quase um ano auxiliiei na classificação e arquivamento (em caixas de papelão tipo sapato) milhares de fichas datilografadas contendo notas de campo dos diversos pesquisadores.

3. Últimos anos

Posteriormente à saída do Brasil, nosso biografado, logo que se curou, sempre ativo, fez pesquisas também no México, para a União Pan-Americana, e Espanha e Portugal (1963 – 1964) para a Fundação Guggenheim, tendo sido, em 1966, Fulbright Lecturer, em Portugal, de que resultou um texto sintético “National images in Portugal and Spain”, a preliminary view, publicado *In memoriam* de Antônio Jorge Dias, vol. VII, Lisboa, 1974.

Aposentando-se, definitivamente, o grande professor e sua esposa, como tantos outros conterrâneos seus, passou a morar na Flórida, onde veio a falecer, em 1995, na cidade de Leeqburg.

Considerações finais

Os inúmeros e volumosos arquivos pessoais do Prof. Donald Pierson foram distribuídos em 2 partes:

1ª) Está na Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, M. G. com a maior porção dos documentos referentes à pesquisa do Vale do São Francisco;

2ª) Está nas Coleções Especiais da Universidade da Flórida, USA, em 10 caixas, abrangendo leituras de sociologia; estudo do homem; o estudo do São Francisco; etiqueta no Brasil e Portugal; imagens nacionais na Espanha, Portugal e Brasil; fichas de pesquisa e parte do estudo do Vale do Rio São Francisco.

Entre as recomendações que o saudoso mestre deixou ao planejador social (Pierson, 1972, p. 471) considerou ele, primeiramente, que a “introdução deliberada de mudança social é empreendimento difícil, e, não raro, precário” donde:

1º) É de mister conhecer-se a cultura em que se vai atuar.

2º) Verificar o potencial da comunidade escolhida.

3º) Começar com um projeto pequeno, como em 1953, na Coréia do Sul, com um só especialista da ONU.

4º) Formular um programa integrado.

5º) Fazer seleção cuidadosa do local.

6º) Fazer seleção cuidadosa das pessoas.

7º) Não ameaçar nunca a margem de segurança material de ninguém, na comunidade, para não criar inimigos ao projeto.

8º) Apelar para os valores pragmáticos da comunidade.

9º) Seguir a melhor seqüência no lançamento do programa.

10º) Utilizar as lideranças locais.

11º) Fazer pagamento “simbólico” por tudo que se faz no projeto, pois o gratuito não tem valor.

Como se vê, sugestões atuais raramente seguidas por nossos planejadores sociais.

Para concluir, duas curiosidades que vinculam Donald Pierson ao Espírito Santo.

Em 1955 ele quase veio lecionar em nosso Estado, num programa que envolvia o estudo do Vale do Rio Doce sob os auspícios da Fundação Ford. O projeto só não se concretizou porque o querido e também saudo-

so Prof. José Leão Nunes, então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do E. Santo se recusou, peremptoriamente, a assinar uma carta-solicitação em inglês, considerando tal fato uma diminuição a sua condição de professor de nossa língua e um desrespeito à lei que obrigava que em língua vernácula fossem redigidos os documentos oficiais.

A segunda é que o também querido e saudoso Des. José de Oliveira Roza, em seu livro *Mensagens do amor cristão, Espíritos diversos*, Vitória, Lumière, 1997, à página 55, sob o título “Fraternidade e riqueza” transcreveu mensagem psicografada, atribuída a Donald Pierson que conclui: “todos devemos trabalhar na distribuição do amor entre os homens, facilitando assim a distribuição justa da riqueza”. Onde ele estiver, peço desculpas do eminente Desembargador, pois, no primeiro momento, lhe assegurei que o Prof. Pierson estava vivo ainda, o que, consoante verificação posterior, se verificou não ser verdadeiro.

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo não desfruta mais do prestígio nacional que teve nas décadas de 30 e 40 e 50. Sua fama, então, se deveu, em grande parte, à presença, em seu corpo docente, do ilustre Prof. Dr. Donald Pierson.

Referências

- CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. Edusp, Grijalbo, 1977
- CORREIA, Mariza. **História da antropologia no Brasil 1930-1960**. S. Paulo, Unicamp, 1987
- FREITAS MARCONDES, José Vicente. “**O sociólogo Donald Pierson e o Brasil**” in *Problemas brasileiros*, agosto, 1982, p. 21 e sgts.
- PACHECO, Renato. “**Conversa a dois**” in *O Diário*, Vitória, ES, 1955.
- PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. São Paulo. CEN. Brasileira, vol. 241, 2ª ed., 1974
- PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia**. S. P. Melhoramentos. 18º ed., 1981
- PIERSON, Donald. **Cruz das almas, a brazilian Village**. Washington, D. C. Smithsonian, 1951
- PIERSON, Donald. **O homem no Vale do São Francisco**, 3 volumes, Minter, Suvale, 1972

BREVES NOTÍCIAS SOBRE O CONTESTADO⁽¹⁾

Ezequiel Ronchi Netto⁽²⁾

O Estado do Espírito Santo que, geograficamente, tem a forma de um retângulo, é consequência histórica da doação do Reino de Portugal a Vasco Fernandes Coutinho, pela Carta Régia de 1534 do Rei Dom João III, que estabeleceu 50 léguas da costa marítima e igual profundidade a oeste, e mais que “puderem entrar e for minha conquista”, o que evidenciava até o meridiano do Tratado de Tordesilhas de 1494. Resumindo, a Capitania seria:

“De 50 léguas de terra na parte onde acabarem as 50 léguas de que tenho feito mercê a Pedro Campos Tourinho e correrão para a banda do Sul tanto quanto couber nas ditas 50 léguas, entrando nesta Capitania quaisquer ilhas que houver, até 10 léguas de mar, na frontaria e de marcação destas 50 léguas de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes Coutinho, as quais 50 léguas se estenderem e serão de largo ao longo da costa e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar e for de minha conquista”.

E assim, a Capitania capixaba fora praticamente ocupada e colonizada pelos portugueses ao longo da costa marítima, permanecendo o interior como terra a ser colonizada e que, em verdade, era ocupada pelos índios.

Todavia, um novo fato histórico viria mudar o avanço para o oeste da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, com a criação pelo Reino português, em 23 de Novembro de 1709, da Capitania de São Paulo e de Minas Gerais sem uma linha limítrofe definida. Portanto, para o oeste do Espírito Santo havia nova confrontação com a Capitania de Minas Gerais.

⁽¹⁾ Palestra proferida pelo Autor no auditório do IHGES no dia 21/08/2002

⁽²⁾ Ezequiel Ronchi Netto é sócio do IHGES. Promotor Público aposentado, reúne largo conhecimento da ex-Zona Contestada pelo seu convívio na região durante muitos anos, quando ali exercia advocacia.

Posteriormente, o Governo português fechou a parte oeste do Espírito Santo, principalmente pelo Rio Doce, que os índios botocudos chamavam de VATÚ, para evitar o contrabando do ouro das lavras auríferas das Minas Gerais, das quais a Coroa Portuguesa recebia como tributo 1/5 do ouro extraído. Assim, as Minas Gerais ligavam-se ao mar por estradas que iam do porto do Rio de Janeiro e Parati devidamente fiscalizadas pelas autoridades portuguesas, ficando o Espírito Santo isolado por quase um século.

Em verdade, os portugueses abandonaram o único rio praticamente navegável em direção às Minas Gerais, pois o Rio Doce desce de Minas em linha perpendicular ao mar. Essa penetração navegável pelo rio alcança mais de cem quilômetros, das cachoeiras de Aimorés até o mar.

Entretanto, no ano de 1800 lavrou-se um Auto de Demarcação de limites entre a Capitania de Minas Gerais e a província do Espírito Santo assim redigido:

“No dia 8 de Outubro de 1800 no quartel Porto do Souza, por baixo da foz do Rio Guandú, que entra no Rio Doce, também por baixo do último degrau da cachoeira das Escadinhas, sendo presentes, por parte do Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lourena, o Tenente Coronel do 3º Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca de Vila Rica, João Batista dos Santos de Araújo, e pela parte da Capitania nova do Espírito Santo, o Governador dela, Antônio Pires da Silva Pontes, que veio dar execução à real abertura da navegação do Rio Doce, sendo igualmente presentes os oficiais e pessoas abaixo assinadas, foi assentado por todos que, a bem do real serviço do Príncipe Real, Nosso Senhor, e cumprimento de suas augustas ordens e arrecadação dos direitos reais, havendo-se de demarcar os limites das Capitanias confinantes, fossem estes pelo espigão que corre do norte ao sul entre os rios Guandú e Main-açú, e não pela corrente do rio por ser esta de sua natureza tortuosa e incômoda para a boa guarda, que do dito espigão águas vertentes para o Guandú, seja Distrito da Capitania ou Nova Província do Espírito Santo. E que pela parte do norte do Rio Doce servisse de demarcação a Serra do Souza que tem sua testa elevada defronte deste quartel e Porto do Souza, e dele vai acompanhando o Rio Doce até confrontar com o espigão acima referido ou serreta que separa as vertentes dos Rios Main-açú e Guandú.”

Esse Auto Demarcatório parece ser uma convergência de vontades

des das autoridades mineiras com o beneplácito da Coroa Portuguesa, pois, o Governador do Espírito Santo, sem demérito à sua capacidade administrativa e à sua inteligência matemática, já que era Doutor em Matemáticas pela Universidade de Coimbra onde estudara, era natural da cidade de Mariana, Minas Gerais, e fora nomeado Governador da Capitania do Espírito Santo em 1798 pelos serviços prestados nas explorações do Brasil central. Homem talentoso, procurou criar uma linha de quartéis no Espírito Santo para defender os colonizadores das ofensas indígenas. Deixou o governo em 1804, mas segundo a história, Antônio Pires da Silva Pontes Lemes produziu ou levantou uma carta geográfica do rio Doce desde a sua “foz até as cachoeiras das Escadinhas, descrevendo nelas os principais confluente do mesmo rio. Esta carta foi continuada por seu sobrinho, o Alferes Antônio Pereira Rodrigues de Taborda, desde as cachoeiras das Escadinhas até a nascente do mesmo rio, na província de Minas”.(História da Província do Espírito Santo – Basílio Carvalho Daemon)

Essa demarcação do Espírito Santo, do sul ao norte com Minas Gerais, ficara aquém das 50 léguas (300 km) previstas ao donatário Vasco Fernandes Coutinho, já que da Cachoeira das Escadinhas ao mar distava menos de 150 km, aproximadamente, em linha reta.

Em 1816, a Coroa Portuguesa fixou os limites entre Minas e Espírito Santo por essa demarcação produzida em 1800.

Com o advento da Independência do Brasil e do novo Império Brasileiro em 1822, não houve alteração dessa divisa, que permaneceu duvidosa. Foi então criada uma comissão mista em 1895 para uma solução limítrofe, que não obteve êxito. Praticamente até 1905 tudo permaneceu como estava, quando Bernardo Horta Araújo pelo Espírito Santo e Antônio Augusto de Lima por Minas Gerais, devidamente credenciados, propuseram que ao norte do rio Doce passaria a linha divisória, da serra dos Aimorés até o rio Mucuri na forma da demarcação de 1800. A serra dos Aimorés é a mesma serra do Souza que, aproximar-se do vale do Mucuri, era chamada de *Map-Map-Crac* (*pedras lisas*) pelos índios. Toda essa área estava coberta por florestas, que não era trilhada pelo homem branco e totalmente ocupada pelos indígenas.

Em 1911 estabeleceu-se um convênio entre os Estados, no qual se apelava para uma decisão arbitral que, finalmente, em 1914, julgou os limites ao sul do rio Doce na forma praticamente estabelecida pelo auto de

1800 e ao norte do rio Doce “pelas linhas de cumeadas da serra do Souza ou dos Aimorés, preenchidas por linhas retas as soluções de continuidade.”

Portanto, em verdade, tudo permanecia nas linhas gerais do Auto de Demarcação de 1800.

Na década de 20 e 30 aquela imensa floresta a noroeste do Espírito Santo era praticamente desconhecida do homem branco colonizador, mas criou-se um marco importante: a construção da ponte sobre o rio Doce, na vila de Colatina, em direção ao norte, possibilitando a entrada naquela imensa floresta atlântica no ano de 1928, tanto que no rio São José, no lugar denominado Águia Branca, houve uma fixação de poloneses pela Sociedade de Colonização de Varsóvia.

Vê-se, portanto, que a partir de 1928 os capixabas iniciaram sua marcha em direção ao noroeste (a partir de Vitória), pois a floresta permitia a extração de madeiras de alto valor comercial e possibilitava a plantação de lavouras cafeeiras e lavouras brancas, transformando aquelas áreas selvagens em áreas de cultivos.

Com a penetração das populações capixabas e mineiras naquela imensa área, para ocupação da mesma terra, os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais se motivaram para reconhecer aquelas posses como sendo áreas suas, daí decorrendo o nome de Área Contestada.

Todavia, é verdadeiro que a divisa era pela serra dos Aimorés, e a população colonizadora mineira atravessara essa serra e se fixara, portanto, em terras do Espírito Santo.

O Estado de Minas foi irredutível e mandou tropas militares para a manutenção daquela área ocupada como sendo de Minas Gerais. O Estado do Espírito Santo, por sua vez, também mandou suas tropas para aquela região para legítima manutenção das terras ocupadas pelos capixabas.

Assim, os vilarejos, as vilas, as pequenas cidades que vicejavam naquela imensa área cortada por estradas tortuosas e de precária penetração na floresta, tinham dificuldades imensas de comunicação com os centros urbanos, ficando praticamente a mercê da violência local que se apresentava como um dos principais elementos negativos, por falta de apoio da civilização, propiciando aos mais fortes uma situação que modificava o destino da área do Espírito Santo, resvalando para as mãos de aventureiros de Minas Gerais.

Nos anos de 1937 e 1938 ocorreram incursões de policiais mineiros pelas vilas e cidades capixabas, como Barra de São Francisco e outras, a mando de autoridades subalternas mineiras próximas à fronteira indivisa, oprimindo a população capixaba.

Duas cidades se destacaram como referenciais na região Contestada - Barra de São Francisco pelo Estado do Espírito Santo e Mantena por Minas Gerais, ambas cortadas pelo mesmo rio, de nome São Francisco, distando uma da outra apenas 12 km. A cidade de Mantena era sede de Distrito do município de Barra de São Francisco com o nome de Gabriel Emílio, quando da criação do Município em 1943, desmembrado do Município de São Mateus, de onde era Distrito desde 1935.

O Município e a Comarca de Barra de São Francisco foram instalados no ano de 1944.

Por outro lado, a cidade de Mantena teve início com a criação do “Patrimônio de Santo Antônio de Mantena” pelo trabalho dos “Capuchinhos” (ordem religiosa de catequese) ligada ao Aldeamento de Itambacurí, que se tornou Município no mesmo ano de 1944. A rivalidade entre os dois Estados era estimulada e intensificada nessas duas cidades fronteiriças.

Na região Contestada, foi estabelecido um sistema político-social pioneiro no qual ambos os Estados procuravam proteger suas populações e suas posses geográficas, culminando na distinção de três áreas: região de jurisdição administrativa puramente capixaba, região de jurisdição puramente administrativa mineira, e entre elas uma região mista administrada por Minas Gerais, por um lado e pelo Espírito Santo, do outro, uma independente da outra, onde praticamente cada Estado concorria com a sua capacidade de administração, com construção de estradas pioneiras e de escolas, policiamento, inscrição de eleitores, cartórios e aplicação ou não de tributos sobre os bens produzidos, principalmente o café e a madeira comercial.

Assim, foi criada no Contestado, pela população, uma situação de “status quo” pela qual a situação ficava praticamente imodificável..

Embora o “status quo” revelasse a intenção de deixar que as coisas ficassem como estavam, por baixo dessa superfície de ordem prática e até de cunho administrativo, o movimento social e aventureiro naquela região era grande, principalmente na indústria extrativista da madeira de lei

e na produção e comercialização do café, gerando sempre agitação do povo, no sentido de uma solução definitiva para a região Contestada, que pudesse tranquilizar o ser humano em seus anseios de vivência estável.

Nos idos de 1957 quase houve luta armada na região entre Mantena e São Francisco: tropas milicianas dos dois Estados prepararam-se para o confronto com armas consideradas à época como “pesadas”, tudo motivado pela fiscalização capixaba, no lugar denominado Café Ralo, ter exigido o pagamento de impostos para a passagem de café pilado da região de Água Doce, Santo Onofre, Santo Agostinho, Azul, Bom Destino e outros lugares, para Mantena, que costumeiramente comprava esses cafés sem qualquer tributo aplicado pela fiscalização do Estado do Espírito Santo, pois consideravam aquele local como região de “jurisdição mista”, de livre negociação pelos produtores e comerciantes, tanto de Mantena como de Barra de São Francisco.

Tal fora a intensidade do movimento policial que se prolongou por muitos dias fazendo com que a população de Barra de São Francisco, temerosa de um desfecho armado, se retirasse para outros lugares, abandonando suas casas de moradia e o comércio citadino fechando suas portas.

No ápice dos preparativos armados ocorreu a intervenção de autoridades federais que bloquearam aquela situação intangível, insustentável e desmesurada, impedindo o desfecho de uma batalha que, por certo, seria sangrenta. A situação, então, estabilizou-se no “status quo”, tendo a administração capixaba, recuado no exigir tributos dos cafés na região denominada “Café Ralo”, com trânsito via Mantena.

Com o advento do Estado Novo a nova Constituição de 1937 dispunha no Artigo 184 que os Estados continuavam na posse dos territórios onde exerciam sua jurisdição, vedando qualquer reivindicação territorial. E ainda declarava extinta as ações de litígios entre os Estados e admitia o Serviço Geográfico do Exército para descrever os limites dos Estados onde existiam conflitos.

Em 1940 a Comissão Geográfica do Exército, a pedido dos interessados, iniciou os trabalhos demarcatórios do Contestado, acompanhada pelo brilhante engenheiro e professor Cícero Moraes pelo Espírito Santo e Benedito Quintino por Minas Gerais.

A Comissão fez um levantamento “in loco” de toda região Contestada e apresentou um minucioso Laudo Demarcatório, em 1941. Esse

Laudo do Serviço Geográfico do Exército baseou-se em três aspectos fundamentais: aspecto histórico, aspecto geográfico e aspecto jurisdicional.

O Laudo da Comissão do Serviço Geográfico do Exército foi aprovado pelo Governo de Getúlio Vargas e encaminhado ao Ministério da Justiça para providenciar a publicação do mesmo. Segundo dizem alguns noticiadores, referido Laudo nunca foi publicado porque as forças ocultas da política mineira impediram sua publicação, apesar do esforço do Estado do Espírito Santo. Com o fim do Estado Novo e o advento da nova Constituição de 1946, Minas Gerais inconformada com aquele respeitável Laudo Pericial, postulou ação no Supremo Tribunal Federal para solução do “Contestado”.

Nessa ação, em 1958, o Estado do Espírito Santo pelos seus advogados, Rubens Feraz, Cícero Moraes e Raul Ribeiro, apresentaram razões finais que, de tão perfeitas e brilhantes, foram transformadas em livro com o nome próprio para a questão, afirmando:

“A SERRA DOS AIMORÉS, UMA BARREIRA.”

Todavia, a questão lindeira terminou por acordo firmado em 15 de setembro de 1963, com o então Governador do Estado do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, vulgo “Chiquinho” e José Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

Nesse acordo, a população capixaba residente no Contestado nem sequer foi ouvida.

Segundo consta, pelo que foi descrito, a área litigiosa era de nove a doze mil quilômetros quadrados, sendo que o Estado do Espírito Santo deve ter cedido ao Estado de Minas Gerais entre três e cinco mil quilômetros quadrados, provavelmente, pois, não há dados concretos absolutos...

Porém, de tudo que a história pôde sumariamente reservar sobre o Contestado, três fatos históricos ressoarão permanentemente na consciência política e cultural do capixaba: a SERRA DOS AIMORÉS, declarada como a verdadeira divisa, lá, imutável, para todos os olhares brasileiros, o Laudo do Serviço Geográfico do Exército e a imposição de Minas Gerais.

**MUSICA E TEMPO:
A MUSICOLOGIA E A HISTÓRIA DA MÚSICA
NO ESTUDO DA HISTÓRIA⁽¹⁾**

Getulio Marcos Pereira Neves⁽²⁾

A se desenvolver o tema proposto no título, música e tempo seria algo de uma obviedade cristalina por ser a música, como é, uma sucessão de eventos sonoros no tempo. Cada nota musical, para soar, deve ter uma duração no tempo, e essa sucessão de notas acaba por tornar-se rítmica exatamente por força desta divisão temporal. Temos então, nas mais singelas manifestações sonoras, os dois elementos indispensáveis a que se possa falar em música, quais sejam, melodia e ritmo (alguns acrescentam harmonia, mas se ouvimos melodias *a capella* estamos também, e sem dúvida, a consumir música). Não quer dizer que toda sucessão de sons no tempo possa ser considerada música, mas insisto em não abordar aqui matéria relativa a teoria musical pura.

Especificamente o que se pretende é apontar a relevância do estudo da História da Música e da Musicologia para o estudo da História, em geral. Em sendo assim, o tempo de que nos ocupamos é o tempo histórico. O que nos leva a fazer referência à **História da Música**, e também à **Musicologia**. Tentar-se-á, pois, e nos limites impostos a um texto dessa natureza, passar um pouco de informações em relação a este tema, isto é, o estudo das manifestações musicais no tempo histórico e sua relevância para o estudo da História em geral.

Não posso deixar de fazer referência, no campo da investigação musical em alto nível, ao Prof. Dr. Ruy Vieira Nery, da Fundação Gulbenkian e da Universidade Nova de Lisboa, de quem, se não fui aluno regular, aproveitei os vastos conhecimentos em palestras isoladas, procurando pausar-me sempre, nestes domínios, pelo exemplo irrepreensível de sua conduta como investigador.

⁽¹⁾ O Autor é pesquisador e escritor. É sócio efetivo do IHGES. Formado em Direito, é Juiz na Comarca de Vila Velha.

⁽²⁾ Este artigo é texto da palestra proferida no IHGES em 13/12/2000.

I – O estudo da Música

Música é manifestação cultural acessível desde sempre a todas as camadas da população. Talvez seja mesmo a manifestação cultural de mais fácil assimilação, e assim, a mais democrática. Por isto é que se torna curiosa a distinção que se faz hoje entre música popular e clássica, uma vez que, nos tempos de Mozart, por exemplo, suas peças eram consumidas não só nos palácios mas também nas praças e teatros. Mas os estudiosos recusam-se a pensar que um dia, e por possível “empobrecimento ainda maior do nível cultural da população”, a música popular de hoje possa vir a ser consumida por platéia de perfil erudito, que é o que acontece com Mozart em nossos dias. Mesmo as manifestações de caráter popular de nível mais sofisticado, como o jazz ou a bossa-nova, pela sua riqueza harmônica, ou a música dos Beatles e do chamado Rock Progressivo, que muitas vezes contavam com a intervenção de orquestras sinfônicas e filarmônicas, grupos de cordas e de metais, mesmo estas manifestações são desprezadas pelos puristas como produto musical de nível superior.

Com esta ligeira divagação quero chegar ao ponto de deixar claro que a origem da música, como aceita hoje em dia, não se deveu a atividade de elaboração mental de nenhum genial hominídeo em tempos pré-históricos, mas parece ter-se devido a uma atividade humana espontânea, qual seja, a de marcar o ritmo durante as narrações rituais, feitas em reuniões tribais convocadas para fins sagrados ou de entretenimento. O musicólogo alemão CURT SACHS, que se ocupou do tema em sua investigação sobre a história dos instrumentos musicais, parte desta premissa, passível de ser constatada “no campo”, por exemplo - e para ficar num só exemplo - pelo estudo da atividade dos chamados **griots**, homens sábios das tribos “não integradas” da África Ocidental, responsáveis ainda hoje pela perpetuação oral das tradições históricas da comunidade a que pertencem.

É que o primeiro instrumento musical, embora em sentido lato, utilizado pelo homem, foi o seu próprio aparelho fonador. Musical porque na narração de longos períodos, como no caso dos poemas dos **griots** africanos, tende-se a emprestar à dicção um certo ritmo, que torne mais fluente a recitação. Não se tem dificuldade de perceber como a fala de uma língua, pela pronúncia dos vocábulos e a entonação posta nas frases e períodos, é diversa da de outra. Mesmo a língua portuguesa, no que diz respeito a entonação, soa totalmente diferente se falada por um brasileiro ou por um português. Em Portugal dizem que a língua brasileira é “cantada”, mais ou

menos como nós do sudeste pensamos da pronúncia gaúcha ou baiana. Já para nós o português europeu soa áspero, brusco, pelo apoio cada vez menor nas vogais, que tendem a desaparecer da pronúncia, soando mais ou menos como as línguas da Europa Oriental.

E assim o homem passou em algum momento a manufaturar utensílios que lhe servissem no acompanhamento da fala, sublinhando passagens importantes, mas principalmente ajudando a marcar o ritmo, que lhe é inato. Então é lícito perguntar-se, qual o instrumento musical, em sentido estrito, mais antigo que se conhece hoje? Se da afirmação acima pode-se concluir que os primeiros instrumentos musicais foram sem dúvida os de percussão, por outro lado o mais antigo instrumento musical presente-mente resgatado é um aerofone, a chamada Flauta de Neanderthal, entalhada em osso do fêmur de um urso da caverna, datada de entre 43000 a 82000 anos, encontrada pelo Dr. Ivan Turk, paleontologista da Academia Eslovena de Ciências de Ljubjana. O mais surpreendente é que, dos quatro furos remanescentes no corpo do instrumento, dois deles parciais, três encontram-se numa relação de distância tal entre si que produzem em termos sonoros o principal de uma escala diatônica, a sequência de intervalo de dois tons e um semitom, como se fosse do-re-mi-fa. (Uma análise musicológica do instrumento encontra-se no site <http://www.webster.sk.ca>). Sem embargo, este achado coloca um outro problema que refoge ao âmbito do estudo da música, porque presentemente o chamado Homem de Neanderthal não é considerado ancestral direto do Homo Sapiens, mas espécie paralela, mesmo que as duas tenham chegado a conviver, o que, aliás, é fato.

Recentemente foram descobertas na China outras seis flautas talhadas em osso, de que se deu notícia na revista Nature de 23 de setembro de 1999. A mais bem conservada pode ser tocada, e foi analisada em termos tonais (o texto, e inclusive amostras de som do instrumento no site da revista, <http://www.nature.com>). Sem dúvida já instrumento de fabricação humana, pela datação (7000 a 5700 a.C.), no entanto a escala não se parece com a diatônica, usada no ocidente. Usemos este fato para introduzir agora uma divisão na metodologia do estudo da música.

Em fins do século XIX começou-se a fazer o estudo mais sistemático da música como objeto, ou seja, a se fazer **musicologia**. Nesta época, a par da restauração e catalogação das fontes primárias resgatadas em sua própria casa, digamos assim, as nações européias já industrializadas tinham passado a instituir ou expandir por motivos econômicos seus domínios

coloniais, principalmente na África e na Ásia, como se sabe. Passaram, então, os europeus a travar contato com populações diferentes, que cultivavam manifestações culturais totalmente diversas das suas. E sendo diferentes, passaram por isto mesmo a ser consideradas inferiores, num sentido axiológico, às dos europeus. Puro etnocentrismo.

Então o quadro com que se deparava o pesquisador da época era que não se poderia abordar da mesma maneira, para fins de estudo sistemático, uma peça de Palestrina ou Bach e um cântico de guerra zulu sul-africano ou maubere da ilha de Timor (ilha esta hoje dividida ao meio entre a República Indonésia e o – finalmente - soberano Timor Lorosae). Data portanto daquela época a grande divisão sistemática no estudo da música como objeto, que é do que se ocupa a **musicologia**: a **etnomusicologia**, ou **musicologia comparada**, a princípio um ramo da Antropologia Cultural que posteriormente se autonomizou; e a chamada **musicologia histórica**.

A **etnomusicologia** ocupou-se a princípio das manifestações musicais de populações não-ocidentais, recolhendo-as, notando-as em linguagem musical, dissecando-lhes elementos, tentando identificar-lhes escalas musicais e decompor-lhes estruturas rítmicas fundamentais, tentando posteriormente estabelecer uma relação de sistematização entre as canções coletadas num mesmo grupo ou grupos humanos de alguma maneira afins. Hoje em dia ocupa-se também de manifestações ditas folclóricas, incluídas aí as populações ocidentais.

Percebe-se, portanto, que o trabalho do etnomusicólogo começa no campo, pela recolha do material, e continua no laboratório ou escritório de trabalho. JAAP KUNST, etnomusicólogo holandês, em sua obra referencial “Ethnomusicology”, terceira edição, 1974, refere-se ao linguísta inglês JOHN ALEXANDER ELLIS como o precursor da ciência, ao mesmo tempo em que diseca as operações matemáticas necessárias a estabelecer a altura de um som em relação a outro, já que os intervalos muito poucas vezes seguem os das escalas musicais ocidentais. Basta que nos lembremos da música dos povos árabes, cujo sistema musical aceita divisões menores que meio tom, a mínima divisão na música ocidental.

Obviamente que, não pretendendo aprofundar o exame deste ramo da **musicologia**, diga-se apenas que sua importância no estudo da música pelos não antropólogos é facilmente percebida ao se folhear qualquer bom compêndio de história geral da música. Geralmente o capítulo inicial é dedicado à pré-história, digamos assim, da música, ou manifestações musicais em tempos que se convencionou chamar pré-históricos. Para

reconstituição deste período lança-se mão também, como recurso importante, da comparação com manifestações musicais de populações humanas ainda hoje em condições de vida similares (já que não se usa mais falar em “estágios anteriores de civilização” desde o antropólogo teuto-norteamericano FRANZ BOAS).

Mas foi já durante a Antiguidade Clássica que o pensador grego PITÁGORAS de Samos, utilizando-se de sua concepção de “música das esferas” (pela qual cada planeta emitia uma nota musical distinta enquanto girava, sendo que estas notas juntas formavam uma escala musical) desenvolveu e definiu uma relação matemática precisa entre as notas musicais de uma escala. Diversos doutrinadores, sendo os mais importantes dentre estes ARISTOXENO e CLEÓNIDES, acabaram por fixar o que se convencionou chamar modos gregos, em número de sete, de acordo com a distribuição de tons e semitons na escala musical: os modos mixolídio, lídio, frígio, dórico, hipolídio, hipofrígio e hipodórico.

Na Idade Média estes modos foram reconstruídos, com base sobretudo nos tratados de ARISTIDES QUINTILIANUS e BOÉCIO de Dácia. Houve então uma grande confusão, porque os modos musicais, em número de oito, não tinham nota certa para começar, mas para acabar, tudo como tentativa de se recorrer ao menor número possível de acidentes (notas alteradas). Esta matéria é de uma complexidade muito grande para ser abordada em detalhes numa ocasião como essa, bastando afirmar que os modos em dó e lá, nossos modernos modos maior e menor, sobre os quais toda a música popular de hoje é construída, só foram sistematizados no século XVI.

Como comentário, refira-se que a dificuldade para entoar as notas era tão grande que o monge italiano GUIDO D’ AREZZO propôs, por volta do século XI, uma série de sílabas que as denominassem, ajudando o cantor a memorizá-las. As denominações foram retiradas de um hino datado de por volta do ano 800, *Ut queant laxis*, sendo que as palavras iniciais de cada verso começavam com as sílabas *ut, re, mi, fa, sol, la*, que até hoje são utilizadas.

Esta ligeiríssima noção da evolução das escalas musicais no ocidente serve para situar a divisão referida acima da ciência da **musicologia**. Em resumo, a música ocidental é objeto de estudo da **musicologia histórica**, enquanto que a música não ocidental e algumas manifestações ditas folclóricas ficam a cargo da **etnomusicologia**.

II – A História da Música

Acima referi-me algumas vezes ao estudo da música como objeto para definir o âmbito de estudo da **musicologia**. Quis dizer que esta ciência se ocupa do estudo das obras musicais em si, pela análise de seus elementos internos que permita uma reflexão acerca das causas e das relações intrínsecas entre esses elementos. Entrelaça-se, assim, com a **História da Música**, já que esta última se ocupa da evolução das formas e dos conteúdos musicais, mas também das suas relações de produção, digamos assim. Neste sentido acredito que a **musicologia** é uma das disciplinas que ajudam a escrever a **História da Música**.

Se a **História da Música** era já feita desde o século XVIII, existindo mesmo vários tratados, a maioria ingleses e franceses, sobre o tema (p. ex. J. Hawkins, *A General History of the Science and Practice of Music*, Londres, 1776; C. Burney, *A General History of Music*, Londres, 1776/1789; P. Bourdelot e J. Bonnet, *Histoire de la Musique et de ses effets*, Paris, 1715; Ch-H de Blainville, *Histoire Générale Critique et Philologique de la Musique*, Paris, 1767), pode-se dizer que o incremento maior na pesquisa se deu pelo interesse dispensado à chamada música antiga a partir do início do século XX (o que foi ajudado pela sistematização da **musicologia** como ciência). Este incremento é debitado a Sir THOMAS BEECHAM, maestro inglês que se interessou pela execução das obras musicais como as mesmas deveriam ter soado aos contemporâneos, incluídos aí instrumentos musicais e técnicas de execução.

Para explicar a afirmação que fiz acima acerca da relação entre **musicologia** (principalmente a histórica) e **História da Música**, quero aqui lançar mão de um exemplo, em que vou usar uma analogia: recentemente nosso consócio Fernando Achiamé trouxe a publicação o texto “Memórias do Passado – A Vitória através de meio século”, do Pe. Antunes de Siqueira. Exatamente nesta afirmação da autoria residiu o mérito de Achiamé, porque, por meio de uma análise dos elementos formais e do conteúdo do texto foi que pode atribuir ao Pe. Siqueira a autoria. Seu método de trabalho está descrito na Introdução do volume, no tópico Crítica de Atribuição, onde o estudioso evidencia todo o engenho da sua conduta de investigador. Pois bem, posso referir exemplo semelhante em termos de **musicologia**, citando o caso do polifonista português Pedro de Escobar, conhecido em Portugal durante sua vida como Pedro do Porto. Referi-me a este compositor no texto sobre música portuguesa constante dos IV Anais

das Jornadas de Navegação, para onde remeto os interessados. O problema é que nos arquivos de Portugal e Espanha havia pela mesma época referências aos dois compositores. Mais ou menos como aconteceu com o Achiamé, foi o estudo estilístico das obras musicais da autoria de cada um deles que permitiu se concluir tratar-se da mesma pessoa, o que depois pôde ser confirmado, com bastante razoável grau de certeza, por outros meios.

Quais as conseqüências disto? No caso de Escobar, pôde-se provavelmente lançar mão de um argumento a mais para reforçar as evidências da grande mobilidade de artistas entre as Cortes ibéricas, principalmente nesta época, quando o Rei D. Manuel I casou-se com D. Maria, quarta filha dos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Este fato é estudado no âmbito da **História da Música**, mas sem dúvida o dado concreto foi trazido à luz por meio de estudos musicológicos.

III – O interesse do estudo da História da Música para o estudo da História:

É óbvio que o estudo da **musicologia** e da **História da Música** apresentam interesse por si só. Arrisco-me, inclusive, a desagradar profissionais da área por algumas simplificações e elastizações de conceitos que cometi, conscientemente, ao longo da exposição. Mas agora procuremos pensar no interesse do estudo da **História da Música** em relação à **História**. Qualquer fato histórico é importante no exercício da reconstrução do todo, do espaço histórico-geográfico de que se ocupa o pesquisador, o que é incontestável. Assim passa a ter validade aqui também o exemplo referido acima, da comprovação da mobilidade de artistas entre as Cortes de Portugal e Castela no século XVI pela constatação de que o compositor Pedro de Escobar atuou em ambos lados da fronteira. Este fato pode induzir o historiador a conclusões acerca, por exemplo, das relações entre as Cortes ibéricas no período.

Posso referir um outro exemplo, o do Cap. Bento Ferreira de Queiroz, Cavaleiro da Ordem de Cristo, cujo ato de nomeação para ocupar o posto de Mestre de Capela na Matriz da Vila de Vitória, em 1643, encontrei num dos meus passeios à Torre do Tombo em Lisboa. Este fato me permitiu comprovar, com um exemplo local, algo que já se sabia, ou seja, na época a Igreja permitia a leigos o desempenho de seus ofícios musicais.

Quer dizer, se até então com relação ao Espírito Santo este fato **deveria ser** verdade, na medida em que o era para todas as possessões ultramarinas portuguesas, acredito ter provado assim, de forma incontestável, que para o Espírito Santo este fato **é** verdade (vide meu “Aspectos da Música Portuguesa na Época do Descobrimento”, in *Anais das Jornadas de Navegação*, v. IV, 2000). Ao se transpor esta conclusão para os domínios da **História**, em geral, pode-se, por exemplo, procurar penetrar no estudo das relações de poder vigentes aqui na Vila, naquela época.

Da mesma forma pode a **etnomusicologia** prestar auxílio à ciência histórica. Não sei de estudos sistemáticos na área, aqui no Espírito Santo, mas poderíamos nos referir, por exemplo, ao texto do Prof. Guilherme Santos Neves, na Revista do IHGES nº 18, de 1958, “A Casaca – Instrumento Musical Indígena”. Anteriormente descrita – e retratada - por Auguste François-Biard e até pelo Imperador D. Pedro II, quando de sua viagem ao estado, é utilizada nas chamadas bandas de congo, e tem uma peculiaridade que a distingue dos demais “reco-recos”, ou “ganzás”, que é a cabeça esculpida. Por que os demais instrumentos semelhantes, utilizados em outras regiões do Brasil, não têm esta cabeça? Imagine-se a importância que este fato poderia ter, se deslocado este nosso objeto de estudo em milhares de anos...

Já em 1948 aqui no estado o Prof. Guilherme Santos Neves começou a coletar exemplos de canções folclóricas, em companhia, entre outros, do Prof. Renato Pacheco e do falecido Hermógenes Lima Fonseca. Este trabalho rendeu frutos, mas grande parte das gravações foram enviadas ao Museu Smithsonian, onde devem estar armazenadas. A propósito, o Dr. Renato Pacheco narra numa entrevista sobre a Comissão Espírito Santense de Folclore, que está na internet, no site <http://www.revysta.com> um fato acontecido com o Des. Eurípedes Queiroz do Vale, que ficou de memorizar uma canção tocada num casamento pomerano em Santa Maria de Jetibá, e ao descer em Santa Leopoldina para tomar um lanche acabou por esquecer-se da melodia... eram as dificuldades no trabalho de campo do etnomusicólogo, a que me referi acima (embora o ilustre desembargador muito provavelmente assim não se considerasse). Mas o que importa é que a comparação destas canções coletadas há mais de cinquenta anos com outras coletadas hoje em dia poderá vir a ter grande valor histórico para, por exemplo, seguir-se rota de migrações internas, ou se estudar o processo de aculturação das populações envolvidas.

IV – Conclusão

O que se ocupar da investigação séria a respeito constatará haver poucos estudos sistemáticos sobre música publicados no Espírito Santo, descontados aí a Música Popular Capixaba, de Osmar Silva, e os exemplos referidos, que se ficaram estes últimos mais pela área da etnologia e do folclore. Aproveitando a oportunidade que me foi dada de falar nesta tarde, procurei ao longo do texto passar aos ouvintes e caros consócios a importância que pode ter o estudo da **História da Música** e da **musicologia** para os estudos históricos, em geral. Mais ou menos como forma de justificação de uns trabalhos que têm vindo à luz ultimamente, de minha autoria e também de outros pesquisadores da casa. Mas foi apenas uma das abordagens cabíveis do tema que me foi sugerido, a que julguei mais adequada.

Vou fechar esta exposição voltando simplesmente a música e tempo, ousando predizer um longo futuro para a música como manifestação artística, desde que se consiga resolver o problema da função da obra musical, como espécie do gênero obra de arte. A arte serve simplesmente como veículo de expressão pessoal do artista, ou serve para consumo do público? Se pensarmos na música dita clássica moderna, no dodecafonismo, na música concreta etc, mas se também pensarmos na música dita popular moderna, sertanejas, grunges e que tais? Ou seja, “todo artista deve ir aonde o povo está”, como disse Milton Nascimento (embora não neste sentido específico) ou, pelo contrário, sobre a obra de arte são totalmente dispensáveis as opiniões do público em detrimento das do próprio artista, como sustentou Oscar Wilde durante seu interrogatório judicial, já à beira da ruína?

Devemos acreditar, senão na solução, ao menos na administração deste problema, tão antigo quanto a própria arte, possibilitando assim que a música continue a ser produzida, consumida e estudada pelo próximo milênio. E, principalmente, que todos nós possamos estar juntos nesta casa, pelo próximo milênio.

Muito obrigado.

ESPÍRITO SANTO: UMA VISÃO LOGÍSTICA⁽¹⁾

Rodrigo de Alvarenga Rosa⁽²⁾

Muito se fala que o Espírito Santo é um estado eminentemente voltado para serviços, em especial: logística e turismo.

De fato esses dois campos são importantes em nossa economia e com grandes possibilidades de crescimento; no entanto não podemos nos esquecer que somos um estado com empresas de porte como: CVRD, CST, Aracruz, Samarco, Polo de Confecções no norte, Extração mineral, e uma área rural extremamente modernizada com altos índices de exportação.

Nesse sentido gostaríamos de colocar inicialmente que a logística deve ser uma atividade geradora de mais recursos para o estado, mas sozinha não será a única fonte de crescimento do estado.

O Espírito Santo ao longo de sua história desenvolveu uma infra estrutura logística muito boa tanto na área portuária, ferroviária e rodoviária. Ainda carecemos de armazéns, aeroportos e fluxo de carga mais equilibrado, importação e exportação, o que discutiremos mais a frente.

Hoje o Espírito Santo possui 11 portos operacionais, citando os mais importantes temos: Tubarão, Praia Mole, TVV, Peiu, Cais de grãos, Paul, Comercial Vitória, Samarco, CPVV, Barra do Riacho. Vale ressaltar que todos esse portos vem recebendo fortes investimentos nos últimos anos.

Aliados a isso temos a ferrovia EFVM que chega ao estado e a FCA que se conecta a EFVM em Belo Horizonte, ambas administradas pela CVRD e que juntas levam as cargas de nosso portos por aproximadamente 7.200 km para dentro do Brasil.

Temos as rodovias federais BR-101 que cruza o estado de norte a sul e nos conecta com todo o país, temos ainda a BR-262 que nos leva a oeste, ambas em razoável estado de conservação.

(1) Palestra realizada em 29/05/2000, na sede do IHGES.

(2) O Autor é sócio efetivo do IHGES, Engenheiro e Professor.

A nossa estrutura de armazéns, apesar dos investimentos feitos nos últimos anos ainda carece de um crescimento maior para realmente poder atrair carga.

O nosso aeroporto ainda é muito modesto, tanto para cargas nacionais quanto internacionais. Temos investimentos já alocados e com data de início para o 1º trimestre de 2003, projetando-se o término das obras para os próximos 5 anos, viabilizando, assim, o fluxo de cargas nacionais e internacionais para o Estado.

Apesar de toda essa infra-estrutura nos perguntamos: porque ainda não conseguimos atrair a quantidade de carga necessária para viabilizar grandes volumes para o estado.

Levantamos, a seguir, algumas questões:

Nossos portos não receberam durante três décadas investimentos a altura de um porto comercial privado, ficando obsoleto e caro, e somente nos últimos dois anos que investimentos altos, TVV, Peiu e Paul vem realizando tais investimentos. Exceção seja feitas aos portos privativos da CVRD, CST, Aracruz que por suas próprias iniciativas e para manuseio de suas próprias cargas vem investindo recursos para a melhoria contínua dos mesmos.

A falta de tais investimentos é explicada pela falta de nosso estado ter maior poder nas camadas políticas federais, não conseguindo alocar verbas para nosso estado.

Essa falta de investimento fez com que nossas operações portuárias se tornassem caras e com isso afugassem as potenciais cargas.

No âmbito ferroviário a estrada de ferro FCA, até meados da década de 90, pode se dizer, era inoperante para cargas comerciais, totalmente falida em infra estrutura e equipamentos rodantes, o que limitava nossa hinterlândia a Belo Horizonte, inviabilizando cargas do interior que chegassem aqui com preços competitivos.

Aliado a isso o foco da EFVM era prioritariamente o transporte de minério de ferro da CVRD para exportação e carvão importado para as usinas siderúrgicas de Minas Gerais. Somente no início da década de 90 é que a EFVM começa a dar enfoque em cargas diversas e de terceiros.

Percebemos pelo cenário acima traçado, que temos, uma infra-estrutura de 50 anos atrás e como nada, ou muito pouco foi feito, a nossa tão falada infra-estrutura, não é mais do que uma memória do passado, e para recuperarmos o tempo perdido, somente com investimentos maciços em todas as áreas.

Após a privatização e a concessão de alguns serviços, tais investimentos começam a surgir, no entanto investimentos em infra-estrutura são demorados e nós só começaremos a ver expressivos resultados daqui a cinco ou dez anos. Isso caso sejam mantidos os investimentos e que todas as áreas públicas sejam privatizadas ou concedidas.

Baseado nesse cenário percebemos também que fora algumas grandes empresas, que já foram citadas, o estado do Espírito Santo não tem um mercado consumidor grande, e os grandes mercados estão localizados a aproximadamente 600 Km, Rio de Janeiro, a 900 Km, São Paulo e a 750 Km, Belo Horizonte.

Nesse cenário todo pensamos que nosso maior foco devem ser os estados que não possuem saída para o mar, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, que obrigatoriamente deverão fazer uma escolha entre os portos do Espírito Santo, Bahia (Ilhéus e Salvador), Rio de Janeiro ou São Paulo (Santos).

Antes de prosseguirmos, devemos destacar o que se entende por logística. Logística, no conceito atualmente aceito, pode ser definida como as atividades totais que compõem desde a aquisição de matéria prima até a entrega do produto final ao cliente, sendo que essa entrega deve ser feita no prazo, na qualidade, na quantidade, no local e no custo previamente combinados.

Assim sendo quando falamos de logística, não estamos falando somente em transportar, mas também na liberação de carga para importação e ex-

portação, no cálculo do estoque, na armazenagem, no manuseio da carga no fluxo de informações para acompanhar todo o processo.

Se o Espírito Santo operar dentro do conceito de logística, podemos, eventualmente, ganhar carga de outros portos e aeroportos através da qualidade do serviço prestado, mesmo que o custo total da operação seja maior.

O problema é que no Espírito Santo, poucas empresas estão oferecendo serviços logísticos completos, e portanto temos pouca competitividade para atrair mais cargas.

Algumas ações do Espírito Santo vem ajudando a atrair cargas para o estado, dentre elas sistema FUNDAP que tem incentivado as importações com reduções de alíquota. Como somos o único estado, a ter essa opção, nossos custos tornam-se mais competitivos.

Apesar de o FUNDAP existir, o mesmo só se aplica a importação. E assim mesmo temos um desequilíbrio enorme entre importação e exportação. Eminentemente somos um estado exportador, destacando: café, pedras, minério de ferro, siderúrgicos, celulose, grãos.

Após traçarmos o perfil do estado, gostaríamos de pontuar algumas ações que poderiam reverter a situação atual do estado, tornando-o um grande centro de atração e manuseio de carga.

Inicialmente deveria ser composto um comitê de empresários, governo estadual e municipal, para ações serem traçadas em conjunto e que o estado como um todo seja vendido como uma opção logística para o Brasil central e porque não Rio de Janeiro, São Paulo, e Bahia.

Algumas ações desse nível foram traçadas e levadas a frente, mas não conseguiram resultados expressivos, consistentes para o estado. Mas indubitavelmente foram muito importantes, dentre várias citamos o Corredor Centro Leste.

Poderíamos imaginar que em vez de irmos a outro estado buscar carga, poderíamos ter nossas cargas cativas dentro do próprio estado. Para tal

precisaríamos atrair novas indústrias que conseqüentemente usariam nossos portos.

As cargas que viriam a ser atraídas teriam um custo marginal, tendo em vista a carga do próprio estado já pagar o custo da infra-estrutura montada. Como exemplo citamos o Terminal de Placas de Praia Mole, onde os siderúrgicos por si já pagam os investimentos, e portanto qualquer outra carga (granito, carro e outros) só são uma receita adicional, tendo um custo marginal.

O estado não tem sido muito feliz nos últimos anos em atrair muitas empresas, perdendo inclusive algumas atualmente instaladas aqui para outros estados.

Outra ação a ser tomada seria continuar com consistência o processo de privatização e concessão dos portos e aeroportos a fim de criarmos um maior aporte de capital para investimentos em infra-estrutura.

Incentivo a preparação de profissionais para atuarem nas áreas de logística e comércio internacional, a fim de se formar uma cultura de serviços em logística dentro do estado.

Incentivo a criação e/ou atração de empresas de trading para o estado, criando-se assim mais opções para potenciais clientes.

Ações mais integradas das bancadas federais para carrear mais recursos para o estado e investi-los em infra-estrutura.

Nisso tudo que expomos até o momento, podemos concluir:

O estado do Espírito Santo tem tudo para ser um grande player, em operações logísticas, dentre os estados brasileiros, no entanto, como já foi visto, muitas ações novas devem ser tomadas e as atuais ações em andamento, devem ser preservadas e continuadas.

A logística não deve ser vista como uma ação milagrosa no estado, pois nós só seremos grandes prestadores de serviço de logística, caso tenhamos

um estado com economia forte, com indústrias instaladas no estado.

Sem um forte trabalho institucional de marketing do estado, fica muito difícil para estas ações isoladas visando torná-lo maior e melhor

Só poderemos esperar resultados efetivos dessa melhoria imaginada, considerando tudo acima exposto, daqui a cinco a dez anos. Prazo que imaginamos ser o mínimo para que sejam executadas as melhorias na infraestrutura.

Se conjugarmos a atração de novas indústrias e melhoria/aumento da infraestrutura, podemos com certeza, afirmar, que não haverá melhor escolha para o fluxo de carga das regiões hoje sem acesso ao mar e porque não para os estados que tenham acesso ao mar, mas não consigam ser competitivos.

EDUCAÇÃO

**ESPAÇO ESCOLAR E QUALIDADE DE ENSINO
(CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA
DE PAULO FREIRE)**

Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa^(*)

Pretendo contribuir com este texto para uma reflexão sobre o cenário educacional no Brasil contemporâneo, a partir da proposta pedagógica de Paulo Freire ligada ao contexto histórico educacional, marcado por especificidades: da democracia nacional desenvolvimentista ao autoritarismo ditatorial.

O momento atual é extremamente propício para fazer uma releitura do pensamento de Paulo Freire. Não erraríamos se afirmássemos que vivemos numa conjuntura de crise no sistema de ensino.

Pensar sobre essas e outras questões é um desafio que nos é lançado no início deste século.

No Brasil, apesar de algumas vozes, sobretudo a partir dos anos cinquenta, a prática pedagógica tem se transformado muito lentamente. Ainda se valoriza excessivamente a memória e a reprodução mecânica do discurso do professor, o que pouco ajuda o aluno a se situar frente à sua realidade e a de seu tempo.

Situando essa problemática no contexto brasileiro, pode-se afirmar que séculos de exploração e dominação tornaram a Educação um instrumento poderoso para que se perpetuasse um processo de alienação.

Retomar o pensamento de Paulo Freire nos remete à experiências pedagógicas de caráter inovador com forte conteúdo social.

Portanto, diante da velocidade das mudanças dos padrões culturais dos dias de hoje, faz-se necessário a adaptação do ensino às exigências de novos tempos de avanços tecnológicos.

Reconhecer a importância das experiências educativas de Paulo Freire é um caminho para fortalecer, articular e qualificar educadores. Essa

^(*)A Autora é sócia efetiva do IHGES e sua atual Presidente. É Doutora em História pela USP.

postura reflete não só a valorização das ações que direta ou indiretamente foram propostas pelo método Paulo Freire, como também uma postura comprometida em compreender as dinâmicas político-sociais, aprendendo e amadurecendo com elas.

Ainda mais: a atuação de Paulo Freire na área educacional permite refletir sobre o papel do educador como agente histórico.

Partindo dessa premissa geral sugerimos alguns passos metodológicos que buscam revelar implicações do pensamento de Paulo Freire com um determinado grupo social e com as condições que envolveram sua produção, sem dúvida, ligada no contexto contemporâneo do autor.

Situariamos dois momentos da obra de Paulo Freire – um, considerado de ação e outro, de reação.

1. Ação

A leitura do livro **Pedagogia da Autonomia** (Freire, 1999) revela o aspecto ideológico de texto premiado pelo pensamento dialético do autor: além de pedagogo sobressai-se o humanista Paulo Reglus Neves Freire.

As reflexões derivadas do pensamento educacional de Paulo Freire, inicialmente centradas nas questões da alfabetização, servem como modelo de educação de adultos no terceiro mundo. Entrelaçando temas cristãos e marxistas, defendendo o diálogo crítico entre educador e educando, compreendendo a educação como experiência dialética da libertação do homem. Portanto, o ponto central da visão dialética de Freire é a procura do método que faça do educando sujeito do seu processo educacional para ocupar um *“papel no mundo [que] não é só o de quem constatar o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências.”* (Freire, 1999, p. 85).

A proposta de Freire se insurge contra a dominação opressora dos homens pelos homens e da sua contínua reprodução precisamente através da educação.

A fase de atuação de Freire considerada de ação pedagógica centra-se principalmente no início dos anos 60.

Desde a década de 50 até 1964, delineou-se no Brasil um projeto, largamente difundido, de politização da produção cultural cujo motor era retirar a produção cultural brasileira de seus esquadros ornamentais, próprios da sociedade agrárioexportadora que o Brasil fora antes

de 30 e transformá-la numa ferramenta politicamente decisiva para o desenvolvimentismo ou para o “nacionalismo esquerdizante”.

Procurava-se buscar uma cultura que fosse “popular” entendida como uma ampliação do horizonte da criação intelectual e como uma valorização cultural e política das formas culturais comuns, entre a população mais pobre. Marchava-se em busca de uma temática nacional, de preocupações didáticas de um público mais amplo. Literalmente, corria-se atrás do operariado e do campesinato.

Pairava no ar a inspiração do pensador e político Antonio Gramsci, de suas formulações sobre cultura “nacional-popular”, entendida como uma cultura que identificasse, na raiz, os interesses nacionais como os populares e os interesse populares como interesses nacionais.

Um dos reflexos mais ricos e criativos da efervescência cultural que marcaram estes anos está na obra de Paulo Freire. Nela, ambas as tarefas – formulação do projeto educacional e sua crítica ao *status quo* vigente – tomam corpo e o embate corresponde à fase que chamamos de Ação, quando o autor busca definir uma cultura pedagógica que fosse popular, entendida como uma ampliação do horizonte da criação intelectual.

Como uma das ações/atuações mais significativas de Paulo Freire, destaca-se a coordenação do Plano Nacional de Alfabetização, no Ministério da Educação, no Governo João Goulart. Até então, dirigia o Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco.

Embora sem opção político-partidária (só em 1980 filiou-se ao PT), dizia-se político enquanto educador. Contudo, tinha forte ligação política com Miguel Arraes em Pernambuco, embora oficialmente não tenha participado de nenhum setor do governo.

Foi durante o governo de Arraes, quando prefeito, que se iniciou o MCP – Movimento de Cultura Popular -, que começou como municipal e se estendeu a todo o Estado de Pernambuco.

Importante teste para o método Paulo Freire, que comprovou sua eficiência, foi a experiência de Angicos (Rio Grande do Norte), graças a um convênio entre o Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, do qual Freire era diretor, propiciando, mais tarde, experiência semelhante com o método na Nicarágua, com sucesso confirmado pelo embaixador daquele País: “a tarefa de alfabetização foi assumida por toda a juventude. Aí juntaram-se dois fatores: o método Paulo Freire e a paixão dos nicaraguenses” (Freire e Guimarães, 1987, p. 28).

A Pedagogia da Autonomia introduz uma tendência social

identificada com a proposta pedagógica, consubstanciada na preocupação com as desigualdades e com a exclusão.

Influenciado no início de sua carreira pelo contexto onde viveu, assim se expressou: “*Enquanto andávamos pelas ruas daquele mundo maltratado e ofendido eu ia me lembrando de experiências da minha juventude em outras favelas de Olinda ou do Recife, dos meus diálogos com favelados e faveladas de alma rasgada. Tropeçando na dor humana, nós nos perguntávamos em torno de um sem número de problemas. Que fazer, enquanto educadores, trabalhando num contexto assim? Há mesmo o que fazer?*” (Freire, 1999, p. 82).

Pernambucano, sofreu no nordeste os reflexos da região canavieira do início da colonização brasileira. Apesar da gradativa decadência econômica em muitos Estados do nordeste, a força política configurava a perpetuação da classe dominante – os grandes “coronéis” em detrimento da população subjugada pelo clientelismo político.

Apesar da tradição da Faculdade de Direito no Recife, o índice de analfabetos sempre foi, no Brasil maior no nordeste.

Terra do “banditismo social” (expressão do historiador inglês Eric Hobsbaun), predominava no nordeste uma população de gente pobre que convivía com cangaceiros e bem-feitores (ex. Padre Cícero) numa época que o governo, por não dar importância aos pobres, considerava qualquer ação caridosa como bem vista.

Essa herança tem reflexos inexoráveis na área da Educação.

Ao situarmos a ação de Freire a partir de 1950, é indispensável caracterizar, em linhas gerais, o país naquele momento.

“Em 1950, 55% da população brasileira vivia no campo. Somente três cidades tinham população superior a 500 mil habitantes. Do total de domicílios do país, somente 16% dispunham de água encanada e 25% tinham ligação na rede elétrica. A televisão inexistia. O automóvel era importado e se constituía num luxo de poucos. Da população adulta (entre 15 e 69 anos) 50% era analfabeta.” (Jornal do Brasil, fascículo O Brasil Moderno, 1985, p.8).

O Estado, como resposta a pressões das esquerdas, entre outras, assumiu posições intervencionistas e desenvolvimentistas. Por outro lado, um fato novo – o populismo – salienta-se no quadro político. O Estado passou a funcionar como instrumento de cooptação das lideranças populares.

É neste contexto que a ação de Freire torna-se mais efetiva.

2. Reação

Significativas mudanças ocorrem no Brasil a partir de 1964 e são responsáveis pela ruptura na ação de Freire, gerando em contrapartida uma reação. A resistência cultural marca a fase, que se segue, do autor.

A incapacidade do populismo em manter uma coalizão política estável manifesta-se no governo Goulart (61-64), precipitando o movimento de 1964. Deu-se uma total mudança em relação aos políticos populistas. Ao novo sistema de governo não interessava a linha educacional proposta por Freire. A interrupção de sua ação educativa vai dar lugar a um trabalho de reação.

Freire foi preso e, posteriormente exilado na Bolívia e no Chile, onde continuou trabalhando em sua obra, inclusive revisando os originais de sua tese **Educação como prática da liberdade**, posteriormente publicada.

Mas, nesta fase, o mais significativo foi a elaboração da **Pedagogia do Oprimido**, concluído em 1969, em plena opressão política no Brasil. É sem dúvida a marca do seu protesto, da sua reação.

A Pedagogia do Oprimido passou a representar mais um instrumento de crítica ao sistema político-institucional, à situação socioeconômica e à nova ideologia imposta pelo Estado autoritário.

Tudo isso foi reforçado pelo fracasso da iniciativa do governo com a implementação do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização -, esvaziado do conteúdo ideológico do método Paulo Freire.

Relacionando-se as diversas etapas de ação e de reação de Paulo Freire, o que ressalta é a sua preocupação com a dimensão social e política, especialmente voltada para as questões de inclusão social, cidadania e de democracia, questões vistas pelo autor como básicas para a autonomia .

Nessa linha Freire lembra: *“para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano (...). É por isso que devo lutar sem cansaço. Lutar pelo direito que tenho de ser respeitado e pelo dever que tenho de reagir a que me destratem.”* (Freire, 1999, p. 125-126).

Na visão de Freire a escola pode constituir-se como mediadora entre a comunidade escolar e a região onde está inserida, atuando como pólo cultural do seu entorno, pois a *“questão da identidade cultural de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educadores cujo respeito é absoluta-*

mente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado.” (Freire, 1999, p.46-47).

A valorização das experiências dos educandos, das histórias de vida, não só dão significado ao novo conhecimento construído, como preservam e enriquecem a identidade cultural .

Sintetizando, a reação de Freire face a postura do professor, ele mesmo sentencia: *“Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.”* (Freire, 1999, p.126).

3. À guisa de conclusão: O contexto atual

A escola brasileira ainda está longe de concretizar a tão almejada democratização do ensino. Seu forte caráter excedente, reflexo do modelo de sociedade vigente em nosso país, impõe a grande parte daqueles que nela ingressam a triste realidade do fracasso escolar.

No atual contexto cultural e tecnológico somos, a todo momento, levados a enfrentar novos desafios, que nos exigem uma visão mais crítica e abrangente dos recursos que nos cercam, imprimindo uma nova ordem ao tempo e ao espaço em que vivemos.

Para a conquista da autonomia de que fala Freire, é necessário que alunos e professores se posicionem e se façam representar como agentes históricos, apropriando-se das diversas formas de diálogo possíveis no contexto de hoje.

O professor, com a leitura da Pedagogia de Autonomia, defronta-se com questões que merecem séria reflexão: a importância do seu trabalho pedagógico. Com relação a isso, Freire é enfático: *“O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. É isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica”.* (Freire, 1999, p. 126-127).

Nesse sentido, uma outra questão se impõe: A situação dos professores que ainda enfrentam sérias dificuldades no exercício de sua função profissional, como demonstra a matéria publicada em “O Globo” de 05 de agosto deste ano:

“Professores à beira de um ataque de nervos

Pesquisa mostra que problemas psiquiátricos são a maior causa de

afastamento das salas de aula do estado.

Razões não faltam: baixos salários, perda de prestígio social, falta de condições de trabalho, rotina estressante. A consequência? Professores à beira de um ataque de nervos. Uma pesquisa que acabou de ser concluída pela Fiocruz, em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe), mostra que os problemas psiquiátricos são a principal causa de afastamento dos mestres das salas de aula, com 26,8% dos casos.

*E o estresse não termina aí. Um outro levantamento, realizado pela Universidade de Brasília (UnB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), revela que uma nova síndrome está afetando os profissionais de ensino: a **burnout**. De acordo com Ivone Vasques-Menezes, pesquisadora do Laboratório de Psicologia da UnB, a doença faz com que o trabalhador perca o entusiasmo pela profissão.*

O profissional não vê mais sentido no trabalho que faz, de forma que as coisas já não importam mais e qualquer esforço parece inútil. Isso acontece principalmente com os professores, porque eles se sentem impotentes diante da falta de reconhecimento e das condições de trabalho.”

O Globo. 05.08.2001 p.26

Por fim, algumas dimensões observadas neste texto apontam caminhos possíveis para repensarmos nossa prática pedagógica. As possibilidades de mudanças dependem, dentre outras, do compromisso dos profissionais da área da Educação com a construção da cidadania e da democracia. É um longo caminho marcado pelo comprometimento, como vem nos ensinar Paulo Freire (1999, p. 108) “*Ensinar exige comprometimento*”.

Referências:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A importância do ler.** São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo, SÉRGIO Guimarães. **Aprendendo com a própria história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOHL, Martha et alii. **Piaget e Vigotsky.** São Paulo: Ática, 1996.

SCHMIED – Kowarzik, Wolfdietrich. **Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

O 1º CURSO DE EXTENSÃO PROMOVIDO PELO IHGES

O Convênio celebrado entre o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal em 2001, preconiza a realização de pelo menos 2 cursos de extensão anual durante sua vigência.

Em razão desse conveniado, o IHGES planejou, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e a Escola da Ciência - Biologia e História, o 1º Curso de Extensão para Professores da rede municipal, que teve sua abertura no dia 15 de junho do corrente ano, na sede do IHGES, com a apresentação dos orientadores Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Luiz Guilherme Santos Neves, Renato José Costa Pacheco e Fernando de Moraes Achiamé.

O Curso teve início com amplo debate sobre seus objetivos, sua estrutura e metodologia, pelos orientadores, por um lado e pelos professores Raquel Conti (coordenadora da equipe de professores), Andréa Souza Carmo Pignaton, Ruthleya Pereira Viana Mayerhofer, Júlia Maria Moneque, Eliane Telles de Bruim, Fabiana Moura Gonçalves Moro, Karita Martins de Lima, Sabrina Martins Siqueira, Maria Estolimar Gasperazzo, e Robson Cirino Almeida, por outro.

Houve concordância em que o curso se circunscreveria à construção de projetos de pesquisas nas áreas educacional, cultural e sócio-econômica, orientados, sempre que necessário, pela equipe do IHGES.

Naquela oportunidade, foram formados grupos e respectiva coordenação ou liderança assim constituídos:

- Andréa Souza Carmo Pignaton

pela Escola Municipal de Ensino Fundamental de Vitória da UFES;

- Ruthleya Pereira Viana Mayerhofer

pela Escola Municipal de Ensino Fundamental de Vitória da UFES;

- Maria Estolimar Gasperazzo

pela Escola Municipal de Ensino Fundamental de Vitória “Ceciliano Abel de Almeida”;

- Eliane Telles Buim

pela Escola Municipal de Ensino Fundamental de Vitória “Maria José Costa Moraes”;

- Robson Cirino Almeida
pela Escola Municipal de Ensino Fundamental de Vitória “Marieta Escobar”.

Encerrada a abertura, posteriormente foram enviados ao Instituto os projetos que ficaram assim definidos:

1. Grupo liderado por Andréa Souza Carmo Pignaton:

Projeto: O FOLCLORE DE VITÓRIA:

Objetivos:

- Conhecer através de um levantamento histórico, as manifestações de Vitória;

- identificar, a partir dessas manifestações, quais ainda estão preservadas;

- localizar na Capital os pontos de desenvolvimento dessas manifestações;

- identificar projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Vitória para a preservação/divulgação do folclore da Capital; e

- propor alternativas de divulgação/preservação do folclore de Vitórias Escola de Ensino Fundamental do município.

2. Grupo liderado por Ruthleya Pereira Viana Mayerhofer:

Projeto: PLANETÁRIO DE VITÓRIA: Uma visão astronômica da cidade.

Objetivos:

Apresentar aos diversos setores da sociedade capixaba o valor histórica, cultural e científico do Planetário de Vitória e divulgar a importância da sua utilização para o enriquecimento do saber científico.

3. Grupo liderado por Maria Estolimar Gasperazzo:

Projeto: RECUPERANDO A HISTÓRIA DO BAIRRO DE ITARARÉ

Objetivos:

Descrever a história do bairro de Itararé que se encontra inserido num contexto de urbanização mais geral.

4. Grupo liderado por Eliane Telles Bruim:

Projeto: NOSSA ESCOLA, NOSSO BAIRRO

Objetivos:

Proporcionar aos alunos uma vivência mais efetiva na pesquisa da história local, estabelecer relações reais de aprendizagem, construir uma relação direta de afinidade e interesse quanto a história da sua escola e do seu bairro e possibilitar o contato direto com as fontes históricas e orais em sua importância no resgate da história local.

5. Pesquisa individual de Robson Cirino Almeida:

Projeto: O AEROPORTO DE VITÓRIA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Objetivo:

Comprovar a contribuição que o aeroporto de Vitória tem dado para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo, procurando iniciar um debate acadêmico sobre o assunto; dar ao público capixaba conhecimento dos resultados do trabalho de pesquisa pela mídia local e pelo IHGES, bem como levar os alunos a realizarem um trabalho de pesquisa original, buscando despertá-los para o fazer acadêmico e a tomar contato mais eficaz com o processo social, econômico e cultural que os envolve enquanto cidadãos capixabas de amanhã.

O Curso foi encerrado em 14 de setembro, também na sede do IHGES, com a apresentação dos trabalhos pelos líderes das equipes e liderados:

1. FOLCLORE INFANTIL:

Professora Andréa e equipe:

O trabalho teve excelente apresentação verbal e ilustrativa pela líder e seus liderados, com farto material ilustrativo (objetos, transparências, fotos) e está registrado em apostila esmeradamente confeccionada.

2. PLANETÁRIO DE VITÓRIA:

Professora Ruthleya e equipe:

É de se destacar também aqui a apresentação do trabalho pela equipe, com ilustrações fotográficas, depoimentos dos alunos e registro em apostila do trabalho, feito com muito boa qualidade, destacando-se a pintura do Planetário em tela feita pela mãe de um dos alunos.

3. HISTÓRIA DO BAIRRO DE ITARARÉ - Uma construção coletiva.

Professora Maria Estolimar e equipe

Trabalho muito bem orientado, suscitando questões ainda indefinidas sobre como: quem era o dono do sítio que originou o bairro? Igual aos demais, está também registrado em apostila esteticamente bem feita. Contou com farto material fotográfico e participação de alunos.

4. NOSSO BAIRRO (A região de São Pedro)

Professora Eliane e equipe

Foi apresentado um resumo do trabalho por não ter havido tempo para sua compilação definitiva, o que será feito oportunamente, segundo a equipe.

O trabalho foi apresentado em suas linhas gerais e, ao que tudo indica, tem bastante competência pelo material fotográfico apresentado e até pelos depoimentos gravados por habitantes locais, destacando que São Pedro hoje já se livrou do estigma de “lugar de toda a pobreza”, apesar da existência, ainda, da violência - que prospera a cada dia em todo o território nacional.

5. O trabalho do professor Robson Cirino de Almeida não foi apresentado, segundo o autor, pela sua magnitude e pela complexidade do assunto, que demanda muita pesquisa, algo que está sendo feito por ele e seus alunos.

Concluindo:

Todo o material está em poder do Instituto (apostilas) e, tão logo seja completado, será enfeixado em um único volume e posto à disposição do público na Biblioteca “Augusto Lins”.

(Resumo elaborado por Hormízio Santos Muniz, conforme solicitação da Presidência do IHGES.)

Em anexo, fotos da abertura e do encerramento do Curso.



ORIENTADORES DO 1º CURSO DE EXTENSÃO

Da direita para a esquerda - Luiz Guilherme Santos Neves, Renato Pacheco, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa e Fernando de Moraes Achiamé.



PROFESSORAS PARTICIPANTES DO CURSO



ALGUMAS FOTOS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS



**A Secretária de Educação Municipal
agradecendo aos Cursandos
sua participação**

CRÔNICAS

O SEGREDO DO MELKYZEDEK

George S. Guerra Leone^(*)

Ele se chamava Melkyzedek. Diante de meus nove anos, tal nome, comprido e cheio de letras incomuns, soava tão estranho quanto a pessoa que o portava.

Desde o dia em que ele alugou o pequeno quarto, sem janelas, cuja única porta estreita de madeira escura abria para um resumido quintal nos fundos de nossa casa, Melkyzedek passou a ser o centro de nossas atenções infantis.

Pois que a figura e o comportamento de Melkyzedek faziam justiça ao seu nome. Ele era um homem magro, muito alto, sempre sério. Sempre de preto, sapatos, terno e gravata e um chapéu de abas largas, alto e enterrado na cabeça. Se bem me lembro, usava uns óculos, sem aros e lentes redondas.

Mas, o que mais me impressionava, muito mais que a sua própria figura, era uma maleta também negra, que ele carregava todos os dias.

Os seus hábitos eram muito simples. Para as nossas mentes imaginativas, no entanto, eram muito esquisitos. Quando uso o plural é porque estávamos no meio do mistério eu e o meu irmão mais novo.

Melkyzedek saía todas as noites, pontualmente, às seis da tarde e retornava também, pontualmente, no dia seguinte às oito horas. Entrava no seu pequeno cômodo e de lá não saía mais. Era um silêncio tão grande no quarto que nos ensurdecia.. Tanto a sua ausência quanto a sua presença nos enchiam de medo e curiosidade.

Quantas vezes planejamos entrar no seu quarto e descobrir o mistério todo. Tantas vezes eu ficava acordado, imaginando mil conspirações e criava um mundo de fantasia. Para alguns amigos, ele era um ladrão que trazia na sua pasta o produto de sua atividade noturna. Assim, imaginávamos que seu quarto tinha uma riqueza grandiosa. Para outros, ele era um detetive, um X-9, que trabalhava à noite, resolvendo crimes tenebrosos e sua ação noturna era planejada no silêncio de seu quarto durante o dia. A maleta deveria trazer instrumentos fantásticos, condizentes com a sua perigosa

^(*) O Autor é Coordenador do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Humanas de Vitória. É Doutor em Contabilidade pela UFRJ e é Mestre em Administração de Empresas pela Universidade do Sul da Califórnia.

profissão.No entanto, a idéia que vingou foi a de que Melkyzedek era um conspirador político. Essa hipótese parecia-nos a mais viável, diante dos pedaços de histórias que nossas antenas aguçadas e permanentes recolhiam dos cochichos dos adultos.

Corria o ano de 1938. Nossa casa, no Rio de Janeiro, localizava-se num sítio muito especial entre o bairro das Laranjeiras e o bairro do Catete. Getúlio era o Presidente, em pleno Estado Novo. Traçando uma reta do Palácio do Catete ao Palácio Guanabara, nossa casa ficava bem no meio dela. Centro nervoso da política no Brasil, logo após os acontecimentos importantes como as Intentonas Comunista e Integralista. Nossos pais, pobres e medrosos de tudo naquela época sombria, quando pronunciavam as palavras comunista e integralista, falavam baixinho, não sem antes se certificarem de que não haviam ouvidos estranhos por perto..

Nós morávamos numa rua curta e sem saída. Talvez umas cem casas, ao todo. Existiam quatro vilas e quatro sobradões, cujas frentes estreitas escondiam os seus fundos compridos onde se comprimia uma população de miseráveis que se amontoavam em cubículos. Todos se conheciam na rua. Havia, no entanto, um sobrado eternamente fechado, sem vida. Corria, entre nós, os pequenos, a crença de que ali se encontrava um esconderijo de integralistas, onde se articulava uma possível revolução contra o governo. Fazíamos uma espécie de ligação entre Melkyzedek e as pessoas invisíveis que habitavam o casarão de cor cinza, cujas janelas e portas eram guarnecidas de grades.

Por muitos dias, vigiamos os passos de Melkyzedek e sua atitude quando passava diante do prédio, com o estrito objetivo de notarmos algum sinal revelador de sua intimidade com aquele sobrado. Mas o homem era discreto. Aquela indiferença em relação aos seus colegas escondidos na casa nos dava a certeza de que Melkyzedek era, mesmo, um conspirador.

Havia um pequeno problema inquietante, para mim e para o meu irmão. O toilette de nossa casa ficava do lado de fora. Era necessário passarmos pelo quintal e pela frente do quarto de Melkyzedek para irmos ao banheiro. De dia passávamos com medo de perturbar o silêncio do conspirador e atrapalhar a feitura de seus planos. Atravessávamos pela frente do aposento misterioso vagarosamente, com os ouvidos alertas e o coração batendo, com o objetivo de ouvir algo revelador.

De noite, a escuridão era meio fértil onde nós construíamos histórias fantásticas. Embora Melkyzedek estivesse ausente, passávamos por ali do

mesmo modo, temerosos do desconhecido.

Um dia soubemos que a mamãe possuía uma duplicata da chave do quarto. Foi um grande acontecimento na nossa vida e na vida dos meninos que guardavam conosco a história do segredo do Melkyzedek. Encontrada a chave, poderíamos entrar no quarto e descobrir todos os seus segredos. Ficaríamos ricos se ele fosse, na realidade, um ladrão. Quanta coisa passamos a sonhar. Traçamos dezenas de planos. Compraríamos um dirigível que, na época, era o objeto mais fantástico e mágico que havia. Se ele fosse um detetive, poderíamos notar dentro de sua maleta armas e instrumentos miraculosos, como pistolas automáticas e de gases paralisantes, binóculos de grande alcance e disfarces de todos os tipos. E se ele fosse um conspirador, tratando de derrubar o governo e se tornar Presidente, poderíamos desvendar os seus planos secretos, saber de tudo e, em silêncio, acompanharmos os futuros acontecimentos que, na certa, se realizariam. Imaginávamos formidáveis batalhas entre os camisas-verde e as forças governistas. Conheceríamos o papel importante a ser desempenhado pelo casarão cinza e silencioso de nossa rua. Fizemos um pacto de nada revelar a ninguém,.

Mas, era necessário conseguir a chave.

Não só a chave, mas uma ocasião boa para entramos no quarto sem sermos vistos. Levamos dias arquitetando operações diversas. A mamãe guardava um bocado de chaves numa caixa de charutos dentro do guarda-roupas. Como faríamos para achar chave certa? Principalmente, porque vimos a dificuldade para papai achar uma duplicata da chave da gaveta de sua escrivaninha.

A operação seria complicada. Somente poderíamos experimentar as chaves na fechadura do quarto de Melkyzedek entre às seis horas da tarde e às oito horas da manhã, durante a ausência do morador.

Moravam na casa, além de mim, de meu irmão e do sombrio personagem, a mamãe, o papai e um tio, irmão de mamãe. Apesar das dificuldade, tínhamos que encontrar uma solução, pois a vontade de entrar naquele quarto já se tornara uma torturante compulsão.

Conseguimos uma caixa de charutos vazia semelhante a que guardava as chaves. Não foi difícil fazer a troca. Tínhamos que ser ajudados pela sorte e esperar que a mamãe não necessitasse procurar alguma outra chave na caixa vazia que deixamos no armário. Eu me lembro muito bem da quantidade de chaves. Eram 12 chaves.

A nossa casa era uma construção antiga, daquelas em que os cômodos eram enormes, cujo pé direito poderia ter uns quatro ou cinco metros. O assoalho era de tábuas corridas que se estendiam por cima de um espaço escuro e imprestável que as pessoas denominavam curiosamente de porão. Entre o assoalho e as paredes corria um rodapé também de madeira. Em um dos pontos, no corredor extenso onde se encontravam as portas de cada quarto, o rodapé estava solto. Era o espaço ideal para esconder a caixa com as chaves

O passo seguinte seria experimentar as chaves. Passamos todas as noites a brincar junto com mais quatro amigos, com os soldadinhos Flit. Após o jantar, quando todas as tarefas de limpeza da louça estavam terminadas, mamãe pegava algumas cadeiras e ia se sentar na porta da rua para conversar com as vizinhas. Meu pai sentava-se na sala para ler o jornal ou um livro qualquer. E titio saía para trabalhar na garagem dos ônibus da Light. Nesse momento, ficávamos livres para agir.

Cada um de nós pegava uma chave, deixava a brincadeira de quartel e guerra para ir ao “toilete”. Às vezes poderíamos fazer duas tentativas, na mesma noite. Cada um de nós parava à porta do quartinho misterioso, escutava o movimento e introduzia a chave na fechadura. Essa operação, muitas vezes, não poderia ser feita, pois os adultos se movimentavam. Alguém ia ao “toilete”, outros buscavam cigarros e fósforos. Mamãe, muito solícita, levava copos de água, ou de sucos, para as vizinhas. Com que ansiedade esperávamos pela volta de nosso companheiro! Toda a operação durou mais de uma semana. Até que um dia, um de nossos amigos, voltou apressado, com a chave na mão, o braço levantado, gritando, quase estragando tudo. A chave era aquela!

Eu não consegui dormir naquela noite. Quase que esquecemos de recolocar a caixa com as chaves no armário de mamãe. Tal ação foi feita uns dias depois.

A par da intensa emoção de ter encontrado a chave tão procurada, excitava-nos o fato de termos que encontrar uma ocasião para entrar no quarto. Não poderíamos acender a luz do quarto. E não éramos nem morcegos, gatos ou corujas que dispõem de olhos diferentes ou radares que podem enxergar e se guiar no escuro.

Mais uma vez, a sorte veio a nosso favor. Num domingo, o titio, que amava o futebol, acompanhou Melkyzedek para irem até a um subúrbio distante. Soubemos que eles passariam o dia todo por lá.

Naquele domingo, após o almoço, quando papai e mamãe se recolheram para, com disciplina, aproveitarem o dia de folga, abriu-se a nossa oportunidade que não deixaríamos escapar.

O grande problema era conter a ansiedade dos amigos. Todos queriam entrar no quarto. A disputa interna, como acontece sempre, acabaria por nos derrotar. Concordamos em entrar juntos, mas com total silêncio.

Entramos. Havia uma cama estreita colada à perde. De um lado, um guarda-roupas pequeno de duas portas. Uma escrivaninha onde se encontravam dois livros abertos, umas folhas de papel já rabiscadas. Por cima da escrivaninha, uma tábua à guisa de prateleira, que sustentava uma meia dúzia de livros. A maleta estava aberta, em cima da cama. Não havia nada de estranho dentro dela. Onde estavam os planos? Abrimos o guarda-roupas. Além de dois ternos escuros, um par de sapatos, duas gravatas, um cinto e dois pares de meia e algumas camisas brancas. Não existia nada que pudesse revelar o segredo de Melkyzedek. Uma toalha estava dobrada sobre o espaldar da única cadeira junto à escrivaninha. Havia uma pequena mesa que servia de despensa, contendo latas, talheres, pratos, cebolas, açúcar, sal, manteiga e um cesto de pães. Uma pia pequena junto à porta. Mexemos em tudo. Salvo dois livros, os demais tinham títulos indecifráveis para nós. Abrimos esses livros. Não encontramos nada que denunciasse as atividades misteriosas de Melkyzedek. Os livros que nos chamaram a atenção tinham títulos sugestivos. Um deles, grosso, chamava-se “A história do comunismo” e o outro falava da “Coluna Prestes”. O titio que gostava de futebol, por três ou quatro vezes, falava em alguém chamado Prestes e imediatamente era censurado pela mamãe que ficava muito zangada. Nosso juízo ligou imediatamente Prestes com alguma atividade ilegal, proibida pela Polícia. O mistério permanecia. Para nós Melkyzedek era perigoso. Sobrava a pergunta: por que o titio fora ao subúrbio distante junto com o Melkyzedek? Saímos do quarto meio desolados. Depois de alguns dias esquecemos o Melkyzedek.

Passaram-se algumas semanas. Nada mais aconteceu que fosse digna de mais atenção. E nem com o Brasil.

Um dia, ao voltarmos da escola, soubemos que Melkizedek se mudara naquela tarde. Corremos para o quarto, que estava aberto. Não existia mais nenhum vestígio do misterioso morador. Abriu-se um vazio em nossas vidas. Para onde ele teria ido? Que novas atividades ele estaria desenvolvendo? O mistério continuava e, talvez, para a eternidade.

Estávamos nos esquecendo do homem de preto, quando o titio trouxe a notícia de que Melkyzedek iria se casar com uma moça moradora do subúrbio, para cuja casa o titio fora com o Melkyzedek para oficializar o noivado.

Finalmente, tudo se esclareceu. Melkyzedek era empregado da empresa de ônibus onde o titio trabalhava. Ele trabalhava à noite, na mesma seção que o titio. De resto, saía todas as noites às 18 horas, do seu quarto, de terno e gravata, pois frequentava o curso de Direito numa Faculdade que se localizava na Rua do Catete. Era um homem comum, sem eira nem beira, que estudava e trabalhava para ter um lugar ao Sol.

BRAVURA E DIGNIDADE

Theomar Jones^(*)

Ao final do Império Brasileiro (porque a 15 de novembro a Primeira República estava proclamada), exatamente aos 25 de agosto de 1889 o Ten.Cel.Alceu de Andrade e Almeida Monjardim foi agraciado com o título de Barão.

O mesmíssimo cidadão logo, logo, pelo sufrágio universal, foi eleito o primeiro Governador republicano do Espírito Santo, seu estado natal.

Não retornaremos ao pretérito ouvindo o explodir dos foguetes o badalar dos sinos dos campanários dos templos religiosos, a música dos hinos patrióticos, os alegres risos das crianças, as várias manifestações populares, a vozearia vitoriosa das multidões!

Acompanhemos, entretanto, os fatos da História Pátria: a 13 de maio de 1888, a Regente Princesa Isabel referendava a “Lei Áurea”, que tomou o número 3.355, objetivando libertar os escravos e recordemos o “Sete de Setembro de 1822” a registrar a independência, política do Brasil.

Agora, aos seis de outubro de 2002 o Brasil inteirinho elegerá o presidente da República que, apesar do futuro a Deus pertencer, em harmonioso concerto consertará erros passados e presentes e afastará inúmeros males praticados pelo abuso do poder e pela consciente corrupção.

Esperança, embora de uns poucos, e bem fraquinha, se apega ao que escreveu em 23 de outubro de 1859, portanto há 143 anos, Joaquim Maria MACHADO DE ASSIS (21/07/1839-29/09/1908): “Eu creio de coração, Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é a das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não”. (“Crônicas” de 1859-1881, OC, vol. III pg.964.

CREIO, tenho certeza, absoluta, plena convicção de que o IHGES e a

^(*) Theomar Jones é jornalista e escritor.

AESL comemorará com expressivo estilo, o 16 do mês de setembro, data natalícia do escritor capixaba ADELPHO POLI MONJARDIM, filho do Barão de Monjardim e de Dona Beatrice Poli Monjardim.

Na data em apreço, o nº 100 da Rua Barão de Monjardim, centro da capital da terra capixaba, estará em festa!

Crianças abraçarão Adelpho - do grego Adelphós, literalmente significando “sem matriz” e, em forma figurada, “irmão” ou “fraterno”; jovens reverenciando o autor, de cerca de vinte obras literárias e históricas; anciões reconhecendo o valor de quem merecidamente conquistou medalhas e crachás, destacando-se a de Pacificador, e do Mérito Tamandaré, de Bronze, comemorativa do centenário de falecimento do Duque de Caxias, a Regente Feijó no grau de grande oficial, a Medalha Antonio Vidal Negreiros, a da Legião do Mérito, Presidente Antonio Carlos e a de Prata outorgada pela Câmara Municipal de Vitória, a de Prata concedida pela Pref.Municipal de Vitória, a de Ouro oferecida pelo povo de Vitória e também a de ouro, oferecida pela revista “Brasília”, Medalha dos Ex-Combatentes da FEB, Placa de Prata com distintivo de Ouro do Rotary Clube de Vitória.

Há muito a dizer sobre a personalidade de Adelpho Monjardim e do melhor e do mais elevado significado: sua simplicidade, sinceridade e inteligência.

Em minha privilegiada condição de Cidadão Vitoriense - Resolução nº 1.446 de 12/07/1965 - espero que os promotores das homenagens ao ilustre aniversariante permitam, embora de longe que eu delas participe.

A bravura e a dignidade de Adelpho Monjardim constituem raro e precioso galardão!

Se, em 1981, lhe foi concedida a Medalha de Ouro como intelectual do ano, neste 16 de setembro, lhe será oferecido, o quê?

- Não seria expressiva uma demonstração inequívoca de carinho, um simples e sincero gesto de ternura?

OS HORRORES DA GUERRA

Berredo de Menezes^(*)

Há fatos, na história do meu silêncio, que eu gostaria de sepultar no esquecimento para sempre. Mas, como nem tudo acontece por acaso, às vezes fica difícil deixar de acordar, no coração, momentos que marcaram nossas vidas, deixando cicatrizes que podem se abrir, quando menos se espera, ao sopro da primeira lembrança.

Freqüentador assíduo das reuniões semanais de nosso Instituto Histórico e Geográfico, estava a ouvir o nosso consócio João Bonino, quando, registrando o primeiro aniversário do ataque terrorista às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York - e que a mídia quer transformar “numa das maiores tragédias de todos os tempos” - ele, Bonino, com a firmeza verbal que sempre o caracterizou, passou a desfilas fatos bem mais arrasadores que ocorreram há menos de sessenta anos e que, desgraçadamente, parecem já esquecidos pelo mundo.

E foi aí que eu me lembrei do menino que eu era em 1943, com apenas 14 anos, mas leitor diário do jornal que meu pai - Juiz de Direito e poeta - me mandava comprar para estar bem informado sobre o que estava ocorrendo no front da Segunda Grande Guerra Mundial ainda em curso.

Graças ao registro histórico de Bonino, acabei relembro os dois bombardeios em que os aviões anglo-americanos arrasaram a cidade portuária de Hamburgo, na Alemanha, nos dias 24 de julho e 2 de agosto de 1943, deixando um rastro de terror e sangue, além do saldo macabro de 120.000 mortos nos dois massacres. E, dois anos mais tarde, em 13 e 14 de fevereiro de 1945, com bombardeiros semelhantes e da mesma origem, a nova vítima foi a cidade alemã de Dresden que, além de destruída, também chorou a morte de 70.000 de seres humanos.

Mas a tragédia não parou ali, pois, seis meses mais tarde, em 6 e 8 de agosto daquele mesmo ano, e com a mais terrível arma de guerra até então inventada pelos homens - a bomba atômica -, as cidades japonesas de

^(*) O Autor é escritor e sócio efetivo do IHGES.

Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, foram também destroçadas, com um total aproximado de 120.000 criaturas desintegradas pela força do cogumelo nuclear das malsinadas bombas, entre eles milhares de crianças que poderiam ter um destino melhor neste mundo de Deus.

Ao chegar à minha Quinta no Parque das Hortênsias – a 800 metros acima do nível do mar – depois da reunião do Instituto Histórico, lembrei-me da noite em que visitei Hiroshima em 1973, levado pela curiosidade de conhecer pessoalmente a cidade que a primeira bomba atômica deixara sem esperanças no coração de seu povo.

E porque Hiroshima, para mim, sempre foi um nome em que dor havia espalhado raízes, num silêncio pelo avesso, minha primeira preocupação, ao chegar lá, foi a de guardar a maleta no quarto do hotel e ganhar as ruas naquela fresca primavera japonesa, após decorridos vinte e oito anos daquele bombardeio que feriu de morte o coração do nosso Planeta.

No ar, um vento frio me soprava a estranha sensação de caminhar sobre o caos de uma saudade indormecida, inédita, eu mesmo me sentindo um exilado vindo de um sonho – ou expulso de um pesadelo –, com medo de encontrar, a qualquer momento, algum fantasma infantil das milhares de crianças que ali foram desintegradas pelo tenebroso cogumelo atômico de 6 de agosto de 1945.

De repente, porém, e por incrível que possa parecer, numa pequena praça no coração de Hiroshima – num desses milagres que Deus só concede aos poetas ou tecelões de sonhos –, o inimaginável aconteceu: uma belíssima e orvalhada rosa vermelha, com incandescente deslumbre, parecia emprestar o seu aroma ao silêncio daquela madrugada; e eu senti a seguir, em cada uma de suas pétalas, que Deus tinha vindo chorar ali a sua mais nova e inusitada alegria, precisamente para tornar ainda mais doce a primavera noturna de Hiroshima; e perfumar, para sempre, os canteiros de minha saudade onde continua vicejando a dor sem tempo daquela rosa, e a certeza de que, em qualquer parte do mundo em que se encontre o peso etéreo de minha sombra, eu sempre terei por perto, até na pele da alma, o perfume que ainda hoje me chega daquelas pétalas, como o mais inverossímil hino de saudoso louvor a uma nova e rediviva Hiroshima.

Ao sopro dessa mesma nostalgia, um minuto depois, me volta à lembrança o impacto que todos nós sofremos quando assistimos pela televisão à destruição das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova

York. E essa triste lembrança me fez recordar minha última viagem àquela magnífica metrópole americana, quando fotografei e filmei, do alto do terraço de ambas as torres, as paisagens mais deslumbrantes da baía de Manhattan, vista dali.

O que não consigo esconder, hoje, ainda, é esta verdade que tanto me pesa na alma: quando assisti pela televisão ao desmoronamento daquelas torres, senti que um pouco de mim também desmoronava, me deixando órfão de uma saudade que já começava a ganhar as primeiras raízes, no coração. E o que é pior: agora também viúvo, e para sempre, da esperança de voltar ali, com receio de ser uma das vítimas do próximo atentado terrorista na visita que nunca deixo de fazer à Estátua da Liberdade, e que às vezes me chega ao sonho, em pânico, como sendo a próxima vítima de um avião bomba pilotado pelo próprio Osama Bin Laden.

Já noite alta, quando finalmente tentei dormir, a lembrança daqueles bombardeios de 1943 e 1945 novamente me voltaram à memória. Peguei então um jornal, na esperança de chamar o sono, mas foi inútil: na primeira página, e em letras bem vivas, estava a manifestação do presidente americano George W. Bush que, incapaz de descobrir o paradeiro de Bin Laden – e provavelmente para agradar as indústrias de petróleo e armamentos norte-americanas –, estava conclamando os seus aliados a participarem de uma nova Hecatombe Universal, tendo como primeiro alvo o Iraque de Saddam Hussein, onde certamente será lançada a mais nova e assustadora arma inventada pelo homem: a “Bomba Futurista”, que, além de outras conseqüências desastrosas, “torna o país inimigo cego, surdo e mudo ao mesmo tempo”, conforme anuncia a revista francesa “Air et Cosmos”, especializada em armamentos bélicos.

Como perguntar ainda não paga imposto no Brasil, ousou aqui uma pergunta que não consigo calar: em que Deus se apegam esses homens que, além de pretenderem destruir um país inimigo, já se preparam para deixar os seus possíveis sobreviventes cegos, surdos, mudos e – certamente – sem almas?

Confesso, com absoluta amargura, que não me preparei para chegar à minha infância de velho – 73 anos – num mundo assim. É que procurei me conscientizar a vida toda, como poeta e tecelão de sonhos, de que a vida não se resume apenas ao que os olhos captam na mesmice dos dias e das coisas, mas, sobretudo, na visão prolifera do impossível, essa que

as primaveras (inclusive a de Hiroshima) me ensinaram a intuir com os olhos da alma, onde tudo pode acontecer – como aqui no meu Parque das Hortênsias – principalmente quando os pássaros, com os seus gorjeios, conseguem acordar em mim até os sonhos mais surdos do coração; como o de despertar, um dia, e ouvir a voz perfumosa da jornalista Patrícia Poeta anunciar, pela televisão, que todas as Nações deste Planeta, representadas por seus Presidentes, assinaram no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, o “Tratado Universal da Paz”, com um único artigo: “A partir desta data, o País signatário do presente Tratado que der início a qualquer intervenção bélica contra outro País, poderá ter os seus dirigentes sumariamente executados em praça pública, pelo seu próprio povo, e com o apoio das demais Nações signatárias deste Tratado, para que sirva de exemplo e advertência ao mundo, com o objetivo de varrer para sempre, do coração e da alma dos nossos velhos, até as lembranças que padeceram com os horrores das guerras anteriores.”

**OUTROS
ASSUNTOS**

SAUDAÇÃO AOS 50 ANOS DO SENAI DO ESPÍRITO SANTO⁽¹⁾

Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo⁽²⁾

Ainda no final dos anos sessenta o conceituado professor Theodor Shultz, da Universidade de Chicago, falava de sua estranheza pela pouca atenção que formuladores do pensamento econômico da época davam ao investimento em educação no processo de crescimento econômico.

É verdade que hoje a dúvida quanto à importância de tais investimentos foi dissipada. Mas causa surpresa – uma boa surpresa – a visão de longo prazo de lideranças empresariais como Roberto Simonsen, ilustre historiador e presidente da Federação das Indústrias de São Paulo e Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria que, na década de quarenta, repito, quarenta, no Brasil, defendiam a criação de um organismo de formação profissional para o setor. E mais, que o custeio desse organismo fosse feito com uma contribuição da própria indústria.

Em 1942, o Presidente Vargas atendeu as reivindicações dessas lideranças e criou o SENAI. Dez anos depois, em 1952, o SENAI se instalava no Espírito Santo em regime de acordo com a Cia. Vale do Rio Doce. Com a posterior instalação da escola da Beira Mar, o SENAI foi tomando ares de maioria embora 70 % de seus recursos fossem provenientes da Vale do Rio Doce, mesmo possuindo ela um acordo de isenção de 55 % de sua contribuição. Isso lhe era facultado pela lei porque mantinha unidades próprias de ensino. À vista da importância que a contribuição da Vale representava, o SENAI propôs uma redução de 55 para 30% do percentual de isenção, o que foi aceito pela empresa. Frise-se: o menor percentual de

(1) Discurso proferido no Centro de Convenções de Vitória, em 25 de março de 2002, por ocasião da solenidade de comemoração dos 50 anos da entidade no Espírito Santo.

A inserção deste discurso na Revista é uma homenagem que o IHGES presta ao consócio Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo, que foi Diretor Regional do SENAI no período de 03/11/69 a 31/01/90.

(2) O Autor é Economista, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-Santense de Letras.

isenção entre todas as empresas de grande porte no País. Isto é, a empresa compreendeu a importância de seu papel no desenvolvimento capixaba.

O crescimento do nosso parque industrial, inclusive com a chegada de grandes empresas, foi possibilitando a ampliação da rede física do SENAI através de outras unidades fixas no Centro, no Sul e no Norte do Estado. Mais ainda, unidades móveis de formação profissional para atender localidades de menor concentração de empresas.

Programas de aprendizagem para menores, qualificação, aperfeiçoamento, supervisão e gerência, abertos a todas as empresas, foram desenvolvidos graças então ao sistema cooperativo que orienta a ação do SENAI. No programa de gerência, para revelar a preocupação do SENAI com o setor secundário do Espírito Santo, de forma global, creio importante mencionar um antigo programa para dirigentes industriais de pequenas e médias empresas, desenvolvido nos finais de semana com renomados especialistas do Rio e de São Paulo, através da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), numa época em que não havia ou estavam em fase de implantação cursos de administração de empresas em nosso Estado. O objetivo era colocar à disposição de nossos dirigentes industriais métodos modernos de gestão empresarial para que pudessem acompanhar os novos tempos da indústria do Espírito Santo.

Posteriormente, pôde se concretizar o atendimento à demanda de determinados profissionais com níveis mais elevados de formação, exigidos pelas empresas que então se instalavam no Estado, através de curso técnico de instrumentação industrial e suas derivações, num acordo com o governo japonês que custeou todo o sofisticado equipamento e o treinamento do pessoal tanto no Brasil como no Japão.

Estes são alguns fatos escolhidos para esquematizar a ação do SENAI em nosso Estado até o início dos anos noventa.

Foram presidentes do Conselho Regional do SENAI do Espírito Santo, seu órgão normativo, os senhores Américo Buaiz, Jones Santos Neves Filho, Oswaldo Vieira Marques, Hélcio Rezende Dias, Sérgio Rogério de Castro e José Braulio Bassini. Atualmente, o cargo é exercido pelo Sr.

Fernando Antônio Vaz, Presidente da Findes e que juntamente com o Sr. Francisco Lordes, Diretor do SENAI, são os anfitriões nesta noite. Nossos agradecimentos por esta bela festa. Em meu nome e no de todos meus ex-colegas de direção regional.

Permitam-me homenageá-los na lembrança de um ex- Presidente da Findes, recentemente falecido, Jones Santos Neves Filho com quem iniciei minha vida no Senai em 1969.

Jones impressionava pela sua intensa alegria no “fazer”.

Lembro-me, com saudade, de nossas longas conversas sobre os novos caminhos que o Espírito Santo estava prestes a percorrer com a chegada dos grandes projetos industriais e como poderíamos ajudá-lo dentro dos papéis que nos estavam reservados.

Daquela sala no velho edifício Pasteur, na Beira Mar, víamos as luzes da baía que brilhavam na noite que já ia alta enquanto sonhávamos com a estrela prometida que haveria de brilhar para nossa gente.

A figura de Jones, estou certo, homenageia a todos os presidentes do Conselho Regional, cargo que exige bastante desprendimento. Rendo-lhes minhas homenagens através da lembrança desse amigo.

Exerceram o cargo de diretor do SENAI do Espírito Santo, Nemésio Diógenes Neto, este que vos fala, Osman Magalhães, Alfredo Abel Tessinari e Luiz Carlos de Souza Vieira.

Somente quem conviveu com o corpo de funcionários do Senai do Espírito Santo pode avaliar o grau de “pertencimento” de que esse grupo é portador.

Ao preparar este discurso preveni-me da alta voltagem de emoção que me assaltaria ao falar dos meus queridos companheiros de trabalho. Relevem-me não me estender muito aqui. De qualquer modo não poderia deixar de falar de alguns deles. Escolho alguns que já nos deixaram e que bem expressam a garra de nosso pessoal: Arody Rosa Prates, da Divisão de Treinamento, João Batista Ferrari da Divisão de Ensino e Walker Luiz Jevaux da Divisão Administrativa. Através deles, recebam, amigos do Senai, a

minha homenagem.

Saudamos os dirigentes do SENAI que continuam e ampliam sua trajetória segura em favor do setor industrial capixaba e respondem com galhardia aos novos desafios que se põem para a instituição. Há muitas opiniões positivas sobre o papel do SENAI na vida brasileira. Neste momento lembro de uma referência do papa João Paulo II que fala do SENAI como uma empresa de alta relevância social. Também a citação de Cláudio Moura Castro que em seu livro “A mão –de- obra industrial no Brasil”, afirma que “ Considerado **a posteriori** o SENAI é um dos experimentos mais bem sucedidos na história da educação brasileira.” Diz ele ainda: “é de interesse notar que, de fato, praticamente toda a América Latina organizou seu treinamento tomando o SENAI como modelo”.

Parabéns, SENAI. Muitos anos de vida.

Obrigado.

**RESENHAS DE LIVROS PRODUZIDOS PELO IHGES,
FEITAS PELOS CONSÓCIOS RENATO PACHECO
E GETÚLIO MARCOS PEREIRA NEVES DURANTE 2002**

Tecendo os fios da nação. Vitória, IHGES, 2001.

Gil, Antonio Carlos Amador.

(por Renato Pacheco)

Uma senhora pesquisa histórica, recorrendo a fontes primárias argentinas e a sólida bibliografia.

Está de parabéns nosso Instituto, ao editar, como volume 41 de seus Cadernos de História, esta obra do Prof. Dr. Antônio Gil, da cadeira de História da América de nossa Universidade.

Além de um livro de história, é um tratado de ciência política, pois a preocupação central do A. (como se vê no subtítulo) é analisar soberania e identidade nacional no processo de construção de Estado, o que, como sistematização, pode ser extrapolado para qualquer Estado. Embora a ênfase seja histórica – no estado “argentino”, ou seja um Estado em determinado tempo e lugar. Porém Rousseau, Renan, Herder, Marx, Max Weber e tantos outros foram lidos e comentados ao longo deste magnífico ensaio. Imagino o trabalho árduo do tear e do tecelão!

Mauá & Moniz Freire: Ferrovias e Pioneirismo

Econômico no Século XIX – IHGES, 2000

Simone Lemos Vieira Herkenhoff (por Getúlio Marcos)

Há homens que percebem o aproximar-se do trem da história e para não ficar para trás a ele tentam se agarrar. No que diz respeito à Economia, o Brasil do Segundo Reinado meteu-se numa encruzilhada: a manutenção do modelo escravista-latifundiário-monocultor ou a ruptura e adoção de um modelo assalariado-urbano-industrial? Razões de Estado levaram à manutenção do modelo que lhe continuasse a dar sustentação. De forma ainda mais urgente, do Espírito Santo de fins do século XIX esperava-se um salto de desenvolvimento para que não sumisse do mapa. A implementação no estado do modelo francamente comercial/exportador foi adiada por conta de contingências externas desfavoráveis. Irmanados num mesmo projeto de substituição, com vantagens, da estrutura sócio-econômica vigente em seus ambientes de atuação, o Barão de Mauá e o

Presidente Moniz Freire foram simplesmente os responsáveis pela concepção do modelo de desenvolvimento econômico hoje vigente a nível nacional e regional, associação feliz que se constitui num achado da autora. - 159 pgs. IHGES.

Metaficção Histórica no Romance “Cotaxé” de Adilson Vilaça – IHGES, 2001

Maria Beatriz Figueiredo Abaurre (por Getúlio Marcos)

O Autor que tem sua obra estudada por outrem transcende as páginas que concebeu. Adilson Vilaça é o mais fecundo autor capixabanasido-mineiro contemporâneo, com muitos livros publicados. É também, sem favor, dos mais interessantes. Sua obra “Cotaxé” resgata do passado a epopéia do “efêmero estado” União de Jeovah e de seu líder, Udelino Alves de Matos, episódio solenemente banido da historiografia oficial. Mas “Cotaxé” desafia outras leituras, e a que faz a autora sob o prisma da teoria literária põe em relevo o virtuosismo de Vilaça na criação e exploração de uma linguagem narrativa eficaz na interpolação intencional de história e ficção. Conclui a autora que entre o discurso histórico e o literário, hoje, “não existem tantas diferenças” – constatação cuja relevância é melhor percebida quando de seu cotejo com o Aristóteles da *Poética*: “...porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido”. 120 pgs. IHGES.

A Representação da Mulher pelo Olhar Masculino: Quatro Momentos da Literatura Brasileira – IHGES, 2001

Maria Cristina Magalhães Castello
(por Getúlio Marcos)

Nunca tanto quanto hoje a mulher se ocupou de entender seu papel na sociedade, seja como indivíduo, seja como “classe” que se pretende “excluída” do papel tradicionalmente representado pelo homem. Nunca tanto quanto hoje a mulher pretendeu redefinir este seu papel com êxito, criando para si espaços insuspeitos que, muitas vezes, só poderiam ser ocupados por elas mesmas. Utilizando-se do ferramental próprio da teoria literária, a autora lança olhar feminino (e erudito) sobre a representação da mulher em quatro obras clássicas da literatura brasileira, que se inserem em quatro momentos estilísticos distintos. Desta maneira, propõe-se extrair,

do âmbito dos “mundos imaginários da literatura”, um esquema da transformação do papel da mulher na sociedade brasileira, esquema este que, no entanto, pretende influenciado pela representação masculina – por isso opressora – da condição feminina. 151 pgs. IHGES.

A Confissão

Neves, Reinaldo Santos - IHGES, 2002 (Getúlio Marcos)

A infância de um escritor terá sido melhor que a de uma outra pessoa que não o seja? Por óbvio, não se pode dizer que sim nem que não. No entanto, a infância de um escritor terá muito mais probabilidade de ser conhecida por mais pessoas fora de seu círculo familiar que a de uma pessoa que não o seja... Nesse caso, se o escritor é competente, melhor ainda. Mas se se trata de Reinaldo Santos Neves, então sua infância pode servir de motivo para uma novela como *A Confissão*, seu auto-denominado “conto católico”, em que as memórias da infância constituem o material para seu precioso burilar de palavras e estilo. A inevitável atração pela professora, figuras e logradouros da cidade e o terrível delito que impõe o desesperado desejo católico de expiação da culpa por parte da personagem, que é, afinal, só um garoto, de quem tão bem o Escritor se recorda. Editora do IHGES, 80 págs.

Espírito Santo: Aspectos Físicos – Anotações, Comentários e Mapas Temáticos

Costa, Ricardo Brunow - IHGES, (por Getúlio Marcos)

Como bem registram os apresentadores da obra, o IHGES, como de resto a maioria dos congêneres, prima por ser mais histórico que geográfico. A produção de textos nesta Casa na área da Geografia, em suas diversas ramificações, não vem sendo quantitativamente muito relevante, forçoso reconhecer-se. Mas qualitativamente, os trabalhos produzidos são de inestimável valor, e grande parte do mérito por isto se deve a Ricardo Brunow Costa. Sempre publicando material de real interesse, seja na Revista, seja em volume autônomo, Ricardo agora publica monografia versando a Geografia Física do Espírito Santo, em seus múltiplos elementos. Obra desta natureza deve ter mapas elucidativos e fáceis de serem sobrepostos, facilitando a consulta. Mérito do autor e do editor gráfico. Enfim, verdadeiro manual de consultas, que se presta bem tanto a investigadores quanto ao público leitor em geral. IHGES, 112 págs.

O Capitão do Fim

Neves, Luiz Guilherme Santos - IHGES, 2002

(por Getúlio Marcos)

Vasco Fernandes Coutinho, Capitão de Afonso de Albuquerque que passou à história como administrador desastrado de um dos mais bem aquinhoados pedaços de terra brasileira; Luiz Guilherme, um esteta da palavra e do estilo. No romance, a saga – pessoal - do recém-falecido Capitão revista por ele mesmo, a tentativa de expiação de suas (muitas) culpas, sejam sentimentais (a relação com Ana Vaz), sejam administrativas (a campanha contra os índios do Cricaré), sejam humanas (o alegado ódio por Duarte de Lemos), conduzindo-o, em Juízo Final, às portas do Tribunal da Consciência e das Culpas. Ficção Histórica cujo mérito maior sequer está na habilidosa recriação dos fatos, mas sim na recriação do caráter da personagem, apresentado ao leitor não como herói, mas antes como vítima. Para o autor, aliás, uma vítima de si mesmo. IHGES, 124 págs.

IN MEMORIAN

“Nasceu o Desembargador ANNÍBAL DE ATHAYDE LIMA em Vitória, E. Santo, no dia 1º de junho de 1917, filho de Ubaldo José de Lima e D. Augusta Luiza de Athayde Lima. Casou-se com D. Theophila Fonseca de Rezende Athayde Lima e do casamento nasceu o filho, Dr. Annibal de Rezende Lima, advogado. Frequentou no seu curso primário as escolas: “Externato Professora Júlio Pena” e “Colégio Americano”. O curso secundário foi feito no Ginásio Espírito Santo, hoje “Colégio Estadual”. Bachareou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, turma de 1940. Jornalista, técnico de administração, o Desembargador Annibal possuía ainda os cursos de pós graduação em Técnica de Ensino Superior e Metodologia do Ensino Superior, todos promovidos pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi Promotor de Justiça em São José do Calçado e Alfredo Chaves, Procurador da Justiça, Corregedor do Ministério Público, Membro do Conselho Penitenciário, Procurador Substituto da República, Procurador Regional Eleitoral e Procurador Geral da Justiça do Estado, Desembargador do Tribunal de Justiça pela classe do Ministério Público, sendo ainda, Presidente da da 1ª Câmara Criminal e Juiz Suplente do Tribunal Regional Eleitoral (classe dos Desembargadores). Além de se dedicar ao Ministério Público e à Magistratura, o Desembargador Annibal de Athayde Lima jamais abandonou sua vocação pelo Magistério, exercendo as funções de Professor de Direito, Membro do Conselho Universitário da Ufes, Vice-Diretor e Diretor da antiga Faculdade de Ciências Econômicas da Ufes, Chefe da Comissão Permanente da Integração Curricular. Foi Diretor da Ufes e professor titular de Sociologia Aplicada do Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Foi Prefeito Municipal de Mimoso do Sul, no interventório do Des. Otávio de Carvalho Lemgruber, em 1945. Foi, ainda, redator da “Vida Capixaba” e colaborou em diversos jornais de Vitória e Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de onde era Presidente de Honra, da Associação Espírito-Santense de Imprensa e da Associação do Ministério Público (sócio honorário). Em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça, foi agraciado com o “COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO”. Estava aposentado desde 01/06.1978.”

(Transcrito da Revista PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO..., pg. 184).

NOSSA CASA

Para que não se perca a memória, fica aqui registrado em fotos, as dependências do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, que a partir de 2001 passou por várias reformas, mudando em muito a feição de sua Sede.

ESPAÇO "ELMO ELTON"



ESPAÇO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS



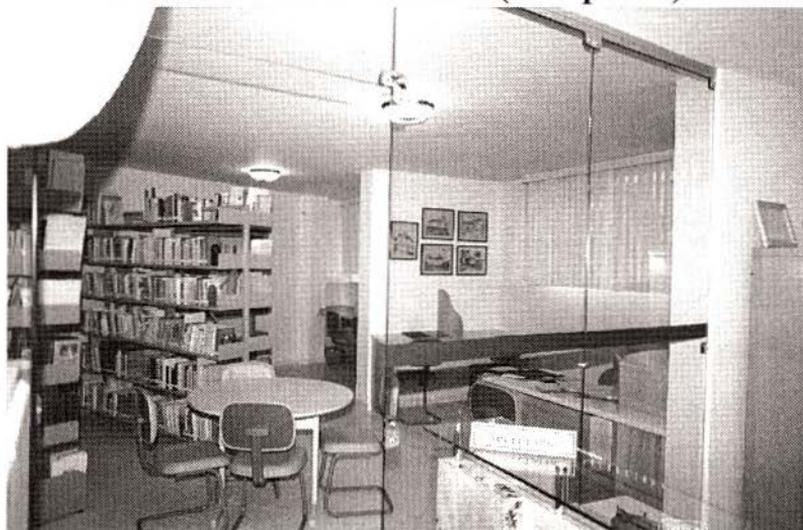
PODIUM (solenidades, palestras, etc.)



AUDITÓRIO



BIBLIOTECA "AUGUSTO LINS" (visão parcial)



SECRETARIA



A Revista do IHGES
é de periodicidade anual.
A tiragem é de 500 exemplares.
Foi editorada com a fonte
Garamond - 11



Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO